

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA**

CLÁUDIA YAÍSA GONÇALVES DA SILVA

**Esperança e perspectiva de futuro de adolescentes em acolhimento
institucional: série de casos**

**SÃO PAULO
2022**

CLÁUDIA YAÍSA GONÇALVES DA SILVA

**Esperança e perspectiva de futuro de adolescentes em acolhimento
institucional: série de casos
VERSÃO CORRIGIDA**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof.^a Livre Docente Ivonise
Fernandes da Motta.

**SÃO PAULO
2022**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Cláudia Yaísa Gonçalves da

Esperança e perspectiva de futuro de adolescentes em acolhimento institucional:
série de casos / Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva; orientadora Ivonise Fernandes
da Motta. -- São Paulo, 2022.167f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Adolescência. 2. Acolhimento Institucional. 3. Esperança. 4. Futuro. 5.
Psicanálise. I. Motta, Ivonise Fernandes da, orient. II. Título.

Nome: SILVA, Cláudia Yaísa Gonçalves da

Título: Esperança e perspectiva de futuro de adolescentes em acolhimento institucional:
série de casos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título
de Doutora em Ciências.

Aprovada em: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), pela oportunidade de me aprimorar nos conhecimentos teórico-técnicos da Psicologia, nos cursos de Mestrado e de Doutorado.

Aos funcionários do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP e da Biblioteca Dante Moreira Leite, por toda a ajuda prestada, sempre com profissionalismo e presteza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento concedido, tornando possível esta pesquisa.

À banca de qualificação de doutorado, Maria Lucia Toledo Moraes Amiralian e Tania Maria Jose Aiello Vaisberg, pelos apontamentos realizados, aprimorando a qualidade teórica e metodológica da pesquisa.

À banca examinadora de doutorado, pela leitura e disponibilidade para participar deste momento tão importante do meu curso de Pós-Graduação.

Aos membros do Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em Diferentes Abordagens Psicoterápicas (LAPECRI), Carolina Mourão Franco de Sá Barros, Débora Manuela Serra Ferreira, Flávia Andrade Almeida, Lígia Barboza Moreira Santos, Pedro Belarmino Garrido, Samara Oliveira Cassin de Carvalho e Veridiana da Silva Prado Vega, pelas discussões, críticas e contribuições oferecidas nas reuniões do laboratório.

A Maria Imaculada Cardoso Sampaio, um dos belos encontros que o doutorado me proporcionou, pela oportunidade de aprender com você a importância do rigor científico. Agradeço pelo trabalho impecável, pela leitura cuidadosa, pelas sugestões oportunas e pela revisão técnica, tratando com tanto zelo esta tese.

À equipe do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), onde a pesquisa foi realizada, pela confiança no meu trabalho e por permitirem

a minha presença na instituição em um momento tão delicado devido à pandemia de COVID-19.

Às participantes do estudo, por me acolherem no grupo e compartilharem comigo as suas experiências de vida com tanta verdade. Agradeço pelas trocas intensas, potentes e esperançosas. A vocês, o meu profundo agradecimento.

À psicóloga e amiga de longa data, Michely Baladeli Borges Fransozio, por torcer por mim, respeitar o meu tempo, compreender a minha ausência, mas principalmente me tirar do casulo quando eu andava sumida, lembrando que aqui fora há uma vida a ser vivida.

Ao meu esposo, João Otávio, por estar ao meu lado em todos os momentos, apoiando os meus projetos, cuidando de mim quando me senti frágil, sendo o meu alicerce e o colo afável que eu precisava. Sua fala mansa e o seu abraço amoroso me tiraram do caos e me ajudaram a seguir até o fim deste trabalho.

Aos meus pais, Cláudio e Luzia, e às minhas irmãs, Cláudia Alenkire e Cláudia Layla, pelo incentivo, pelas palavras carinhosas e por vibrarem comigo a cada conquista. Amo vocês.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À minha orientadora, Prof.^a Livre Docente Ivonise Fernandes da Motta, por ter acreditado no meu potencial no Mestrado e no Doutorado. Agradeço pelos ensinamentos sobre a teoria de D. W. Winnicott, pela confiança, pela presença respeitosa e por abrir tantas portas durante o meu percurso na Pós-Graduação. Sou grata pelos nossos caminhos terem se encontrado, por fazer parte da minha vida e por permitir que eu estivesse ao seu lado em momentos tão singulares. Com você, aprendi a importância de celebrar os bons momentos com conversas agradáveis, bom humor e uma taça de espumante!

*é o sol
somos crianças ao sol
a aprender a viver e sonhar
e o sonho é belo
pois tudo ainda faremos
nada está no lugar
tudo está por pensar
tudo está por criar*

Milton Nascimento e Fernando Brant

RESUMO

Silva, C. Y. G. da. (2022). Esperança e perspectiva de futuro de adolescentes em acolhimento institucional: série de casos (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A realidade brasileira evidencia que adolescentes sob medida protetiva de acolhimento institucional, quando destituídos do poder familiar, possuem menos chances de colocação em família substituta, seja por adoção, guarda ou tutela. O caminho, para alguns adolescentes, é a permanência em acolhimento institucional por longos períodos, ou até a maioridade. Os adolescentes inseridos nesse contexto advêm de situações de risco, ou violação de direitos, portanto, trazem marcas significativas em suas existências. Esta pesquisa objetiva refletir acerca da experiência emocional sobre a esperança e a perspectiva de futuro de adolescentes em situação de acolhimento institucional de uma unidade do município de São Paulo-SP. Pretende-se explorar, a partir do material coletado, como a esperança se aproxima da teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott, e se estão presentes aspectos protetivos em saúde mental. O trabalho se constitui como um estudo de série de casos, qualitativo e exploratório, com pesquisa-ação, realizado com quatro adolescentes do gênero feminino. Para o levantamento do material, foram implementadas Rodas de Conversa com objetos mediadores e a aplicação do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema. Os resultados mostraram que a esperança está presente nas adolescentes, ainda que, em alguns momentos, apresentando-se menos evidente. A experiência emocional das participantes sobre a esperança foi identificada em três aspectos principais associados à teoria psicanalítica winnicottiana: capacidade de confiar, elementos do verdadeiro *self*, e perspectivas de futuro. Também foram verificados aspectos protetivos em saúde mental, a partir da manutenção de vínculos afetivos dentro do serviço de acolhimento e da preservação dos vínculos comunitários. Por fim, almeja-se que o estudo ofereça subsídios para ações de prevenção em saúde mental a essa população, e que propicie norteadores para as políticas públicas de proteção social no país.

Palavras-chave: Adolescência; Acolhimento Institucional; Esperança; Futuro; Psicanálise.

ABSTRACT

The Brazilian reality shows that, when deprived of family power, adolescents under a protective measure of institutional care are less likely to be placed in a surrogate family, either through adoption, custody, or guardianship. The path, for some of them, is to remain in institutional care for long terms, or until adulthood. Adolescents inserted in this context come from situations of risk, and violation of rights, therefore, they bring significant marks in their existence. This research aims to reflect on hope and on the perspective of future in adolescents in an institutional care unit in the city of São Paulo-SP. Based on the material collected, it is intended to explore how hope approaches D. W. Winnicott's theory of maturation, and whether protective aspects are present in mental health. The work is constituted as a case series study, qualitative and exploratory, with action research, carried out with four female adolescents. For the material collection, Conversation Circles were implemented with mediating objects and the application of the Drawing-Story Procedure with Theme. The results showed that hope is present in the adolescents, although, at times, it is less evident. The participants' emotional experience of hope was identified in three main aspects associated with the Winnicottian psychoanalytic theory: ability to trust, elements of the true self, and future perspectives. Protective aspects in mental health were also verified, based on the maintenance of affective bonds within the reception service and the preservation of community bonds. Finally, the study aims to provide support for mental health prevention actions for this population, and guidelines for public policies of social protection in the country.

Keywords: Adolescence; Institutional Care; Hope; Future; Psychoanalysis.

RESUMEN

La realidad brasileña muestra que los adolescentes bajo medida protectora de acogimiento institucional, cuando privados del poder familiar, tienen menos posibilidades de ser colocados en una familia subrogada, ya sea por adopción, custodia o tutela. El camino, para algunos de ellos, es permanecer en el cuidado institucional por largos períodos, o hasta la edad adulta. Los adolescentes insertos en este contexto provienen de situaciones de riesgo o violación de derechos, por lo tanto, traen marcas significativas en su existencia. Esta investigación tiene como objetivo reflexionar sobre la experiencia emocional de la esperanza y las perspectivas del futuro de los adolescentes en una unidad de cuidado institucional en la ciudad de São Paulo-SP. Con base en el material recogido, se pretende explorar cómo la esperanza se acerca a la teoría de la maduración de D. W. Winnicott, y si están presentes los aspectos protectores de la salud mental. El trabajo se constituye como un estudio de serie de casos, cualitativo y exploratorio, con investigación acción, realizado con cuatro adolescentes del sexo femenino. Para la recolección de materiales, se implementaron Círculos de Conversación con objetos mediadores y la aplicación del Procedimiento Dibujo-Historia Temático. Los resultados mostraron que la esperanza está presente en los adolescentes, aunque, a veces, sea menos evidente. La experiencia emocional de esperanza de las participantes se identificó en tres aspectos principales asociados con la teoría psicoanalítica de Winnicott: la capacidad de confiar, los elementos del verdadero *self* y las perspectivas de futuro. También se verificaron aspectos protectores de la salud mental, a partir del mantenimiento de los vínculos afectivos dentro del servicio de acogida y de la preservación de los vínculos comunitarios. Finalmente, el estudio tiene como objetivo ofrecer apoyo a las acciones de prevención en salud mental para esta población y lineamientos para las políticas públicas de protección social en el país.

Palabras Clave: Adolescencia; Acogimiento Institucional; Esperanza; Futuro; Psicoanálisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Participante 1: <i>Desenhe um adolescente hoje</i>	78
Figura 2. Participante 1: <i>Desenhe o adolescente daqui a cinco anos</i>	81
Figura 3. Participante 2: <i>Desenhe um adolescente hoje</i>	83
Figura 4. Participante 2: <i>Desenhe o adolescente daqui a cinco anos</i>	86
Figura 5. Participante 3: <i>Desenhe um adolescente hoje</i>	88
Figura 6. Participante 3: <i>Desenhe o adolescente daqui a cinco anos</i>	90
Figura 7. Participante 4: <i>Desenhe um adolescente hoje</i>	92
Figura 8. Participante 4: <i>Desenhe o adolescente daqui a cinco anos</i>	95
Figura 9. Recorte e colagem: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i>	164
Figura 10. Recorte e colagem: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i>	164
Figura 11. Recorte e colagem: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i>	165
Figura 12. Recorte e colagem: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i>	165
Figura 13. Recorte e colagem: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i>	166
Figura 14. Recorte e colagem: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i>	166
Figura 15. Cartaz: <i>o que me faz ter esperança?</i>	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APA – *American Psychological Association*
- BVS – Biblioteca Virtual em Saúde
- CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEPH-IPUSP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
- CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
- COVID-19 – *Coronavirus Disease*
- CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
- CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- DECS – Descritores em Ciências da Saúde
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- IPUSP – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
- LAPECRI – Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em Diferentes Abordagens Psicoterápicas
- LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
- NLNA – Nova Lei Nacional da Adoção
- PePSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia
- PIA – Plano Individual de Atendimento
- PsycInfo – *Psychological Information*
- RAJ – Região Administrativa Judiciária
- SAI – Serviços de Acolhimento Institucional
- SAICA – Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
- SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
- SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- SUAS – Serviço Único de Assistência Social
- TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TJI – Tribunal da Infância e Juventude
- TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
- VIJ – Vara da Infância e Juventude

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Esperança na Perspectiva da Psicanálise Winnicottiana	25
1.1.1	Capacidade de Confiar	25
1.1.2	Verdadeiro e Falso- <i>self</i>	30
1.1.3	Privação e Deprivação	35
1.1.4	A Criança no Lar Substituto	39
1.2	Políticas de Proteção à Infância e à Adolescência	43
1.3	Serviços de Acolhimento Institucional	51
1.4	Repercussões do Acolhimento Institucional na Adolescência	60
2	OBJETIVOS	67
2.1	Objetivo geral	67
2.2	Objetivos específicos	67
3	MÉTODO	67
3.1	Tipo de Estudo	68
3.2	Participantes	68
3.3	Local da Pesquisa	68
3.4	Instrumentos	69
3.5	Procedimentos	70
3.6	Aspectos Éticos	73
3.7	Análise dos Resultados	73
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
4.1	Discussão do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema	77
4.1.1	Participante 1	77
4.1.2	Participante 2	83
4.1.3	Participante 3	88
4.1.4	Participante 4	92
4.1.5	Síntese Desenhos-Estória com Tema	96
4.2	Discussão do Diário de Campo: categorias temáticas	99
4.2.1	Primeira Categoria: <i>a capacidade de confiar</i>	99
4.2.2	Segunda Categoria: <i>existir e se sentir real</i>	108
4.2.3	Terceira Categoria: <i>perspectivas de futuro</i>	114
4.2.4	Síntese Categorias Temáticas	120
5	CONCLUSÃO	121
6	REFERÊNCIAS	124
7	ANEXOS	140
7.1	ANEXO 1. Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	140

7.2	ANEXO 2. Modelo Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	142
7.3	ANEXO 3. Diário de Campo	144
7.4	ANEXO 4. Material Terceira Roda de Conversa: <i>a pessoa que eu gostaria de ser</i> .	164
7.5	ANEXO 5. Material Quarta Roda de Conversa: <i>o que me faz ter esperança?</i>	167

APRESENTAÇÃO

Este estudo é fruto do meu interesse como pesquisadora sobre a temática da adolescência e dos aspectos facilitadores para o desenvolvimento humano nessa faixa etária. Esse tem sido o foco dos meus estudos e das minhas publicações científicas nos últimos anos, com ênfase nas pesquisas realizadas no curso de Especialização em Psicanálise (Universidade Cesumar – UniCesumar) e no Mestrado em Psicologia Clínica (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP). Para além da adolescência, no seu aspecto mais amplo, possuo particular interesse em lançar luz sobre o público adolescente, cujas necessidades nem sempre ocupam lugar de destaque frente ao interesse da sociedade, encontrando-se, por vezes, à margem dos direitos sociais e das políticas públicas. Assim, nas pesquisas anteriores, fiz o recorte situando os adolescentes e jovens ligados às comunidades periféricas dos centros urbanos; na atual pesquisa, situo aqueles que se encontram sob medida protetiva de acolhimento institucional.

Durante o curso de Mestrado, compartilhando inquietações sobre as especificidades da adolescência, emergiram questionamentos acerca das realidades dos adolescentes em acolhimento institucional – indagações compartilhadas com uma colega psicóloga da Vara da Infância e Juventude (VIJ). Colocou-se em pauta a importância de estudos que se circunscrevam a esse público-alvo, contribuindo para o aprimoramento de ações específicas. Essas inquietações despertaram-me o interesse de realizar um estudo que abrangesse os adolescentes em situação de acolhimento institucional, que se encontram na faixa etária com maiores chances de acolhimentos de longa duração ou até a maioridade.

O tema da esperança, que direciona este trabalho, interliga-se com os preceitos da teoria de D. W. Winnicott, pois o que motiva o presente estudo é a crença no potencial humano para a saúde, para a criatividade e para a preparação da vida em movimento.

Faz-se pertinente esclarecer que a pesquisa passou por alguns desafios em decorrência da pandemia de COVID-19 (*Coronavirus Disease*) que afligiu o mundo e o nosso país. O projeto de pesquisa foi aprovado em março de 2020 pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. No entanto, os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) estavam com restrição de circulação de terceiros para evitar a transmissão do vírus. Após várias tentativas de contato com diversos SAICAs, recebemos a autorização para o trabalho de campo em 2021, por parte de uma das instituições. Foi necessário, portanto, adequar o número de visitas ao serviço de

acolhimento, a fim de minimizar os riscos de contaminação e preservar todos os envolvidos no estudo. Contudo, os ajustes necessários não prejudicaram o desenvolvimento da pesquisa e o alcance dos resultados que compõem este trabalho, o qual está organizado em cinco capítulos.

O primeiro é a Introdução, onde inicialmente é apresentado o estado da arte, com o levantamento dos recentes estudos que abordam o tema da esperança para adolescentes acolhidos. Este capítulo está dividido em quatro seções principais. Primeiramente, ocupamo-nos de elencar como a esperança pode ser apreendida na teoria psicanalítica de D. W. Winnicott, sinalizando alguns conceitos teóricos. Em um segundo momento, é exposta a estruturação das Políticas de Proteção à Infância e à Adolescência no Brasil. Na sequência, são retratadas determinadas características dos SAICAs no país. A quarta seção explicita as possíveis repercussões do acolhimento institucional na adolescência, abordadas pela literatura da área.

O segundo capítulo esclarece os Objetivos que nortearam o estudo, a serem confrontados posteriormente. No terceiro capítulo, identificamos o percurso Metodológico assumido na pesquisa, com a explicação conceitual-teórica que embasou o estudo qualitativo em pesquisa-ação, bem como os procedimentos de levantamento do material, do registro e da análise da interlocução pesquisadora-participantes, a partir da perspectiva psicanalítica.

No quarto capítulo, veiculamos os Resultados e a Discussão do estudo, interligando os achados da pesquisa com as reflexões suscitadas a partir do material encontrado. Esse capítulo está composto por duas seções. Na primeira, são apresentados os materiais elaborados por cada participante no Procedimento Desenhos-Estória com Tema. Na segunda seção, estão incluídos os resultados do diário de campo, organizados em três categorias temáticas, relacionando o que emergiu no campo relacional do grupo com a perspectiva teórica psicanalítica e com os trabalhos sobre o tema esperança, no acolhimento institucional.

O quinto capítulo, Conclusão, retoma os objetivos propostos, sinalizando os limites e os alcances do estudo, no sentido de fundamentar trabalhos futuros sobre o tema. Ressalta, também, que dados como os obtidos nesta tese podem subsidiar políticas públicas voltadas para adolescentes acolhidos institucionalmente.

1 INTRODUÇÃO

Veze sem conta assistimos a momentos de esperança serem desperdiçados ou minimizados por um manejo equivocado ou por intolerância.

A tarefa do terapeuta é a de envolver-se com esse impulso inconsciente do paciente, e o trabalho é realizado em termos de manejo, tolerância e compreensão. (Winnicott, 1958/2000b, p.409)

O Brasil apresenta uma Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente com serviços e ações integradas para a garantia da proteção social nos seus diversos níveis. No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, encontram-se serviços especializados, a fim de promover acolhimento a indivíduos temporariamente afastados do meio familiar e/ou comunitário de origem.

O cenário das instituições de acolhimento no Brasil evidencia que, apesar de os esforços serem direcionados para que crianças e adolescentes retornem ao seu convívio familiar ou sejam inseridos em famílias substitutas, essas opções, na realidade, não acontecem para uma parcela dos acolhidos. Há aqueles que crescerão nas unidades de acolhimento, às vezes com escassos laços interpessoais de convívio fora da instituição, tendendo a acarretar, ao completarem 18 anos, o reconhecimento com poucos referenciais externos que os auxiliem na condução de suas vidas.

Nessa direção, pensando na repercussão de tantos acontecimentos que podem influenciar no desenvolvimento e no amadurecimento emocional dos adolescentes de instituições de acolhimento, o presente trabalho levanta algumas questões: quais as possíveis repercussões emocionais do acolhimento institucional na adolescência? Como os adolescentes em acolhimento institucional vivenciam a esperança em suas vidas? O que esses adolescentes pensam sobre o próprio futuro?

A partir dessas inquietações, o presente estudo levanta a hipótese de que oportunizar espaços para abordar o futuro com adolescentes acolhidos pode ser fator de proteção social e emocional nessa etapa, pois, ao aludir sobre essas perspectivas, existe a possibilidade de reorganizar escolhas, decisões e mobilizar recursos internos positivos, impulsionando uma experiência de vida com sentido e esperança.

No Brasil, dados do Conselho Nacional da Justiça (s.d.) evidenciam certa característica prevalente quanto à faixa etária e ao sexo do público adolescente em acolhimento institucional. De acordo com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas¹, o país conta com mais de 47.000 crianças e adolescentes em situação de acolhimento. A maioria destes indivíduos é do sexo masculino, sendo que, no estado de São Paulo, há cerca de 12.871 acolhidos. Com relação à espera para a adoção, o Cadastro Nacional de Adoção² mostra que a maioria dos indivíduos também é do sexo masculino e que, na região Sudeste, existem 4.170 crianças/adolescentes cadastrados para adoção, dos quais, 2.087 são pardos, 1.119 são brancos, 952 são negros, 11 são amarelos e 1 é indígena. Comparando-se a idade, os dados gerais evidenciam que a maior parte de cadastrados aguardando adoção possui 15 (730) e 16 anos (723), e o menor número corresponde a crianças com menos de 1 ano (299).

As informações sobre a predominância de acolhidos do sexo masculino e sobre encontrarem-se na fase da adolescência são confirmadas por demais estudos (Acioli et al., 2017). Um levantamento realizado na baixada santista constatou que, dos 87 adolescentes residentes em 11 unidades de acolhimento, a maioria eram meninos na faixa etária de 15 a 17 anos. Da amostra (12 a 17 anos), 31% dos adolescentes encontravam-se acolhidos há mais de dois anos, o que contraria as especificações do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brito et al., 2017), o qual estipula que a permanência no programa de acolhimento institucional não ultrapasse 18 meses, exceto quando comprovada a necessidade.

Outro importante estudo conduzido no Estado do Rio de Janeiro demonstrou que, entre os acolhidos, os pretos e pardos possuem maior probabilidade de permanecer em acolhimento por maior período. Isso pode ser enfatizado a depender da faixa etária e ao considerar-se a existência de irmãos. Por outro lado, os acolhidos classificados pela cor/raça/etnia branca apresentam maiores possibilidades de adoção em relação aos pretos e pardos. Tais informações são notadas pelas categorias selecionadas pelos habilitados à adoção em relação às características de crianças e adolescentes disponíveis para a adoção (Espindola, Viana, & Oliveira, 2019).

¹ Consulta realizada em 13 de maio de 2020 em www.cnj.jus.br/cnca/publico. Novo portal: www.cnj.jus.br/sna

² Consulta realizada em 2 de dezembro de 2019 em www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf. Novo portal: www.cnj.jus.br/sna.

Percebe-se que crianças/adolescentes pardos, mais próximos das especificidades elegidas por grande parte dos habilitados (brancos), tendem a ter mais chances de adoção do que pretos/negros. Há ainda a questão de que, no Brasil, 85,23% dos indivíduos e casais habilitados à adoção preferem crianças de até 6 anos de idade (Espindola, Viana, & Oliveira, 2019), reduzindo as chances de adoção tardia para crianças e adolescentes com maior idade.

Esses dados permitem um delineamento das especificidades do sistema de proteção social à criança e ao adolescente no Brasil, evidenciando que parte dos acolhidos na fase da adolescência que não foram restituídos às suas famílias possui maiores chances de permanecer por mais tempo nos serviços de acolhimento. Essas informações reforçam a importância de se voltar o olhar a essa população, considerando suas peculiaridades e suas necessidades de amparo social e emocional.

Nesse sentido, têm-se observado estudos que abordam a transição para a vida adulta, com referência aos adolescentes em acolhimento institucional, no intuito de levantar a importância de uma efetiva preparação para a vida após o acolhimento. “Ao se acercarem da maioridade, os adolescentes que vivem nessas instituições enfrentam a necessidade de se responsabilizarem pelas próprias vidas, estando ou não preparados para essa transição” (Cassarino-Perez et al., 2018, p.1667). Apesar de essa população ter sido frequentemente exposta a eventos estressores e experiências pessoais negativas que conduziram ao acolhimento, as iniciativas institucionais têm apostado no fortalecimento de aspectos que contribuam para o desenvolvimento humano.

Em São Paulo, vale realçar o trabalho do Instituto Fazendo Histórias, associação de direito privado e sem fins lucrativos que entende a importância de crianças e adolescentes em situação de acolhimento serem acompanhadas integralmente, a partir da construção de vínculos afetivos com figuras de apoio e do resgate de suas próprias histórias. Dentre os vários programas do Instituto, o Grupo Nós facilita a criação de estratégias para uma vida mais autônoma, pensando nos recursos necessários para a transição para a vida adulta, incluindo trabalho e moradia (Instituto Fazendo História: www.fazendohistoria.org.br/grupo-nos).

Frequentemente, tem-se acesso a investigações científicas que têm como público-alvo a infância e os efeitos da institucionalização no desenvolvimento da criança. Vale reforçar, porém, a relevância de se conduzir certa visibilidade também para os jovens acolhidos, a fim de legitimá-los como sujeitos em desenvolvimento e plenos de direitos (Wendt, Dullius, & Dell’Aglio, 2017). Reconhece-se a necessidade de pesquisas no

âmbito da infância e da adolescência que pensem a transição dos indivíduos para a vida adulta, trabalhando tópicos que versem sobre possibilidades de autonomia. Portanto, ampliando-se esse conceito para além do alcance da maioridade, “há a necessidade da construção de uma práxis que entenda as políticas públicas pelo olhar da criança e que garantam a sua autonomia e o apoio necessário para a sua transição para a maioridade e saída da instituição” (Poker, 2017, p.8).

Faz-se necessário impulsionar que mais trabalhos científicos explorem a experiência do acolhimento institucional para crianças e adolescentes, dando voz para que eles próprios possam apresentar as suas perspectivas, no intuito de delinear subsídios para o aperfeiçoamento dos serviços de acolhimento e das intervenções destinadas a essa população (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016). Nessa direção, compreende-se que esforços devem ser feitos para a superação das dificuldades que ocasionalmente existem no processo de aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, potencializando ao adolescente o resgate e a afirmação da sua identidade, e possibilitando que ele possa falar do lugar que ocupa.

A partir dessas considerações, o presente estudo traz para o centro da discussão o tema da esperança pelo viés da perspectiva de futuro. Esta pesquisa é concordante com a ideia de que “a esperança está estreitamente ligada à capacidade do indivíduo de fazer planos e de colocá-los em prática e acreditar na sua realização” (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018, p.79), além de indicar uma disposição pessoal para “Esperar algo positivo em aliança com o gesto, que nos direciona para o encontro com o outro. E nesse encontro com o outro, há também a integração com o passado (cultura), a comunicação (eu-outro) e a criação (presente e futuro)” (Motta, 2018, p.310). Portanto, considera-se que a esperança pode ser evidenciada pelo movimento que impulsiona o adolescente a vislumbrar expectativas de futuro positivas para si, sendo a esperança um importante fator de proteção para sujeitos que foram expostos a eventos estressantes.

Entende-se que favorecer um espaço no qual o adolescente é estimulado a refletir e dialogar sobre o seu futuro seja uma ação de promoção e prevenção em saúde mental para os indivíduos acolhidos. Essa visão é reforçada por autores que destacam como fatores protetivos para o desenvolvimento humano, na adolescência, o otimismo quanto ao futuro (Fonseca, 2017), assim como a manutenção da esperança, nos indivíduos em situação de acolhimento (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018; Ruivo, 2015). A desesperança, por sua vez, é apontada como fator de risco para essa população (Barcelos, 2014).

Com a finalidade de mapear as recentes contribuições científicas sobre o tema central deste trabalho, realizou-se uma busca nas bases de dados PsycINFO, Web of Science, SciELO, LILACS, PePsic e BVS Saúde. Os termos foram definidos a partir da pesquisa nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e no *APA Thesaurus of Psychological Index Terms*. Utilizou-se a opção Busca Avançada para a combinação dos descritores com os operadores booleanos em português: (*esperança*) AND (*adolescência* OR *adolescente*) AND (*abrigo* OR *acolhimento institucional*). Em espanhol foram usadas as combinações: (*esperanza*) AND (*adolescencia* OR *adolescente*) AND (*niño acogido* OR *abrigo*). Em inglês, processou-se a seguinte estratégia: (*hope*) AND (*adolescence* OR *adolescent*) AND (*shelter* OR *foster* OR *residential care* OR *institutional care*). A partir desse levantamento, foram selecionados os trabalhos científicos publicados de 2015 a agosto de 2020. A análise e a discussão dos estudos recuperados foram encaminhadas para publicação na revisão sistemática intitulada *International Journal of Child, Youth & Family*, com o título *The hope of adolescents in the foster system: systematic review*, que se encontra em processo de avaliação.

A busca evidenciou poucos artigos científicos recentes que versam diretamente sobre a esperança no contexto da adolescência em acolhimento institucional. Notou-se uma publicação brasileira (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018) e sete internacionais (Brooks et al., 2016; Geenen et al., 2015; James et al., 2017; James & Roby, 2019; Sulimani-Aidan, Melkman, & Chan, 2019; Sulimani-Aidan, Sivan, & Davidson-Arad, 2017; Teodorczuk, Guse, & Plessis, 2019). Foram ainda localizadas duas dissertações de Mestrado sobre o tema esperança (Cross, 2021; Mancilla, 2016). Percebeu-se certas características das publicações: os estudos utilizam instrumentos quantitativos e se baseiam no referencial teórico da psicologia positiva. Evidencia-se, assim, a pertinência científica do atual trabalho, a fim de somar às pesquisas que versam sobre o tema da esperança, mas circunscrevendo esse termo no referencial teórico psicanalítico de D. W. Winnicott e no viés de uma abordagem qualitativa.

A partir de uma busca nos estudos científicos que tratam do tema do acolhimento institucional, percebeu-se que a esperança pode aparecer associada a termos como: bem-estar (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019; James & Roby, 2019); otimismo (Fonseca, 2017); autodeterminação (Geenen et al., 2015); objetivos de vida (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016; Mota & Oliveira, 2017); expectativa de futuro dos adolescentes em acolhimento institucional (Almeida & Morais, 2016; Carvalho & Stengel, 2018;

Chauhan, 2020) ou adolescentes em situação de risco (Moses, Villodas, & Villodas, 2020).

Nos parágrafos seguintes, será apresentado o estado da arte acerca da esperança no contexto dos adolescentes em acolhimento institucional.

A revisão da literatura assinala que o estado de esperança pode ser associado positivamente ao conceito de bem-estar. Ao se compararem crianças e adolescentes restituídos às suas famílias e cuidadores com aqueles que permaneceram em acolhimento institucional, notou-se que a influência da esperança foi mais forte entre os que foram reunificados. A esperança foi observada tanto no senso de capacidade de realizar e alcançar os objetivos pessoais, quanto na percepção da viabilidade de alcançá-los (James et al., 2017; James & Roby, 2019).

Quando comparados, os níveis mais altos de esperança e os níveis de bem-estar foram semelhantes nos dois grupos, e as diferenças, pouco significativas. A suposição foi a de que os indivíduos acolhidos possuidores de uma atitude mais esperançosa tendem a interagir mais com a equipe e a solicitar maior atenção para o atendimento às suas necessidades básicas. Este estudo sugere que a esperança pode ser um recurso adicional para melhorar o estado de bem-estar, tanto das crianças e dos adolescentes acolhidos institucionalmente quanto daqueles que foram reunificados às suas famílias após um período em acolhimento (James & Roby, 2019).

Um trabalho brasileiro avaliou a esperança disposicional³ em 25 adolescentes de casas de acolhimento. Os resultados apontaram que a situação de acolhimento institucional não impediu a expressão de esperança dos participantes, os quais apresentaram uma perspectiva positiva a respeito do futuro, manifestada na capacidade de acreditarem ser possível enfrentar circunstâncias difíceis e elaborar alternativas diante da realidade. Contudo, os resultados sugerem um escore de esperança um pouco abaixo do que a média apresentada por adolescentes da mesma faixa etária que não vivenciaram o afastamento familiar. Apesar da preservação da esperança, verificou-se que os adolescentes mantinham um constante estado de espera, associado à expectativa das decisões do poder judiciário acerca de suas vidas (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018).

A esperança também se mostrou um importante fator protetivo na adolescência. Em determinado estudo, os jovens com pontuações mais elevadas no escore de esperança

³ A esperança disposicional pode ser considerada um traço de personalidade que se mantém relativamente estável ao longo do tempo e que possui uma significativa influência do contexto social (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018).

foram associados à menor probabilidade de participarem de comportamentos de uso de substâncias. Jovens com maior pontuação de esperança se mostraram menos propensos a endossar o consumo excessivo de álcool, o uso diário de tabaco, o uso de cannabis e a prática sexual após o uso de substâncias psicoativas (Brooks et al., 2016).

Um aspecto a ser evidenciado em termos de saúde mental para a população aqui estudada é como os adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional vislumbram o próprio futuro – o que esperam após a saída da instituição e quais projetos pessoais pretendem colocar em movimento. Nesse sentido, mesmo com o afastamento do lar de origem e do ambiente familiar, espera-se que os adolescentes possam preservar expectativas positivas para si.

Em certas situações, é possível encontrar uma percepção positiva em relação à instituição, bem como à manutenção de reflexões sobre o futuro, ao desejo de construir uma identidade social, de ter sucesso, de constituir família e de obter conquistas profissionais. Comumente, percebe-se o interesse em manter o vínculo com a família, na expectativa de voltar a morar com ela, e em oferecer ajuda aos familiares, após a saída da instituição. Além disso, a conquista de uma atividade remunerada é apontada com frequência por esses adolescentes como um meio para a obtenção de melhores condições de vida futura (Almeida & Moraes, 2016; Fonseca, 2017). Esses aspectos indicam a existência de algum grau de esperança quanto ao futuro, salientando que o viver em acolhimento institucional pode ser uma experiência positiva, capaz de preservar planos de vida dos acolhidos.

Nem sempre a expectativa positiva está presente nessa população. Pode-se constatar, em alguns casos, a incerteza e a preocupação quanto ao futuro, em decorrência da imprecisão sobre o retorno ao contexto familiar ou sobre a permanência no serviço de acolhimento, além da incerteza quanto à possibilidade do estabelecimento de vínculos afetivos que sejam confiáveis e não causem sofrimento (Carvalho & Stengel, 2018; Delgado, Carvalho, & Correia, 2019). Deve-se atentar, ainda, para quando o que se apresenta é um estado de desesperança ou indiferença, pois o contato com recorrentes dificuldades e desilusões ao longo da vida pode introduzir um bloqueio em se pensar um futuro com boas possibilidades de realização (Barcelos, 2014).

Para Fernandes e Oliveira-Monteiro (2016, p.87), “essa indiferença pode ser um importante sinal dos problemas emocionais desses adolescentes, como possível indicador de desesperança ou descontinuidade do uso de recursos psíquicos para enfrentar a situação e ter esperança de vida”. Essa questão indica o quanto os adolescentes expostos

a situações adversas não estão isentos de apresentar algum comprometimento no modo como avaliam as suas vidas e as expectativas quanto ao próprio futuro.

Quando comparados aos indivíduos que vivem com as suas famílias, os adolescentes em medida protetiva podem ter menor disponibilidade pessoal e menor percepção de suporte social para o planejamento de objetivos de vida (Mota & Oliveira, 2017). Há, ainda, uma tendência de que quanto maior a aceitação parental percebida pelo adolescente e quanto maior a proporção de aceitação em relação à rejeição, maior será o nível de esperança geral (Sulimani-Aidan, Sivan, & Davidson-Arad, 2017).

Essas informações colocam em destaque o papel dos vínculos externos à instituição, bem como o impacto e a repercussão, no adolescente, acerca do reconhecimento da existência ou da escassez de apoio à sua vida. Nesse sentido, estudos sugerem que a preservação dos vínculos familiares (visitas) e comunitários (escola, praça, igreja) pode ser fator moderador dos impactos negativos do afastamento familiar, facilitando a manutenção da esperança (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018) e das expectativas de futuro promissoras (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019; Fonseca, 2017).

Tais apontamentos são reforçados por investigações internacionais que pontuam o quanto a presença ativa de adultos que assumem o papel de mentores – figuras de apoio e de estímulo à autonomia – contribui como preditora de esperança no caso de adolescentes em serviços de acolhimento e/ou próximos do desligamento institucional (Hoffler, 2017; Sulimani-Aidan, Melkman, & Chan, 2019; Sulimani-Aidan, Sivan, & Davidson-Arad, 2017). Levanta-se, assim, a relevância da preservação de vínculos afetivos positivos dentro e fora do ambiente institucional, a partir de figuras adultas de referência que facilitem o estabelecimento de um estado de confiança para os adolescentes.

Quando nem sempre os vínculos internos e externos à instituição são preservados, ou quando eles são escassos e frágeis, abre-se caminho para o sentimento de desamparo e solidão, para a dificuldade nos relacionamentos sociais e amorosos, a dificuldade de aproximação e confiança; além de para o medo, a insegurança e a ansiedade frente à possibilidade de encontrar a mesma situação de risco que motivou o acolhimento, nos casos de reintegração familiar. Esses aspectos podem ser agravados quando não se encontra, na unidade de acolhimento, um ambiente de apoio e suporte emocional estável, o que tende a reforçar a sensação de abandono (Almeida & Morais, 2016; Carvalho & Stengel, 2018; Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018).

Em meio a tantas experiências positivas e negativas, a expectativa de futuro otimista por parte dos adolescentes pode ser pensada como um recurso potente que motiva e impulsiona o indivíduo a acreditar na construção de mudanças em sua história. Preocupante é quando o que se tem é indiferença ou desesperança, o que contribui para a descrença em um futuro diferente e que, de fato, faça a diferença. Vale refletir o quanto a apatia, o desinteresse, a passividade e a indiferença precisam ser percebidos com atenção por aqueles que convivem com esta população, pois esses estados podem encobrir a falta de esperança.

Essas reflexões direcionam o pensamento a caminhos passíveis de facilitar o adequado desenvolvimento pessoal da população aqui estudada. Por esse viés, vale citar a importância do preparo profissional, o qual é apontado por alguns autores como aspecto central quando se está diante da previsão de saída da instituição de acolhimento, de forma que o trabalho pode permitir ao jovem construir uma perspectiva de futuro satisfatória (Cassarino-Perez et al., 2018; Fonseca, 2017).

Intervenções que estimulam o bem-estar também oferecem alguns indicativos favoráveis. Um estudo internacional observou os efeitos positivos de um programa de intervenção psicológica em adolescentes em acolhimento residencial. Nesse caso, a prática de exercícios direcionados à esperança e ao bem-estar ofereceu melhora na autoestima, na confiança, na comunicação e no otimismo quanto ao futuro, entre alguns participantes, evidenciando o impacto na assertividade, na autoconfiança e no autovalor, confirmados na fala dos adolescentes (Teodorczuk, Guse, & Plessis, 2019).

Geenen et al., (2015) avaliaram a eficácia de um programa para capacitar jovens acolhidos com sérios desafios de saúde mental. Os resultados indicaram ganhos significativos para o grupo de intervenção em medidas de participação e de preparação pós-secundária, transição, esperança, autodeterminação e fortalecimento da saúde mental, em comparação ao grupo controle. Os contrastes mostraram que, com o passar do tempo, o grupo que não participou das intervenções apresentou aumento de desesperança.

No âmbito institucional, destaca-se que o fortalecimento de vínculos entre os pares tende a realçar o lugar do grupo e do pertencimento a algo que é compartilhado com os demais. Isso é evidenciado em pesquisa com adolescentes negros norte-americanos em situação de risco, na qual se notou que uma forte identificação étnico-racial pode ser uma estratégia positiva de enfrentamento e facilitadora das expectativas educacionais e profissionais (Moses, Villodas, & Villodas, 2020). Também na intervenção de Chauhan (2020) com meninas abrigadas, o grupo foi notado como recurso de apoio, de estímulo à

esperança e ao vislumbre quanto às possibilidades futuras, ainda que em meio a situações difíceis. O fortalecimento da coletividade no grupo facilitou a potência criativa das participantes e o envolvimento em atividades (escrita e desenho) que resgatassem o sentido das suas vidas.

Por fim, considera-se que a Psicologia possui importante compromisso com o desenvolvimento do ser humano e da sociedade, entendendo que cada pessoa sofre influências do contexto histórico, social, econômico e cultural em que está inserida. A relevância científica deste estudo pode ser apontada ao se delinear indicadores que favoreçam ou coloquem em risco o desenvolvimento saudável dos adolescentes em acolhimento institucional. Com isso, busca-se oferecer subsídios aos profissionais que atuam diretamente junto a essa população, no intuito de contribuir com práticas interventivas que acolham as necessidades emocionais dos adolescentes, agindo na prevenção e na promoção de saúde mental.

Soma-se a isso a relevância social desta pesquisa, no sentido de oferecer compreensões que deem aporte às instâncias jurídicas ligadas aos Tribunais da Infância e Juventude (TIJ), a fim de fomentar constantes melhorias nas políticas públicas de proteção e socioeducação voltadas aos adolescentes dos diversos serviços de acolhimento institucional do país.

1.1 Esperança na Perspectiva da Psicanálise Winnicottiana

As forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência são tremendamente fortes, e com condições suficientemente boas a criança progride (Winnicott, 1979/1983c, p.63).

Neste tópico, serão apresentadas algumas contribuições da obra de D. W. Winnicott nas quais se faz referência à esperança e à desesperança, no intuito de fundamentar o entendimento de como a esperança ou a sua ausência podem ser manifestadas nas experiências da vida humana.

1.1.1 Capacidade de Confiar

Ao fazer referência à esperança, a teoria winnicottiana sinaliza duas situações. Por uma perspectiva, há uma esperança que foi suprimida depois de experienciada, podendo ser recuperada em condições ambientais favoráveis. Por outro lado, existe um estado de desesperança muito primitivo, ligado ao início do psiquismo, referido como desesperança congênita (Figueiredo, 2018). A desesperança congênita remete à ausência de algo que não pôde ser usufruído pela pessoa nas experiências mais iniciais da vida. Winnicott (1958/2000d) refere que, na ocasião, acontecem no bebê repetidas reações à intrusão, conduzindo a uma interrupção no *continuar vir a ser*.

É possível dizer que o mais importante é o trauma representado pela capacidade de reagir. A reação, nesse estágio do desenvolvimento humano, significa uma perda temporária de identidade. Isso provocará um sentimento extremo de insegurança, e situa-se na base da expectativa de novos exemplos de perda da continuidade do ser, e mesmo de uma desesperança congênita (mas não herdada) quanto à possibilidade de alcançar uma vida pessoal. (Winnicott, 1958/2000d, p. 265)

Nesse ponto, faz-se referência à experiência do nascimento, esclarecendo-se que o esperado é que o parto não seja sentido como excessivamente traumático para o bebê. Em algumas situações, esse evento pode ser experienciado como uma intrusão advinda do ambiente externo, de modo que o bebê é levado a se adaptar ao ambiente, em vez de este se adaptar ao bebê. Por consequência, o *continuar vir a ser* pessoal é interferido por reações a intrusões prolongadas, maiores do que o bebê é capaz de suportar. “Faz parte desse sentimento de desesperança a intolerável experiência de sofrer o efeito de algo sem ter a mínima idéia (*sic*) de quando isto irá terminar” (Winnicott, 1958/2000d, p. 266). O bebê que se vê perturbado por imposições do ambiente, que o faz reagir a essas intrusões, pode ter maiores dificuldades para uma adequada integração egóica e manutenção do seu estado de ser, podendo desenvolver um ego fraco. Ao explicar sobre as experiências primitivas do bebê, o referido autor oferece a compreensão dos aspectos que contribuem para o amadurecimento pessoal saudável, para a integração do ego e o alcance do status de sujeito integrado, indicando, por outro lado, situações que tendem a dificultar esse processo.

Winnicott (1958/2000c) menciona que a história primitiva de um paciente pode sinalizar quando houve, ou não, a presença de um cuidado suficientemente bom do ambiente, com adaptações adequadas às necessidades do bebê, oferecendo ao ego a

possibilidade de ser. Contudo, há que se considerar que o ser humano apresenta uma tendência herdada no sentido do crescimento e do desenvolvimento, tendência que será facilitada ou não a partir da provisão ambiental oferecida. Assim, as condições ambientais influenciam, mas não determinam o potencial herdado e o processo de amadurecimento emocional (Winnicott, 1979/1983d).

Na etapa em que a mãe e o bebê estão fundidos, espera-se que a figura materna facilite que o lactente possa ir ao encontro do que está pronto a encontrar. Se a mãe pode ocupar esse papel, o bebê faz uso do objeto, abandonando-o e recuperando-o, em uma experiência de onipotência que vai ganhando movimento. A confiança do bebê na mãe cria um espaço intermediário, onde a ilusão se instaura e a onipotência pode ser experimentada. A qualidade da fidedignidade da mãe que se adapta às necessidades do bebê oferece ao filho o sentimento de confiança, o qual poderá ser sentido posteriormente junto a outras pessoas (Winnicott, 1971/1975b).

Motta (2018) acrescenta que quando a adaptação proveniente da mãe – ou cuidador – sustenta adequadamente a experiência de ilusão do bebê, tende-se a favorecer que o sujeito percorra um caminho de amadurecimento com condições mais positivas e favoráveis em termos de saúde. “A capacidade para a esperança construída desde o início tem por base a ilusão. A ilusão de que temos a capacidade criativa, para o viver criativo que se constitui e vai sendo fortalecido” (p. 309). Então, desde as experiências iniciais de vida, a capacidade para a esperança pode ser fomentada a partir de um ambiente confiável que, além de colaborar com o potencial herdado, é capaz de sustentar a experiência de ilusão do bebê, facilitando a capacidade para o viver criativo.

Quando a adaptação da mãe não mais precisa ser total, o bebê deixa de estar fundido à mãe, separando-se do objeto não-eu. Ele pode usufruir dessa separação a partir da experiência que tem da vida, impelido pelo sentimento de confiança na fidedignidade da figura materna. O bebê pode, então, usufruir da área intermediária existente entre ele e a mãe, espaço potencial onde se localizará o brincar criativo e a experiência cultural (Winnicott, 1971/1975c).

Onde há confiança e fidedignidade há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural. (Winnicott, 1971/1975c, p. 172)

Após o período de onipotência e ilusão, vivencia-se o estado de ficar sozinho na presença de alguém, ou seja, a criança supõe que a figura de amor que oferece segurança é passível de confiança e estará lá para ser encontrada quando for lembrada. Em seguida, a criança entra em um estágio onde pode acessar o brincar conjunto, explorando a área intermediária entre a realidade interna e a realidade externa, o espaço potencial. Esse espaço emerge pelo sentimento de confiança do bebê, promovido pela mãe ou pelas pessoas que integram o ambiente de cuidado. Justamente o relaxamento provocado pela confiança no ambiente é que permite que a criança tenha uma experiência criativa manifestada no brincar (Winnicott, 1971/1975a).

Por outro lado, o fracasso da confiança no ambiente cuidador pode ter como efeito a limitação do espaço potencial e a restrição da capacidade lúdica, notadas na pobreza do brincar e na vida cultural; expressão de um *self* prejudicado em sua autonomia, autorrealização e espontaneidade. O fracasso do ambiente na manutenção do estado de dependência do bebê pode inserir um trauma, ou seja, um colapso na confiabilidade no ambiente, nos estágios primitivos do desenvolvimento. Esse trauma pode levar a uma *quebra da fé*, ao abalo da capacidade do bebê ou da criança de acreditar no ambiente que inicialmente se ajustou ao sujeito, mas depois fracassou na provisão ambiental (Winnicott, 1989/1994a).

Nessa vertente psicanalítica, a esperança pode não ser considerada apenas sentimento, mas também princípio constituinte e organizador da vida psíquica e da estruturação da subjetividade, aspecto que contribui para que o indivíduo se sinta existindo no mundo. Portanto, na relação com os objetos primários, quando o bebê está diante da falta de condições favoráveis por parte do ambiente cuidador, a tendência é o aparecimento de dificuldades na constituição da vida psíquica e, também, da esperança. O esperado é que o ambiente se apresente na medida certa: nem em excesso, nem em falta. “É precisamente na dinâmica alternada da presença e da ausência que o ambiente pode assegurar o clima em que a esperança fundamental se instala” (Rocha, 2007, p. 270).

Na prática clínica, Winnicott (1958/2000c) sugere que, diante de casos em que há indícios de falhas do ambiente em estágios primitivos do amadurecimento, faz-se interessante uma adaptação ativa do analista, ou seja, pode ser mais eficaz focar o manejo do que o trabalho interpretativo.

O comportamento do analista, representado pelo que chamei de contexto, por ser suficientemente bom em matéria de adaptação à necessidade, é gradualmente percebido

pelo paciente como algo que suscita a esperança de que o verdadeiro eu poderá finalmente correr os riscos implícitos em começar a experimentar viver. (Winnicott, 1958/2000c, p. 395)

Dessa forma, na condução da análise de pacientes com desesperança congênita, por exemplo, os resultados do tratamento não serão alcançados meramente pela tomada consciente de ideias positivas. É no encontro com o terapeuta enquanto objeto provedor de sustentação e confiabilidade que as experiências de sucessivas falhas e ausências nas relações primitivas objetais poderão ser reavivadas no paciente. Assim, “não se trata de combater a desesperança congênita com discursos otimistas e ‘esperançosos’, ilusórios ou evasivos, mas, ao contrário, com a corajosa determinação de encarar e falar abertamente do mais difícil e menos esperançoso que há no paciente” (Figueiredo, 2018, p. 172).

Em *O Brincar e a Realidade*, Winnicott (1971/1975d) refere o caso de uma paciente de meia-idade cujas experiências infantis primitivas com a mãe tiveram uma marca significativa: bruscamente passaram de algo muito satisfatório para uma vivência de desilusão e desespero, levando-a ao abandono da esperança na relação de objeto. Ainda na infância, a menina se deparou com um ambiente familiar já organizado e permeado por irmãs e irmãos mais velhos, conduzindo-a a se adaptar de forma submissa, ausente e não ativa ao ambiente, sentindo-se modelada por este. Como consequência, a paciente adotou a fantasia como recurso defensivo, levando a uma dissociação da personalidade que a afastava da capacidade de se sentir existindo. Nesse caso, a dissociação dificultou que essa paciente se tornasse uma pessoa integrada, de modo a não acreditar que tivesse o direito de existir como uma pessoa inteira (Winnicott, 1971/1975d).

Compreendeu-se que as atividades cotidianas da paciente apenas preenchiam uma lacuna, de forma que uma parte de sua personalidade se apoiava no fantasiar, onde podia colocar em curso as suas potencialidades. Na atividade do fantasiar (devaneio), a paciente expressava certa onipotência, não aquela das experiências primitivas do bebê, mas uma onipotência relacionada à desesperança em relação à dependência. Foi a partir das sessões de análise que a paciente passou a ser capaz de se sentir real e de entender que podia se identificar com os outros sem perder a sua identidade. Isso foi possível por meio do estabelecimento de um campo de confiança sustentado por Winnicott: “a esperança capaz de fazê-la sentir que algo podia ser conseguido ... proviria então da confiança que

depositava em seu analista, capaz de neutralizar tudo o que ela trazia consigo da infância” (Winnicott, 1971/1975d, p. 59).

Portanto, o desenvolvimento sadio é facilitado quando a criança dispõe de um ambiente seguro e relacionamentos de *confiança máxima* que favoreçam a tendência herdada no sentido da integração, contribuindo para a personalização, a habitação da psique no soma, ou seja, a capacidade de se sentir habitando o próprio corpo. Também é sinal de saúde se a criança pode fazer uso desse ambiente de confiança para suspender temporariamente os processos integrativos, despersonalizando-se e desintegrando-se por um momento. Para tanto, espera-se que o caminho de volta à dependência se mantenha aberto. Isso pode ser notado na adolescência, onde ao mesmo tempo em que se avança em direção às novas descobertas, vê-se movimentos de retorno a uma certa dependência (Winnicott, 1989/1994b).

Assinala-se, assim, que, na perspectiva psicanalítica winnicottiana, a confiança é construída desde as experiências primitivas do bebê na relação com o seu ambiente, ainda no período da dependência absoluta, anteriormente à separação da unidade mãe-bebê e antes do alcance de certa independência em relação aos objetos. A partir desta base, sedimenta-se no indivíduo a capacidade de confiar, de viver uma vida criativa e de existir como unidade, como expressão do *eu sou*.

1.1.2 Verdadeiro e Falso-*self*

O bebê, no estágio de dependência absoluta, pode ser colocado perante algumas situações. Em uma delas, a adaptação ao ambiente é suficientemente boa e tem-se a possibilidade de emergência de um ego. Nesse caso, pode-se referir ao estabelecimento do *self* central ou verdadeiro, considerado o potencial herdado que experimenta a continuidade da existência, concebendo uma realidade psíquica e um esquema corporal pessoal. Em outro ponto, a adaptação ao ambiente não é suficientemente boa, insere-se o registro de uma intrusão que conduz a reações às sucessivas falhas do ambiente, impedindo ou dificultando a continuidade do ser. Como consequência deste último caso, pode surgir um verdadeiro *self* oculto que fica protegido pelo falso *self*, o qual reage às falhas. O verdadeiro *self*, ainda que protegido em sua continuidade de ser, acaba enfraquecido devido à falta de experiências; já o falso *self* fica impossibilitado de experimentar uma vida sentida como real (Winnicott, 1958/2000c; Winnicott, 1979/1983d).

Para compreender a organização do falso *self*, é necessário remontar-se ao estágio das primeiras relações objetais, no relacionamento mãe-lactente. O lactente que se encontra não integrado, na maior parte do tempo, requer que a mãe o sustente, fisicamente e de forma contínua, também simbolicamente. Em algum momento, o lactente manifestará um gesto espontâneo, indicando o *self* verdadeiro em potencial. Importante notar aqui como a mãe responderá ao gesto da criança. Espera-se que a mãe suficientemente boa consiga complementar o ego ainda fraco do lactente, sustentando a onipotência do mesmo e contribuindo para dar vida ao verdadeiro *self*. Por outro lado, a mãe que falha nessa função, substitui o gesto onipotente do lactente pelo seu, conduzindo-o à submissão e, como consequência, à emergência de um falso *self* (Winnicott, 1979/1983b).

Entende-se que é por meio das experiências do bebê na relação com o outro – ambiente facilitador – que ele poderá entrar em contato com o verdadeiro *self* e colocar em movimento o potencial herdado, pela via da expressão dos seus aspectos espontâneos e criativos. Por outro lado, falhas do ambiente cuidador em um período primitivo do amadurecimento oferecem prejuízos à constituição do si mesmo. Em decorrência disso, o falso *self* emerge como forma de proteger o verdadeiro *self*, substituindo as lacunas da função materna e encobrindo o aparecimento do gesto espontâneo. Assim, “... a existência por meio de um falso *self* torna a vida esvaziada de sentido e permeada por um senso de irrealidade e de que a vida não vale a pena” (Galván & Amiralian, 2009, p. 53).

Em um extremo, as pessoas tendem a acreditar que a manifestação do falso *self* é de fato a pessoa real; porém, em algum momento o falso *self* tende a falhar, exatamente quando se espera que a pessoa integral se manifeste, como nos relacionamentos de convivência e de amizade. Em alguns casos, o falso *self* pode ter como seu principal interesse encontrar situações para que o verdadeiro *self* desponte, mas quando isso não é possível, novas defesas são levantadas para encobrir o *self* verdadeiro. Em outras condições, o falso *self* pode ser construído sobre identificações e, na normalidade, ele se revela na atitude social afável e polida (Winnicott, 1979/1983b).

Em outra medida, o *self* verdadeiro ascende a partir da vivência de ilusão criativa, quando o lactente pode ter a experiência de criar e controlar o mundo à sua volta. Espera-se que, gradualmente, a partir do estado de ilusão a criança tenha a possibilidade de constituir a capacidade para explorar o brincar, a imaginação e, mais tarde, os símbolos. Quando a função materna é suficientemente boa, o cuidado materno permite que o bebê passe a existir, ao invés de reagir. A expressão do verdadeiro *self* pode ser identificada na

espontaneidade, na originalidade criativa e no movimento da experiência de viver. É o *self* verdadeiro que pode se sentir real, enquanto o falso *self* expressa o sentimento de futilidade e irrealidade (Winnicott, 1979/1983b).

Na condução de casos de pacientes com falso *self*, o progresso na análise realmente ocorre quando o analista pode ali reconhecer a não existência do paciente, ou seja, quando esclarece a ausência de algo importante – no caso, o elemento que possibilita a originalidade criativa. Por meio desse manejo técnico, tem-se a abertura para entrar em contato com o verdadeiro *self*. Para exemplificar, Winnicott cita a fala de um paciente, cujo caso se tratava de um falso *self*: “A única vez que eu senti esperança foi quando você me disse não ver esperança, e continuou com a análise” (Winnicott, 1979/1983b, p. 139).

Motta (2005) menciona que, para determinados pacientes, o despertar da pessoa real do terapeuta no manejo clínico pode ser mais interessante em termos terapêuticos do que a posição do terapeuta neutro. Esse manejo pode conduzir o paciente a reviver experiências primitivas, evidenciando falhas ambientais que repercutiram na sua constituição e no seu amadurecimento. A autora denomina de interpretações criativas as manifestações do gesto espontâneo e a expressão do verdadeiro *self* do terapeuta, as quais favoreceriam o aparecimento de partes do *self* do paciente. Tais interpretações podem ser utilizadas como recursos facilitadores para o tratamento psicoterápico, confirmando a contribuição da presença ativa do terapeuta no *setting* psicanalítico.

Quando o paciente tem a esperança de poder contar com o analista como um ambiente confiável para depositar aspectos do falso *self*, o profissional precisa estar preparado para lidar com situações de significativa dependência e regressão nas sessões. O paciente tem a chance de usar as falhas do analista, recebendo-as como falhas antigas, percebê-las e então sentir raiva e se aborrecer. Nesse sentido, quando o analista se vê diante de uma resistência em pacientes nos quais há falhas na integração do ego, será preciso reconhecer as suas falhas para si e para o paciente, favorecendo que este sinta raiva diante de uma adaptação primitiva que não foi suficientemente boa (Winnicott, 1958/2000c).

Na obra *Da Pediatria à Psicanálise*, Winnicott (1958/2000f) se dedica a focalizar dois termos: retraimento e regressão – importantes para a compreensão do manejo nos casos cujas falhas do ambiente remontam aos estágios primitivos do amadurecimento. Por regressão, entende-se a regressão à dependência e, por retraimento, a retirada do relacionamento consciente com a realidade externa.

O autor relata o caso de um paciente no qual o retraimento inicial pôde dar lugar à regressão de forma construtiva para o trabalho de análise. No início da doença, o paciente teve um colapso que o levou a não se sentir real e a perder parte da sua espontaneidade. Sustentava, ainda, a queixa de ser incapaz de ser impulsivo e de fazer comentários originais. O psicanalista enfatiza o papel do analista como ambiente e o quanto a relação transferencial pôde suscitar um necessário estado de regressão à dependência de curta duração (Winnicott, 1958/2000f). Com a análise, foi possível que o paciente apontasse a dificuldade em se expressar: sentia-se como uma criança que entendia não ser correto falar porque, assim, tomaria o lugar dos pais. Fez-se uma associação com uma criança pequena desamparada, que se vê abandonada, cujo gesto autêntico fica sem resposta. O autor assinala que se nota nesse paciente o sentimento de desesperança sobre ter um gesto espontâneo acolhido. A partir do caso, esclarece que, perante um estado de retraimento, o analista pode fornecer sustentação ao paciente, a fim de contribuir para que o retraimento se transforme em regressão. A regressão no *setting* terapêutico, como possibilidade de esperança, pode corrigir uma adaptação que não foi adequada na infância precoce do paciente (Winnicott, 1958/2000f). Portanto, a desesperança em ter o gesto espontâneo acolhido pôde dar lugar à esperança de encontrar um analista que acolhesse, apoiasse e sustentasse as necessidades do paciente, fornecendo um processo de reparação.

Para os pacientes que possuem alguma questão ligada aos estágios primitivos do amadurecimento, anteriores à aquisição do status de unidade, o trabalho em análise pode ser focado no manejo clínico. Pode-se estar diante de casos de organização de um falso *self* muito precoce, de modo que a regressão na análise conduziria ao encontro do verdadeiro *self*. Se persiste no sujeito a crença na possibilidade de reparação da falha original, a regressão pode acontecer favorecida por uma provisão ambiental especializada, capaz de oferecer sustentação ao paciente (Winnicott, 1958/2000a). Essa crença pode ser entendida como a esperança do paciente em encontrar um ambiente suficientemente bom, que repare as falhas vivenciadas.

A regressão, assim, é evidenciada na expectativa do sujeito perante novas condições que insiram uma chance para que o processo de amadurecimento aconteça, o qual havia sido dificultado ou impossibilitado pelas falhas ambientais primitivas. Trata-se, portanto, de um mecanismo de defesa do ego bastante organizado frente a uma ameaça de caos, levando ao congelamento da situação da falha. A regressão no campo da análise

psicanalítica é um fenômeno normal que realça o caminho saudável para a retomada do curso do amadurecimento (Winnicott, 1958/2000a).

Ao mesmo tempo há a concepção inconsciente (que pode transformar-se em numa esperança consciente) de que em algum momento futuro haverá oportunidade para uma nova experiência, na qual a situação da falha poderá ser descongelada e revivida, com o indivíduo num estado de regressão dentro de um ambiente capaz de prover a adaptação adequada. (Winnicott, 1958/2000a, p.378)

A esperança é, assim, vislumbrada na capacidade de acreditar ser possível a experiência de uma reparação das falhas antes vividas pela via da confiabilidade do ambiente. Por outro lado, sujeitos muito doentes se deparam com pouca esperança de encontrar uma provisão ambiental adequada como uma nova oportunidade de retomar o amadurecimento saudável. Pela via da esperança e, portanto, da confiança no ambiente, tende a acontecer de, no lugar onde habitava um sentimento de inutilidade e irrealidade no sujeito, começar a despontar o espaço onde o verdadeiro *self* pode operar. Assim, quando o falso *self* sai de cena possibilitando a emergência do verdadeiro *self*, vê-se surgir o sentimento de que a vida vale a pena (Winnicott, 1958/2000a).

Motta (2018) afirma que, da mesma forma que o bebê se vê no rosto da mãe, também o paciente pode entrar em contato com seu eu a partir do psicoterapeuta. Na condução do trabalho clínico, utilizando-se da função de espelho e das identificações cruzadas, o profissional pode auxiliar que o paciente, pouco a pouco, seja capaz de se identificar com o outro, descobrir seu *self* e adquirir a possibilidade de existir e a de se sentir real.

A capacidade para esperança quando presente no olhar do psicoterapeuta ao desenvolver seu trabalho, cria condições facilitadoras para um acontecer com várias características: a síntese, o brincar, o humor, o transitar entre várias e diferentes realidades (subjéctiva, objectiva, transicional). (Motta, 2018, p.310)

Salles e Tardivo (2017) comunicam que a obra de Winnicott insere a esperança como substituta do desejo, colocando-a como aspecto que facilita a saúde, de modo que, ao se perder a esperança, corre-se o risco de entrar em um estado de adoecimento. Então, na relação transferencial, ao dispor o psicoterapeuta na condição de objeto subjéctivo, o

paciente com esperança manifesta a expectativa de poder vivenciar, transferencialmente, algo que não foi possível em estágios anteriores e primitivos do amadurecimento. Com base no que foi exposto até aqui, compreende-se que a esperança é evidenciada a partir da confiança no ambiente e na possibilidade de o sujeito acreditar ser possível ter uma experiência positiva e suficientemente boa na relação com o outro, muitas vezes diferente das vivências anteriores de sua história.

1.1.3 Privação e Deprivação

Quando a criança está diante de um ambiente bom que foi desfeito, ou quando esse ambiente nunca existiu, podem acontecer algumas respostas defensivas. Em alguns casos, reprime-se o ódio ou perde-se a capacidade de amar. Em outras situações, acontece a regressão a etapas anteriores do desenvolvimento que foram mais satisfatórias ou pode aparecer um estado de introversão patológica. Além dessas, há as situações em que ocorre uma cisão da personalidade, nas quais mantém-se, no interior, a parte principal do eu, expressando-se, no exterior, aspectos de submissão e condescendência (Winnicott, 1984/2005a).

Winnicott (1984/2005a) reconhece que uma criança que sofreu privação por parte do ambiente é uma pessoa doente, marcada por experiências traumáticas, levando-a a desenvolver um modo particular com o objetivo de se defender das ansiedades suscitadas. Portanto, para se alcançar um desenvolvimento saudável, requer-se mais do que o reajustamento ambiental. Para que se encaminhe em direção à saúde, será necessário que a criança possa fazer uso do ambiente e até sentir ódio, expressando a sua fúria pelas privações anteriores.

Uma das formas de manifestação da privação ambiental é o ato antissocial. A tendência antissocial remete a uma privação, a uma mudança no ambiente, que passa a não ser tão adequado ao sujeito como antes podia ser. Nesse caso, fala-se em deprivação. Atos antissociais notados, inclusive, em meninas e meninos que tiveram bons lares, podem sinalizar a existência da esperança como um pedido de ajuda (Winnicott, 1984/2005e; Winnicott, 1986/1999).

Essa deprivação ocorre em um período em que a criança é capaz de perceber a situação de privação, ou seja, o estado de maturidade do ego permite a percepção de que a falha foi do meio externo, e por isso o sujeito é impelido a buscar novos suprimentos ambientais. Na tendência antissocial, a criança não experimentou apenas uma carência,

ela foi desapossada de algo que foi bom até certo momento, mas depois foi perdido. No entanto, a retirada perdurou por um tempo maior do que a capacidade da criança de preservar a lembrança da experiência viva em si (Winnicott, 1984/2005f).

Um indivíduo que sofreu uma privação, conforme aqui referido, deparou-se com uma angústia impensável e, reorganizando-se, estabelece um estado neutro. Porém, se nele habita a esperança, a partir da tendência antissocial, pode buscar retornar ao momento anterior à condição de privação; “... começa a surgir a esperança; isso significa que a criança, sem ter a menor consciência do que está ocorrendo, começa a sentir um impulso de voltar para antes do momento da privação, e assim desfazer o medo da ansiedade impensável” (Winnicott, 1986/1999, p. 83). Ainda que o sujeito não tivesse consciência desse movimento de busca, o estado de maturidade do ego possibilitou que se percebesse que a falha é externa, ou seja, do ambiente, e não interna. Assim, tem o impulso de ir em direção a uma nova provisão ambiental, confiável o suficiente para ser testada.

A esperança, na tendência antissocial, evidencia o movimento de procura de alguma coisa, o encontro com o objeto; a busca por um ambiente estável e confiável que suporte as tensões provocadas pelo sujeito e que lhe permita a liberdade para agir e ser. Assim, faz-se relevante o ambiente perceber os sinais de esperança na tendência antissocial para, então, ir ao encontro desse movimento do sujeito e corresponder a ele (Winnicott, 1984/2005f).

Quando o lar não consegue corresponder ao que a criança precisa, ela se torna angustiada e inquieta. “A maior parte do tempo, o paciente não tem esperança de corrigir o trauma original e, assim, vive num estado de relativa depressão ou de dissociações que mascaram o estado caótico, sempre ameaçador”. (Winnicott, 1984/2005e, p. 283). Porém, se há esperança, o sujeito procura uma estrutura que lhe forneça contorno.

A criança antissocial, por não experienciar o sentimento de segurança dentro do lar, busca no contexto externo, na sociedade, algo que ofereça a estabilidade que precisa, podendo ser nos avós, nos tios, nos amigos da família ou na escola, por exemplo (Winnicott, 1964/1982b). Dessa forma, o comportamento antissocial revela o fracasso do ambiente no ajustamento às necessidades da criança em um período de relativa dependência. Se isso perdura, o desajustamento da criança manifesta o fracasso da família em reparar as falhas instaladas, podendo se estender para o fracasso da sociedade em ir em direção à esperança do sujeito.

A tendência antissocial como expressão da esperança pode ser de natureza do furto ou de atividade agressiva e destrutiva. No primeiro caso, o roubo diz respeito às reivindicações que o sujeito faz em relação ao tempo e ao interesse das pessoas. No segundo caso, a agressividade alude à expectativa de encontrar um ambiente seguro e organizado que permita o estado de relaxamento, descanso e desintegração (Winnicott, 1984/2005e).

No que tange ao ato do roubo, pode-se compreender que a mãe, ao se adaptar às necessidades da criança, favorece que o bebê encontre objetos de forma criativa, mas se acontece uma falha do ambiente nesse processo, perde-se a capacidade de o sujeito encontrar algo criativamente. Porém, se há esperança, a criança, por meio do roubo, pode comunicar que está procurando a capacidade de encontrar algo (Winnicott, 1986/1999). Quando a criança rouba algo, ela está à procura da boa mãe, mas também do pai que lhe oferecerá limite. A criança evoca o pai rigoroso, que também pode ser amoroso; mas, antes de tudo, o pai severo e forte que impeça a expressão dos seus impulsos (Winnicott, 1964/1982b).

Atos anti-sociais [*sic*], como a enurese noturna e o furto, indicam também que, pelo menos momentaneamente, pode haver esperança – esperança de redescoberta de uma mãe suficientemente boa, de um lar suficientemente bom, de uma inter-relação parental suficientemente boa. Até a raiva pode indicar que existe esperança, e que, de momento, a criança é uma unidade e é capaz de sentir o choque entre o que é concebível e o que é realmente possível de ser encontrado no que chamamos a realidade compartilhada. (Winnicott, 1984/2005a, p. 200)

O comportamento antissocial como pedido de ajuda indica a procura da criança por pessoas que exerçam o controle, sem que essas deixem de ser carinhosas, fortes e confiantes na relação com ela. Isso porque a capacidade do infante de controlar a si mesmo e de criar um bom ambiente interno está prejudicada (Winnicott, 1964/1982b). Assim, vendo-se livre, a comportar-se como quer, a criança antissocial contrapõe-se à sociedade no intuito de que o controle advenha de fora.

O psicanalista alude, ainda, à privação que acontece a partir de rompimento do lar e de desentendimentos entre os pais. Isso pode repercutir na criança de forma que ela se sinta insegura em relação aos seus próprios impulsos agressivos, a ponto de perder sua espontaneidade e impulsividade. Nessa situação, a tendência antissocial “... faz com que

o menino se redescubra sempre que sinta alguma esperança de retorno da segurança, o que significa uma redescoberta da própria agressividade” (Winnicott, 1986/1999, p. 86). Aqui, a esperança entra como um pedido de ajuda a partir de atos agressivos, como machucar alguém ou quebrar algo.

O ato antissocial como sinal de esperança comunica, portanto, a tentativa de recuperar o ambiente suficientemente bom. Nesse caso, a criança pode ser beneficiada por meio de um ambiente especializado, com objetivo terapêutico, que esteja disponível para ir ao encontro do sinal de esperança manifesto pelos sintomas. Assim, antes que a criança renuncie às suas defesas, precisa alcançar confiança no ambiente e em sua estabilidade (Winnicott, 1984/2005a)

A respeito das formas de se lidar com a tendência antissocial, Winnicott (1986/1999) alerta que, por exemplo, pode ser difícil para uma pessoa incumbida do cuidado de um grupo de meninos em conflito com a lei dispor-se a um contato pessoal no âmbito terapêutico, no sentido de promover a comunicação em um nível profundo. Essa dificuldade se justifica pelo fato de que, enquanto se encarrega dos cuidados gerais, essa pessoa coloca em pauta o aspecto da moralidade e, portanto, atos antissociais não são admissíveis. Por outro lado, quando se coloca disponível a um contato pessoal ou a algum tipo de intervenção psicoterápica, não há o julgamento da verdade objetiva, mas daquilo que o sujeito em conflito com a lei sente como real.

O autor orienta, portanto, que nesse tipo de trabalho não há espaço para a superficialidade: é preciso que se tenha um interesse verdadeiro de estar em contato com o outro e, caso o sujeito sinta que está em terreno confiável – o que é favorecido pela previsibilidade deste –, ele pode, então, fazer uso do encontro e se beneficiar do ambiente, inclusive pelo desperdício, que deve ser tolerado.

A única coisa necessária é o desejo de se envolver, naquele período de tempo particular, limitado, com o que quer que lá ocorra ou apareça através da cooperação inconsciente que o paciente produz, a qual logo se desenvolve e desencadeia um processo poderoso. É esse processo nas crianças que torna essas sessões valiosas. (Winnicott, 1986/1999, p. 89)

Em alguns casos, mudanças positivas serão alcançadas no próprio lar da criança, por meio de uma administração especial no contato relacional. Isso também pode ser atingido pelo oferecimento de cuidados pessoais ou pelo controle rigoroso realizado por

peças que se importam verdadeiramente com a criança, ou ainda por grupos específicos capazes de oferecer o que família não pôde. Em todos os casos, a psicoterapia poderá ser um recurso acrescentado, quando se identifica que a criança possui condições para tanto (Winnicott, 1984/2005e).

Importante notar-se que apenas a indicação de psicoterapia para casos antissociais pode não ser considerada suficiente. Sobretudo, é preciso que a criança seja acolhida em um ambiente adequado que ofereça uma provisão diferente das experiências de vulnerabilidade a que estava exposta anteriormente. Ressalta-se, ainda, que os fracassos do terapeuta ou das pessoas responsáveis pela administração da vida da criança serão sentidos na transferência como algo real, pois reativam a experiência dos fracassos iniciais (Winnicott, 1984/2005c; Winnicott, 1984/2005e). Desse modo, há que se reconhecer o fracasso atual para que o sujeito possa sentir raiva e liberar os caminhos dos processos maturacionais.

Portanto, o tratamento da tendência antissocial passa pelo oferecimento de provisão ambiental pela via de cuidados à criança a partir de um ambiente confiável e estável. Reitera-se a importância de se evidenciar a esperança, por um lado, como movimento futuro, mas ainda como caminho de retorno a um período anterior à privação ambiental. Esperança que se revela na busca do sujeito por encontrar algo que favoreça o resgate da sua capacidade de sentir segurança e encontrar objetos, de resgatar a espontaneidade e a criatividade, de experienciar novamente algo bom que um dia esteve presente.

1.1.4 A Criança no Lar Substituto

Em uma carta escrita por Bowlby, Miller e Winnicott, em 1939, durante a guerra, já se alertava para como a separação prolongada das crianças pequenas de suas mães e do ambiente familiar poderia ser prejudicial para a saúde emocional dos infantes. A perturbação do ambiente familiar da criança pode ter como consequências alterações no comportamento, ansiedade e tendência a doenças físicas (Winnicott, 1984/2005g).

No caso de uma criança menor, essa experiência pode significar muito mais do que a experiência real de tristeza. Pode, de fato, equivaler a um *blackout* emocional e levar facilmente a um distúrbio grave do desenvolvimento da personalidade, distúrbio

esse que poderá persistir por toda a vida. (Órfãos e crianças sem lar iniciam suas vidas como tragédias ...). (Winnicott, 1984/2005g, p. 10)

A falta de uma unidade no ambiente familiar da criança prejudica a sua segurança no meio em que vive, podendo afetar, além da personalidade, a forma como expressa as emoções. A capacidade para sentir e manifestar tristeza é considerada uma importante etapa do desenvolvimento da personalidade do indivíduo, sendo também necessária para o estabelecimento de relacionamentos sociais (Winnicott, 1984/2005g), portanto, a desestruturação do ambiente familiar poderá interferir no desenvolvimento emocional do infante.

Assim, é esperado que uma criança retirada de sua casa e colocada em um lar substituto tenha alguma reação inicial de estranheza, não aceitando imediatamente o novo lugar como o seu lar. É comum que ela se sinta ansiosa e leve tempo, às vezes muito tempo, para se adaptar. Se isso não ocorre, pode ser que tenha acontecido uma aceitação artificial, uma defesa até certo ponto pautada em ilusão, idealização de que o lar original é melhor (Winnicott, 1984/2005b).

A criança afastada da vida familiar, frequentemente, pode ter a sensação de que os sentimentos bons e as lembranças positivas que mantinha em si estão sob ameaça de serem esquecidas, por isso, pode se apegar a objetos familiares que se tornarão extremamente importantes para si. Ela pode se sentir aflita por não saber se um dia recuperará o que viveu ou reencontrará as pessoas que um dia fizeram parte de sua vida, portanto, busca se apegar ao que lhe reativa o sentimento de realidade (Winnicott, 1984/2005b).

A criança encaminhada a uma instituição ou lar adotivo, para além da promulgação de leis ou ajustes administrativos com a finalidade protetiva, necessita, sobretudo, de tratamento com seres humanos disponíveis para um contato verdadeiro. Nesse caso, o novo ambiente deve estar preparado para suportar os ataques de raiva da criança, possíveis de acontecer quando ela alcança a confiança no ambiente. O ódio é o modo de expressar a frustração frente às falhas do ambiente anterior (Winnicott, 1984/2005a; 1984/2005c).

Na tentativa de não mais serem o alvo dos ataques da criança, os pais adotivos podem atribuir maldade aos pais biológicos, colocando-se no lugar de salvadores. Contudo, no caso de crianças que sofreram privação, há uma tendência à idealização do próprio lar, de modo que essa posição dos pais adotivos pode fomentar ainda mais o ódio

da criança. Um caminho mais saudável seria os pais adotivos sobreviverem aos sentimentos negativos, buscando uma aproximação não idealizada e mais segura com a criança (Winnicott, 1984/2005a).

Quando a relação construída com os pais adotivos é exitosa, entende-se que há na criança certo nível de confiança nas pessoas, a ponto de ser capaz de encontrar aspectos bons naquilo que os pais adotivos têm a lhe oferecer. Isso pode ser dificultado se ela está mentalmente fragilizada, insegura e instável (Winnicott, 1984/2005b).

Enquanto a colocação em um lar adotivo pode ter como finalidade um resultado terapêutico para a criança, no caso da instituição, a finalidade primordial é a atenção às suas necessidades de sobrevivência, a introdução da ordem na vida diária e a busca de se evitar o choque com a sociedade. Nesse sentido, certa severidade e rigor estão presentes no contexto institucional, de modo que as crianças poderão tirar proveito desse ambiente estável, desde que haja coerência e equidade no trato humano, por parte dos cuidadores (Winnicott, 1984/2005a).

Para que o amadurecimento emocional aconteça satisfatoriamente e a personalidade continue a se desenvolver, o indivíduo precisa muito mais do que o suprimento de alimento, vestimenta e conforto, exigindo-se que se lhe ofereça os cuidados como um todo, incluindo amor e compressão. Se existe na criança o sentimento de que se está em um lar, é porque lhe foi oferecida a possibilidade de acreditar, mesmo quando o *amor falha* e algum desentendimento acontece. Nesse caso, a relação entre o adulto e a criança tem condições de sobreviver quando esta sente que pode confiar (Winnicott, 1984/2005b).

Compreendendo que a criança que passou por privações necessita de estabilidade do ambiente e de cuidados individuais, espera-se que, sobretudo no contexto institucional, ela possa encontrar pessoas que lhe sirvam de referência e suportem as tensões provocadas. A equipe responsável pelo cuidado deve acolher as crianças sob sua responsabilidade como sendo uma parte de si (Winnicott, 1984/2005c). Esse tipo de abordagem no cuidado atuaria como uma espécie de profilaxia, podendo prevenir até mesmo certos casos de atos antissociais.

Sabe-se que fracassos podem acontecer quanto aos esforços para se reparar as falhas de provisão ambiental, levando algumas crianças a serem encaminhadas para o sistema penal. Porém, aquelas que conseguirem resgatar as boas experiências poderão ter um caminho de vida positivo e exitoso (Winnicott, 1964/1982b).

Dessa forma, entende-se que, ao serem acolhidos em um lar substituto, os indivíduos precisam de um ambiente estável que lhes forneça carinho e amor, além de liberdade, inserida gradativamente. Em alguns casos, apenas o novo ambiente é suficiente. Já em outras situações, também pode ser acrescentada a psicoterapia, a fim de facilitar a retomada do desenvolvimento e do amadurecimento emocional saudável.

Isto significa inúmeras coisas, incluindo o estabelecimento de uma boa capacidade para sentir a realidade das coisas concretas, tanto internas como externas, e o estabelecimento da integração da personalidade individual. “Após esses fatos primordiais, seguem-se os primeiros sentimentos de preocupação e culpa, bem como os primeiros impulsos para efetuar reparações.” (Winnicott, 1964/1982b, p. 261)

Nessa direção, vale mencionar uma intervenção, conforme proposto por Winnicott, desenvolvida junto a um adolescente estadunidense sob proteção do sistema de bem-estar infantil. O jovem residia em uma instituição de acolhimento e possuía o histórico de um ambiente faltoso e de múltiplos eventos estressores. A inicial desconfiança nos adultos, a falta de esperança e a desvalorização de si, pouco a pouco, foram sendo transformadas. A partir do trabalho terapêutico pautado no referencial winnicottiano, e com o estabelecimento da transferência positiva, escuta acolhedora e presença ativa do terapeuta, criou-se um ambiente de acolhimento aos estados emocionais do adolescente. Notou-se que o terapeuta foi associado pelo adolescente a uma figura paterna positiva, diferentemente da experiência de vida anterior, contribuindo para o estabelecimento de confiança e para os resultados satisfatórios da intervenção (Hoffler, 2017).

Importante que os profissionais do serviço de acolhimento diretamente ligados ao cuidado com as crianças recebam apoio e orientação de outras especialidades, a exemplo de assistentes sociais, médicos psiquiatras e/ou psicólogos, como cita Winnicott (1984/2005c). Isso porque diversas dificuldades podem surgir no âmbito da instituição, exigindo o suporte externo de profissionais que mantenham algum tipo de vínculo com o serviço.

Por fim, acrescentando os caminhos pelos quais a esperança pode ser expressa no contexto do acolhimento, a gravidez na adolescência pode ser um exemplo. Santos e Motta (2014), a partir de uma pesquisa psicanalítica baseada na teoria de Winnicott, encontraram que a maternidade pode adquirir o significado de esperança no caso de

meninas que residem em serviços de acolhimento institucional e que passaram pela ruptura dos vínculos familiares. Em meio a uma história marcada por carência afetiva e abandono, ter um filho pode representar para elas a possibilidade de superação das experiências difíceis, um modo de preencher as lacunas da vida e de restabelecer o sentido da própria existência, sentindo-se investidas de afeto. A maternidade, nos casos estudados, foi considerada como expressão viva da esperança de encontro com o outro.

1.2 Políticas de Proteção à Infância e à Adolescência

O objetivo da criação de filhos não é apenas o de produzir crianças saudáveis, mas também o de permitir o desenvolvimento posterior de um adulto saudável.
(Winnicott, 1958/2000e, p. 306)

Neste item, será oferecido um panorama de marcos legais da evolução das políticas de proteção social infantojuvenil no Brasil até o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como política de proteção integral a esses indivíduos prevalente atualmente.

No Brasil, o Decreto 17.943-A, de 1927 demarcou a implantação de parâmetros voltados à assistência e à proteção de direitos de crianças e adolescentes. A partir dele, foi constituído o Código de Menores, que vigorou até 1990. Naquele documento, estabeleceram-se os direitos à vida, à saúde e à identidade aos ditos menores abandonados e delinquentes, até 18 anos, além de conferir ao Estado os atributos necessários à vigilância para a garantia de seus direitos. Embora o Código buscasse assegurar a assistência e a proteção aos indivíduos, ele não considerava crianças e adolescentes efetivamente como cidadãos de direitos e deveres, da forma identificada nas legislações atuais (Miranda, 2017; Silva & Melo, 2019).

Apesar de, para a época, o Código ter sido um avanço no sentido de poder se pensar os direitos da infância e da adolescência, sabe-se que era um instrumento insuficiente e que apresentava alguns problemas. O termo *menor* carregava uma representação social com teor negativo e pejorativo, impondo uma divisão entre a criança e o menor irregular. As crianças, as quais não eram tidas como cidadãs, também não recebiam atendimento prioritário, não possuíam o direito de serem ouvidas e nem havia

abertura para se pensar em políticas públicas para a sua proteção integral (Silva & Melo, 2019).

As instituições de abrigo passavam, cada vez mais, a ter uma dinâmica fechada, a fim de evitarem o contato dos abrigados com o meio externo, principalmente o familiar, pois se tinha a forte crença de que esses contextos de pobreza dos quais os abrigados advinham eram a origem de desvios e problemas de ordem moral. Portanto, na história brasileira, o modelo asilar das instituições serviu como recurso para a assistência à população infantojuvenil pobre, ou seja, um modo de controle social e de higienização dos centros urbanos em desenvolvimento. Tornou-se cada vez mais enraizada a ideia de que a população pobre ocupa um grupo social que ameaça a sociedade em geral e, portanto, deve ser mantida sob controle estatal (Khattar, 2019; Miranda, 2017; Wendt, Dullius, & Dell’Aglia, 2017).

O Brasil carrega as marcas históricas das instituições asilares – abrigos, educandários, orfanatos e internatos que abrigavam crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, a fim de lhes oferecer proteção, mas também de afastá-los do convívio social. Essas grandes instituições tinham como características o fato de serem numerosas e de longa permanência. Não raro, uma pessoa passava a vida toda institucionalizada (Brasil, 2005).

Posteriormente, no período Vargas, aconteceram novos ajustes, como a organização de uma política de assistência social e de atenção à criança e ao adolescente e de uma estrutura estatal para a coordenação e a sistematização dos serviços socioassistenciais. Devido à abertura, pelo governo, para que as entidades privadas assumissem os serviços socioassistenciais, observou-se uma crescente decadência dos serviços prestados. Foi assim que, no início do período de 1960, esse sistema passou por uma crise, ensejada por debates de grupos sociais que passaram a contestar o modelo até então vigente. Inclui-se, aqui, a influência da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Tais mudanças apontaram para a importância do direito à convivência familiar e comunitária, da possibilidade de reintegração à família natural e de encaminhamento a lares substitutivos, além da organização de um ambiente institucional que se aproximasse ao de um lar familiar (Miranda, 2017).

Na prática, porém, pouco se constatou de mudanças na gestão dos serviços de acolhimento institucional, o que suscitou a manutenção das contestações dos grupos sociais, na década de 1980. Nota-se que o grande salto na busca por uma melhor garantia

e articulação dos direitos das crianças e dos adolescentes se deu a partir da Constituição de 1988 e da aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989, estimulando e dando corpo para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A publicação da Lei n.º 8.069, que instituiu o ECA, aconteceu em meio à redemocratização do país como forma de reafirmação da Constituição Federal de 1988, a qual tinha inserido, no Art. 227, os princípios fundamentais da Doutrina de Proteção Integral. Tendo como fundamentos esses documentos anteriores, a Lei que rege o Estatuto se tornou, então, central na consolidação das diretrizes para a garantia dos direitos e deveres de crianças e adolescentes (Fonseca, 2019; Miranda, 2017; Silva & Melo, 2019).

... o ECA estabelece uma política de “proteção integral” às crianças e adolescentes, a ser desenvolvida por uma rede ampla de instituições: Conselho Tutelar, conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos níveis municipal, estadual e federal, Juizado da Infância e da Juventude, Defensoria Pública, Promotoria da Infância e Juventude e os órgãos executivos das políticas sociais setoriais, incluindo a de assistência social. (Miranda, 2017, p.209)

Com o ECA, obteve-se a estruturação de uma proteção integral viabilizada por medidas protetivas, sendo o acolhimento institucional uma de suas modalidades. Com a instituição do Serviço Único de Assistência Social (Suas), em 2005, testemunhou-se uma melhor organização das políticas de assistência social e de atenção à criança e ao adolescente, no Brasil. Outra demarcação relevante e que ofereceu maior norteamento técnico para os serviços de acolhimento foi a aprovação, em 2009, das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Esse documento traz algumas melhorias, como o fim das instituições totais; a orientação para que as unidades de acolhimento do tipo casa lar e abrigo institucional recebam, no máximo, 10 e 20 crianças ou adolescentes, respectivamente; além de nortear os profissionais envolvidos na gestão para que atuem em permanente interlocução, isto é, em rede e intersetorialmente (Brasil, 2009b; Miranda, 2017).

O ECA foi promulgado pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, compreendido como um marco que instituiu a promoção integral da criança e do adolescente, promovendo importantes mudanças na proteção e na garantia de direitos da infância e da adolescência, os quais passaram a fazer parte do âmbito de prioridades das políticas

sociais. Além disso, ofereceu um direcionamento legal para os serviços de acolhimento no que tange às práticas adequadas de atendimento e cuidado.

O Estatuto define como adolescente toda pessoa entre 12 e 18 anos de idade e, em casos excepcionais, abrange a faixa etária de 18 a 21 anos. Está estabelecido que a educação e a criação da criança e do adolescente sejam prioritariamente realizadas no âmbito familiar e, em situações particulares, em família substituta. Seja na família natural ou na família substituta, a convivência familiar e comunitária deve ser assegurada em um ambiente que ofereça o desenvolvimento integral do indivíduo. A colocação em família substituta pode ser mediante guarda, tutela ou adoção (Brasil, 1990).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990)

Nesse sentido, o ECA convida a sociedade, e não apenas a família, a se responsabilizar e a assumir a proteção dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes. Quando a criança ou o adolescente se encontram em situação de ameaça ou de violação de direitos, a autoridade judiciária competente poderá determinar a aplicação de medida protetiva. Na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005), está prevista a proteção social especial em casos de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social como abandono, abuso sexual, maus tratos físicos e psicológicos, trabalho infantil, entre outros. Os serviços de proteção social de alta complexidade são aqueles que oferecem proteção integral ao indivíduo, garantindo moradia, alimentação, higienização, quando há a necessidade de afastamento do meio familiar ou comunitário.

Entre as medidas protetivas direcionadas à infância e à adolescência, vale apontar o Programa de Acolhimento Institucional e o Programa de Acolhimento Familiar. Trata-se de medidas provisórias e excepcionais aplicadas no período de transição para a reintegração familiar. Quando esta não for possível, propõe-se a colocação em família substituta. A inserção da criança ou do adolescente em acolhimento familiar é tida como prioritária em detrimento do acolhimento institucional (Brasil, 1990).

O Programa de Acolhimento Institucional é um atendimento provisório para crianças e adolescentes sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social. O acolhimento é operacionalizado quando os responsáveis não podem oferecer a função de

proteção e cuidado. As entidades de amparo devem oferecer atendimento em pequenas unidades e grupos, além de conter registro no Conselho Municipal de Assistência Social e da Criança e Adolescente (Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP, s.d.).

Sendo assim, os Serviços de Acolhimento Institucional (SAI) correspondem a unidades que oferecem o acolhimento provisório a crianças e adolescentes cujos vínculos familiares estão fragilizados ou foram rompidos. Os SAIs podem ser organizados em formato de república, casa lar ou abrigo institucional. No Brasil, verifica-se um crescimento no número de crianças e adolescentes atendidos em instituições de forma proporcional ao aumento do porte do município (Brasil, 2009b; Iannelli, Assis, & Pinto, 2015).

O acolhimento institucional não deve se prolongar por mais de 18 meses, exceto quando houver necessidade fundamentada pelas autoridades judiciais competentes (Brasil, 1990). Em todo o caso, os esforços devem ser direcionados à reintegração familiar ou à colocação em família substituta, porém, quando essas opções se mostrarem ocasionalmente difíceis para a criança e para o adolescente, orienta-se buscar o fortalecimento da autonomia e o oferecimento de redes sociais de apoio. Mesmo quando a acolhida é de longa duração, não se deve desistir de localizar opções para a garantia do convívio familiar (Brasil, 2009b, Brasil, 2018).

Outra modalidade de atendimento, alternativa ao acolhimento institucional, é o Acolhimento Familiar. A família acolhedora tende a proporcionar a crianças e adolescentes convivência, cuidado e afeto até que eles possam ser reintegrados às suas famílias ou encaminhados para a adoção (TJSP, s.d.). Nas situações em que não se apresentam pessoas ou casais interessados, inclusive considerando-se a adoção internacional, procura-se destinar a criança ou o adolescente à guarda de família cadastrada no Programa de Acolhimento Familiar (Brasil, 1990).

Família acolhedora é um serviço que oferece temporariamente o acolhimento na residência de famílias previamente cadastradas, selecionadas e capacitadas, as quais não se encontram em cadastro para a adoção (Brasil, 1990). Esta é considerada uma oportunidade de oferecer aos acolhidos a possibilidade da manutenção da socialização, a inserção comunitária e uma atenção individualizada. As famílias aprovadas acolherão, por vez, apenas uma criança ou adolescente, exceto quando há irmãos. Nesse caso, a equipe técnica avaliará a adequação para essa ou outra modalidade de medida protetiva. Uma das atribuições das famílias acolhedoras é assumir as atividades cotidianas da criança ou do adolescente, como acompanhá-los a atendimentos de saúde e levá-los à

escola. Vale ressaltar que essa forma de acolhimento se enquadra em colocação familiar, mas não deve ser confundida com adoção (Brasil, 2009b).

Tanto no acolhimento familiar quanto no institucional, uma equipe técnica será responsável por disponibilizar à autoridade judiciária competente relatórios que possam subsidiar a decisão de reintegração familiar ou de colocação em família substituta. Nota-se que a situação de crianças e adolescentes acolhidos nessas medidas deve ser reavaliada a cada três meses (Brasil, 1990). Ainda está previsto que, a cada seis meses, os dirigentes das entidades responsáveis pelos programas de acolhimento familiar e institucional encaminhem para a autoridade judiciária um relatório a fim de explicitar a condição dos casos de cada criança ou adolescente (Brasil, 1990).

Tem-se como prioridade que as medidas de acolhimento familiar e institucional sejam disponibilizadas em local próximo à residência dos responsáveis/pais da criança ou adolescente, a fim de facilitar o seu contato com a família. Além disso, como forma de estimular a reintegração familiar, sempre que possível, a família de origem deverá participar de programas de apoio, orientação e promoção social (Brasil, 1990).

Desde a sua inauguração, em 1990, o ECA passou por atualizações e readequações a fim de especificar orientações para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Em três de agosto de 2009, foi promulgada a Lei n.º 12.010, conhecida como Nova Lei Nacional da Adoção (NLNA), inserindo significativas adequações ao Estatuto. Além de confirmar a legitimação deste, a Nova Lei deu visibilidade a alguns aspectos, como o direito ao convívio familiar e comunitário, a ampliação do conceito de família e a reafirmação da condição provisória da medida protetiva de acolhimento em instituição. A lei anterior definia que esta deveria ser uma medida breve, mas não precisava o período máximo no qual o acolhido poderia permanecer institucionalizado. Já a NLNA, além de delimitar esse período também designou a necessidade de uma revisão periódica de cada caso, visando prioritariamente à reintegração familiar, quando possível (Silva & Arpini, 2013).

A NLNA propôs, ainda, que a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) é responsabilidade da equipe técnica da entidade que coordena o acolhimento, considerando a opinião da criança e do adolescente e definindo as ações e atividades interventivas, tanto junto aos acolhidos quanto aos pais/responsáveis, quando possível. Em termos de nomenclatura, a palavra abrigo foi substituída por acolhimento institucional, e o termo pátrio poder, substituído por poder familiar. Foi recomendado que crianças e adolescentes sejam ouvidos pela equipe interprofissional, sempre que possível,

devendo suas opiniões ser consideradas. No caso de colocação em família substituta, a pessoa maior de 12 anos terá seu consentimento colhido em audiência (Brasil, 2009a).

Silva e Arpini (2013), ao pesquisarem a implicação da NLNA na prática de profissionais assistentes sociais e psicólogos que trabalham em instituições de acolhimento, identificaram que a Nova Lei abriu espaço para a valorização da escuta das crianças e dos adolescentes, os quais passaram a ser mais bem reconhecidos em sua individualidade. Além disso, as autoras verificaram a importância do PIA como um instrumento que diz respeito à história de vida dos indivíduos e, por isso, não deve se tornar mais um documento de teor burocrático, mas de busca por estabelecer ações que proporcionem um caminho e um movimento para o acolhido.

De 1995 a 2010, observou-se uma reorganização do sistema protetivo da infância e da adolescência, articulado com políticas sociais que buscavam a melhoria de vida das famílias menos favorecidas economicamente. Em meio à ideia de justiça social, procurava-se manter o caráter transitório do acolhimento institucional e, por outro lado, o fortalecimento dos vínculos entre as crianças e os adolescentes e suas famílias. Desse período, pode-se citar o estabelecimento do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em 2006, e a reformulação do ECA, em 2009. A partir de 2010, verificou-se o aumento de estímulos para a adoção, inclusive tardia, de crianças acima de sete e oito anos, pois uma parcela de gestores e profissionais da área jurídica compreende que a reintegração familiar é uma ação de difícil alcance em muitos casos, portanto, a adoção poderia oferecer melhores possibilidades e benefícios para alguns acolhidos (Fonseca, 2019).

Em 2017, a Lei n.º 13.509, de 22 de novembro, integrou ao ECA novas reformulações. Vale citar que foi a partir dessa lei que o prazo máximo para a reavaliação da situação de criança ou adolescente em acolhimento familiar ou domiciliar passou de seis para três meses, e o tempo máximo de permanência nessas medidas não deveria se prolongar por mais de 18 meses. Anteriormente, o prazo era de dois anos. Acrescenta-se a sinalização da inclusão de crianças e adolescentes em programa de apadrinhamento cuja finalidade é favorecer, fora da instituição, o estabelecimento de vínculos que estimulem a convivência familiar e comunitária, além do suporte para o desenvolvimento dos aspectos sociais, morais, físicos, cognitivos, educacionais e financeiros. O apadrinhamento é um recurso pensado, principalmente, para os acolhidos com remotas chances de reinserção nas famílias de origem ou de colocação em famílias substitutas (Brasil, 2017). Entre os perfis que possuem difíceis perspectivas de colocação em famílias

substitutas, vale destacar crianças em idade superior à primeira infância, adolescentes, crianças e adolescentes com necessidades de saúde ou deficiência, além daqueles parte de minorias étnicas e grandes grupos de irmãos (Brasil, 2009b; Brasil, 2018).

Pode-se refletir que tais mudanças no ECA são fundamentais para se evitar que os casos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sejam negligenciados pelas equipes técnicas e autoridades judiciárias, mas considerados em sua devida importância e os processos jurídicos colocados em curso, periodicamente.

A partir do exposto, pode-se perceber que o Brasil, em termos de proteção social de crianças e adolescentes, possui uma ampla organização de ações governamentais e não governamentais que visam o atendimento às necessidades, a prevenção e a redução da violação de direitos. Entre essas ações, inclui-se a manutenção do cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, organizado pela Justiça da Infância e da Juventude.

Ainda que o ECA estabeleça significativas diretrizes visando à articulação entre a União, os estados e os municípios na efetivação da política de atendimento a crianças e adolescentes, identifica-se que alguns problemas são constatados no que tange à execução do Estatuto. Souza e Brito (2015) notam que, no território nacional, é possível encontrar municípios onde há uma discrepância entre o que se apresenta na prática e as normativas legais para o cumprimento da medida protetiva de acolhimento institucional. Relatam, por exemplo, que o estado de Sergipe possui um histórico de anos de ações deficitárias na prestação do acolhimento institucional, como: número elevado de crianças e adolescentes por unidade; instituições homogêneas que acabam por separar irmãos; instituições que não se estruturam como uma casa lar; e envio de acolhidos do interior para a capital, dificultando as visitas e o convívio com os familiares.

Outros fatores dificultam que a Lei seja cumprida efetivamente. Vale sublinhar que a Lei nº. 8.069, de 1990, considera que os acolhimentos do tipo institucional e familiar são medidas provisórias empregadas em caráter de transição para a reintegração familiar ou a colocação em família substituta. Vale reconhecer que, em muitos casos, tais possibilidades não acontecem ou demoram consideravelmente para serem efetuadas.

No Brasil, os adolescentes em situação jurídica definida, ou seja, quando há a destituição do poder familiar, tendem a ter menos chances de colocação em família substituta. Dados do Cadastro Nacional de Adoção evidenciam que o número de candidatos habilitados para a adoção é menor conforme a idade da criança ou adolescente aumenta pois a maioria dos pretendentes à adoção prefere crianças com até quatro anos. Além disso, aqueles que apresentam irmãos possuem menores chances de colocação em

família natural, extensa ou adotiva, quando comparados aos indivíduos sem irmãos. Nota-se que, enquanto grande parte dos pretendentes à adoção demonstra a preferência por uma única criança, a taxa de acolhidos é composta, em sua maioria, por crianças e adolescentes que possuem irmãos (Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, 2013; Mastroianni et al., 2018).

Tais informações reforçam a importância de contínuas alternativas que ofereçam aos acolhidos destituídos do poder familiar a chance de manter vínculos afetivos externos às instituições. Para tanto, foram definidas iniciativas como Apadrinhamento Afetivo, Apadrinhamento Financeiro e Adote um Boa-Noite, projetos articulados no estado de São Paulo pela Corregedoria-Geral da Justiça (TJSP, s.d.).

Importante considerar que, muitas vezes, questões e ideias pautadas por estigmas, crenças e preconceitos compartilhados no imaginário social dificultam, aos adolescentes em situação de acolhimento, a possibilidade de serem vistos em suas necessidades e particularidades. Há que se mudar padrões culturais e historicamente enraizados para que novas perspectivas possam ser apresentadas a esses indivíduos.

1.3 Serviços de Acolhimento Institucional

Se as crianças precisam de um bom lar normal com que se identificarem, também necessitam profundamente de um lar estável e de um ambiente emocional estável em que possam ter a oportunidade de realizar firmes e naturais progressos, no devido tempo ... (Winnicott, 1957/1982a, p. 118).

Neste tópico, serão explicitadas informações sobre a organização e a execução dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, indicando as características da estruturação e do cumprimento das medidas protetivas voltadas à infância e à adolescência. Será, também, elucidado o imaginário social que, por vezes, sustenta padrões de pensamentos limitantes acerca das famílias e dos indivíduos acompanhados por esses serviços.

É possível pensar que, quando se focaliza o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a vivência nos serviços de acolhimento institucional congrega tanto aspectos positivos quanto negativos. São vários os fatores interligados que repercutirão

em maior ou menor qualidade na experiência do indivíduo, como as condições gerais de vida e cuidado proporcionadas, e as relações interpessoais estabelecidas na instituição.

Entre os aspectos positivos, destacam-se aqueles ligados à própria finalidade protetiva do serviço, ou seja, a de afastar a criança ou o adolescente do ambiente de risco no qual estavam inseridos e deslocá-los, provisoriamente, para um contexto que atenderá às suas necessidades físicas e emocionais atuais. Entretanto, vale sublinhar que a institucionalização também pode conter fatores de risco para o desenvolvimento humano, como a tendência a nem sempre considerar a individualidade dos acolhidos, levando a uma coletivização das suas rotinas, além da segregação social e da interrupção dos vínculos familiares quando do seu direcionamento a uma unidade de acolhimento (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019; Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016; Heumann & Cavalcante, 2018; Poker, 2017).

A qualidade da experiência no ambiente de acolhimento é um aspecto que merece atenção. Espera-se que crianças e adolescentes sejam atendidos integralmente, respeitando-se as individualidades e particularidades de cada faixa etária. No entanto, nem sempre esses aspectos conseguem ser considerados e efetivados.

Em algumas situações, a assistência proveniente dos cuidadores em relação aos acolhidos mantém-se, prioritariamente, circunscrita às atividades de higiene pessoal, alimentação, sono, limpeza do lar e cumprimento de horários em uma rotina padronizada, de forma a inserir certa carência de atividades de lazer, de descontração e de estabelecimento de vínculos afetivos. A pouca variação das atividades pode ser prejudicial ao desenvolvimento dos indivíduos por não estimular o engajamento em tarefas com diferentes graus de complexidade. Há que se considerar que o despreparo, a sobrecarga com os demais afazeres, ou mesmo a enraizada política da caridade, podem prejudicar a disponibilidade afetiva de profissionais que pouco conseguem investir na qualidade das interações (Heumann & Cavalcante, 2018; Lemos, Gechele, & Andrade, 2017; Poker, 2017). Importante pensar que a interação e o fortalecimento de vínculos podem ser experimentados principalmente nas situações de diversão, de entretenimento e de brincadeira entre acolhidos e cuidadores.

Nota-se que, em convergência à legislação vigente, que prevê a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, uma parte das famílias se mantém presente e em contato com os serviços de acolhimento (Fonseca, 2017), mas existe uma considerável parcela de acolhidos para a qual isso não é uma realidade: para estes, mesmo possuindo família, não há manutenção do vínculo ou o contato é esporádico e apenas com um

membro (Baptista, Rueda, & Brandão, 2017; Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016; Heumann & Cavalcante, 2018). Vários fatores parecem dificultar a preservação do vínculo familiar, como impedimentos judiciais, preços dos transportes públicos, grandes distâncias nas cidades maiores e, ainda, o desinteresse dos responsáveis, o que sinaliza certo desamparo social e afetivo (Carvalho & Stengel, 2018; Iannelli et al., 2015; Paiva, Moreira, & Lima, 2019).

Nas cidades de pequeno porte, identifica-se um aumento do percentual de pais que residem em municípios diferentes daqueles nos quais se encontram os SAIs, o que seria um aspecto a prejudicar a convivência com as crianças e os adolescentes atendidos. Já nos municípios de grande porte e nas metrópoles, esse índice tende a diminuir. Por outro lado, nos municípios mais populosos, existem mais famílias com impedimento judicial para contato com os acolhidos, bem como famílias não localizadas e desaparecidas, do que nos municípios de pequeno porte. A ideia levantada é a de que, nos municípios maiores, há maior distanciamento e desarticulação entre as instâncias judiciais, as famílias e os serviços de acolhimento (Iannelli et al., 2015).

Quando se pensa na função que uma instituição dessa natureza exerce diante de uma criança ou adolescente, é preciso considerar que, para que a medida protetiva tenha sido acionada, houve, em algum grau, ameaça ou violação dos direitos desses indivíduos (violência, negligência, abandono) imposta no contexto familiar. Essa infração exigiu o afastamento provisório desse ambiente, porém com a preservação do convívio familiar e comunitário, sempre que possível.

O acontecimento do acolhimento indica que, provisoriamente, houve o rompimento do vínculo anterior com o meio e com as figuras de referência e cuidado. A instituição de acolhimento surge, então, como um ambiente substitutivo que deverá prover os recursos materiais e de apoio afetivo às crianças e adolescentes enquanto aguardam a decisão judicial de retorno à família de origem ou o encaminhamento para uma família substituta. A função dos cuidadores e a qualidade do vínculo estabelecido com os indivíduos é essencial para o oferecimento de suporte e segurança em um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016; Lemos, Gechele, & Andrade, 2017). Sequeira e Stella (2015) referem-se à possibilidade de os educadores sociais de abrigo se tornarem tutores de resiliência. Trata-se de pessoas de confiança presentes no cotidiano dos sujeitos acolhidos, que possuem boa relação e bom vínculo afetivo com eles. Os tutores de resiliência tendem a facilitar a construção da identidade da criança e do adolescente, a auxiliar no desenvolvimento de potencialidades

e a favorecer a ressignificação de situações traumáticas, por meio de uma postura empática. Ainda que os serviços de acolhimento possuam importância fundamental na garantia de direitos da infância e da adolescência em situação de ameaça ou de violação de direitos, vê-se que esforços devem ser direcionados para o enfrentamento dos estigmas envoltos nessas instituições.

Como referido no tópico anterior, o Brasil, desde a época colonial, carrega em sua história as marcas das instituições totais e seu avanço, a partir de uma perspectiva correcional e higienista que reproduz um modelo de exclusão e estigma, o qual, ainda atualmente, pode ser percebido no imaginário da sociedade. Essa concepção também está imbricada na representação social construída ao redor de crianças e adolescentes acolhidos, porém aparece com maior ênfase nos adolescentes e jovens. Isso porque, por muito tempo, a destinação dos jovens que cometiam atos de infração legal era para a mesma instituição daqueles acolhidos por demais razões de vulnerabilidade social (abandono e baixa renda). Esse imaginário social compartilhado evidencia a culpabilização do indivíduo pela sua condição, sem uma análise mais global dos aspectos históricos e sociais envolvidos (Crestani & Rocha, 2018; Wendt, Dullius, & Dell’Aglío, 2017).

Os resquícios do estigma social ainda podem ser notados em diversas frentes que constantemente reafirmam a lógica do caráter da institucionalização no Brasil. Nessa lógica, por vezes, a garantia de direitos esbarra na caridade, assujeitando o indivíduo a rotinas padronizadas e a uma quase invisibilidade das suas particularidades. Tudo isso sustentado pelo entendimento de que, para uma pessoa em situação de risco ou vulnerabilidade, a satisfação de recursos materiais básicos é o suficiente (Poker, 2017).

Parece que a cultura, os valores socialmente partilhados e o histórico das instituições no país possuem maior relevância para o imaginário social e para a determinação de atributos negativos a jovens em acolhimento do que o contato real com estes. Os estigmas dirigidos aos indivíduos em situação de acolhimento apontam que pessoas com ou sem contato com essa população podem sustentar um imaginário permeado por características negativas, incluindo os profissionais que atuam na medida protetiva (Poker, 2017; Rodrigues et al., 2014; Wendt, Dullius, & Dell’Aglío, 2017).

Um aspecto que parece convergir para a rotulação negativa dos jovens acolhidos é a naturalização de que a família seria a única instituição adequada para a promoção do desenvolvimento integral dos indivíduos. Nessa direção, os acolhidos seriam provenientes de famílias ditas desestruturadas, associados como uma espécie de extensão

delas: “... a imagem social negativa concernente aos jovens institucionalizados pode estar diretamente associada aos motivos que os levaram à institucionalização, não sendo, necessariamente, decorrente da medida de proteção em si” (Wendt, Dullius, & Dell’Aglia, 2017, p. 536).

Observa-se que outro fator contribuinte para esse pensamento é o de que uma expressiva parcela das crianças e adolescentes acolhidos provém das esferas mais baixas da sociedade, favorecendo a individualização de problemas de ordem social. Destina-se, às famílias pobres, a culpabilização e a criminalização pela condição social em que se encontram, pois, historicamente, são reconhecidas como incapazes de gerir o cuidado e a educação dos filhos. Em decorrência disso, tais famílias são classificadas pelas políticas públicas entre as categorias de risco e de vulnerabilidade social, sendo, eventualmente, punidas com a suspensão ou a retirada das crianças e dos adolescentes do poder familiar. Em certas ocasiões, os técnicos e especialistas que possuem esse modelo de pensamento contribuem para a desqualificação das famílias de baixa renda. Portanto, em vez de se aprofundar as questões que favorecem a injustiça e a desigualdade social, culpabiliza-se e pune-se a família pobre (Crestani & Rocha, 2018; Paiva, Moreira, & Lima, 2019).

Ainda que a legislação vigente não considere que as condições socioeconômicas sejam motivo para perda ou suspensão do poder familiar, o acolhimento institucional continua sendo motivado, em certos casos, pelas condições de pobreza, pela carência de recursos materiais, mascaradas pelo discurso da vulnerabilidade. O que parece acontecer é a errônea equivalência comumente feita entre os termos risco e vulnerabilidade. Uma situação de vulnerabilidade deve ser mediada pela Proteção Social Básica e uma situação de risco, pela Proteção Social Especial, sendo que nesse último caso se enquadra o acolhimento institucional. Em algumas situações, condições de pobreza podem consistir em questão de vulnerabilidade, mas, nem sempre, em situação de risco. Porém, em alguns casos, o que se verifica é o acolhimento institucional sendo acionado como medida protetiva também em circunstâncias de vulnerabilidade e condições de pobreza, conduzindo a precipitadas destituições do poder familiar (Crestani & Rocha, 2018; Espindola, Viana, & Oliveira, 2019; Paiva, Moreira, & Lima, 2019).

Uma análise dos principais motivos que justificaram a medida protetiva de acolhimento institucional em uma comarca no interior do estado de São Paulo evidenciou: o uso de álcool e/ou outras drogas pelos responsáveis; negligência da função parental (implicação na educação dos filhos) e dos cuidados básicos (higiene e alimentação); condições inadequadas de moradia; e genitores em cumprimento de pena restritiva de

liberdade. A pesquisa assinalou que a negligência parental se direciona também a outros aspectos da vida e que, em sua maioria, esses genitores são pessoas em condição de vulnerabilidade social (Mastroianni et al., 2018).

A suspeita de violência física, sexual e psicológica, ainda que não esteja entre os principais motivos que justificaram os acolhimentos, também são aspectos relevantes que apareceram nos dados processuais (Mastroianni et al., 2018). Essas informações coadunam-se com os dados encontrados em outros estudos que apontam o abandono, a violência doméstica, o uso abusivo de drogas na família, os problemas legais e a adoção que não deu certo como os principais motivos que conduzem crianças e adolescentes à uma instituição social (Baptista, Rueda, & Brandão, 2017; Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016).

Por vezes, indivíduos sob medida protetiva foram expostos a diversas situações de violência e condições difíceis. Esse tema foi investigado junto a 72 adolescentes em situação de acolhimento, no município do Rio de Janeiro. Antes da medida protetiva, destacou-se a presença de violência física e física grave no ambiente familiar, bem como o consumo abusivo de álcool pelo pai e/ou pela mãe. Mais da metade dos participantes afirmou ter vivenciado situações de exclusão social, assédio moral na escola e nas mídias sociais. O consumo de drogas ilícitas também foi apontado pelos adolescentes, cujas experiências particulares tiveram proximidade com as das relações grupais com os pares (Ramos et al., 2020). Com isso, devido ao impacto psicossocial que, por vezes, os acomete, esses indivíduos tendem a uma certa exposição ao adoecimento físico e psicológico.

Vale refletir que a multifatorialidade das razões que conduzem crianças e adolescentes ao acolhimento institucional pode não ser reduzida a questões isoladas. A negligência parental pode estar inserida em um contexto de várias vulnerabilidades a que as famílias e os responsáveis estão expostos, considerando, por exemplo, que as condições de pobreza e desemprego tendem a potencializar a vulnerabilidade social (Mastroianni et al., 2018; Paiva, Moreira, & Lima, 2019; Ramos et al., 2020; Siqueira, Scott, & Schmitt, 2019).

Nesse sentido, merecem atenção os casos de reinstitucionalização, quando, após a reintegração familiar, a criança ou o adolescente são novamente encaminhados para o acolhimento. Não raro, os principais motivos que justificam essa medida possuem relação com as situações que motivaram a institucionalização, originalmente – em certos casos, condições reforçadas pela situação de pobreza e de falta de acompanhamento sistemático

da equipe técnica, após a reintegração familiar. Acrescenta-se que o prazo máximo estipulado para a medida protetiva nem sempre é suficiente para a superação dos desafios familiares, pois muitos fatores de risco estão enraizados, o que dificulta a reintegração, ainda que existam vínculos afetivos entre as famílias e os acolhidos (Paiva, Moreira, & Lima, 2019; Siqueira, Scott, & Schmitt, 2019).

Para tanto, deve-se pensar em estratégias que estimulem o fortalecimento de vínculos e auxiliem as famílias na superação dos motivos que levaram à medida protetiva. Um dos caminhos é buscar aproximação, conhecer as realidades e necessidades dessas famílias e saber como se dá a sua relação com a rede protetiva.

Assim, destaca-se a importância de políticas públicas que priorizem o acompanhamento das famílias mais vulneráveis, a fim de que a medida de acolhimento institucional seja acionada apenas em último caso, quando há grave risco advindo do convívio com os pais para a criança ou o adolescente, e quando não há a possibilidade de cuidado pela família extensa. No estado do Rio de Janeiro, a negligência dos pais foi constatada como principal motivação para o acolhimento de crianças e adolescentes, ou seja, quando há omissão no cuidado. Espindola, Viana e Oliveira (2019) sugerem que as equipes da atenção básica e da assistência social, juntamente com os Conselhos Tutelares, realizem um trabalho efetivo de acompanhamento dessas famílias com o objetivo de que a porta de entrada para os serviços de acolhimentos seja reduzida e mais bem realinhada.

Nessa direção, Fonseca (2019) nota, na atualidade, maiores investimentos em campanhas e projetos que estimulam a adoção do que a preocupação com a situação de vulnerabilidade das famílias que são destituídas do poder familiar e têm seus filhos encaminhados para acolhimento.

... ainda que as dificuldades encontradas nessas famílias muitas vezes justifiquem a aplicação da medida pelo poder judiciário, é também por meio dessas famílias ou da família extensa, que o poder judiciário consegue, na maioria dos casos, garantir o direito à convivência familiar. Daí a importância do trabalho conjunto entre os profissionais das equipes técnicas e os demais profissionais que compõem a rede de apoio e proteção. (Mastroianni et al., 2018, p. 231)

Percebe-se que a família é citada nas atuais legislações sobre a atenção integral de crianças e adolescentes como instituição essencial de cuidado e favorecimento do desenvolvimento total, sendo referida como o foco de investimentos de ações que

promovam e facilitem a sua função. Souza e Brito (2015) não se mostram tão confiantes quanto a isso, questionando se, de fato, as famílias estão sendo incluídas em programas de apoio; se, verdadeiramente, têm recebido o suporte para se fortalecerem enquanto núcleo protetivo de cuidado e atenção às crianças e aos adolescentes delas retirados. Apontam, ainda, para um possível despreparo de parte dos profissionais que atua nas unidades de acolhimento quanto aos esforços para que a medida de acolhimento seja provisória e para a necessidade de práticas que deveriam priorizar a reinserção familiar e comunitária. Dessa forma, “... a promoção da reinserção familiar e comunitária requer mais do que a permissão para a família visitar suas crianças e adolescentes. É preciso que diversas ações sejam empreendidas ... para que eles possam conseguir recursos a fim de ter seus filhos consigo novamente” (Souza & Brito, 2015, p. 52).

Com relação ao contato entre instituições e famílias, Iannelli et al. (2015) identificaram que os municípios de grande porte apresentam mais atividades voltadas ao restabelecimento e ao fortalecimento dos vínculos familiares do que os de pequeno porte. Entre as atividades planejadas, constataram-se, como mais recorrentes, a prioridade da inserção de grupos de irmãos no mesmo serviço, a organização dos dias e horários de visitas, e a orientação para que os pais ou responsáveis participem das visitas. Vale pontuar que o levantamento assinalou, ainda, serviços que não ofereciam quaisquer ações de apoio às famílias, independentemente do porte do município.

Entre os procedimentos para se colocar em movimento o plano de reintegração familiar, psicólogas que atuam em serviços de acolhimento de três estados do Brasil evidenciaram o estabelecimento de: contato do acolhido com a sua família; inclusão da família em atividades dos filhos; visitas periódicas entre acolhidos e famílias; encaminhamento das famílias à rede de proteção e saúde; avaliação constante da condição familiar; e escuta sobre o desejo da família e do acolhido acerca do processo de reintegração, sendo que apenas uma profissional mencionou este tópico (Siqueira, Scott, & Schmitt, 2019).

Portanto, levanta-se a questão de que não se trata apenas de pensar em estratégias de reinserção familiar e comunitária a serem incorporadas após o acolhimento já ter acontecido, deve-se apresentar alternativas que entendam o acolhimento institucional como última opção frente aos casos de ameaça e de violação de direitos da criança e do adolescente. Nesse caminho, menciona-se o modelo francês, no qual, quando se identifica que a família está com dificuldades na execução da sua função frente aos filhos, vários

dispositivos podem ser acionados no sentido de se conduzir um acompanhamento sistemático familiar (Souza & Brito, 2015).

Além disso, procura-se esclarecer que acionar uma medida de proteção não é uma punição, mas um momento necessário para que a família se reorganize e consiga retomar o cuidado dos filhos (Souza & Brito, 2015). Vale apontar que este último aspecto pode ser fundamental para que a família se sinta incluída, acolhida e entendida em suas dificuldades e necessidades, além de possibilitar a articulação de um vínculo mais sólido e de confiança entre ela e a instituição.

Outro fator a ser destacado é o tempo que uma criança ou adolescente permanece em situação de acolhimento. Informações de cadastros da Vara da Infância e da Juventude de uma comarca do interior do estado de São Paulo evidenciaram que, entre os acolhidos, a maior parte tinha menos de 12 anos e estava em situação jurídica provisória, ou seja, existia ainda a tentativa de reintegração familiar. Esses indivíduos possuíam uma taxa média de idade e um tempo de acolhimento menor em comparação aos que apresentavam situação jurídica definida, ou seja, aqueles cujos genitores já tinham sido destituídos do poder familiar. Para os indivíduos deste último caso, a possibilidade de estabelecimento do convívio familiar seria por meio da adoção, entretanto, os dados indicaram que esta nem sempre era efetivada para os indivíduos em situação jurídica definida devido à discrepância entre a quantidade de candidatos habilitados e a preferência de faixa etária (Mastroianni et al., 2018).

Nesse sentido, faz-se importante reforçar que a instituição de acolhimento pode oferecer, para muitos adolescentes, uma chance de experimentar vivências afetivas e relacionais positivas e com solidez, talvez diferentes das anteriores, em certos casos marcadas pela incerteza e pela inconstância. Isso porque o acolhimento institucional tem, como uma de suas funções, o oferecimento de condições que facilitem a estabilidade e a segurança das relações, ou seja, algo que se mantenha e que tenda a promover experiências que atuem de forma compensatória. Assim, o estabelecimento de um espaço acolhedor e de confiança pode ser um desafio, principalmente quando se considera o aspecto provisório do acolhimento, que pode levar à criação de vínculos frágeis e voláteis. Porém, a provisoriedade não pode ser motivo para a falta de implicação dos profissionais técnicos no cuidado e na garantia de direitos protetivos (Rodarte et al., 2015; Wendt, Dullius, & Dell’Aglia, 2017).

Pode-se refletir que, independentemente do tempo de acolhimento, há que se lutar para a garantia de um ambiente estável, confiável, que possa considerar a particularidade

de cada criança e adolescente, propiciando vínculos afetivos saudáveis, a fim de favorecer o desenvolvimento integral dos acolhidos no período em que estiverem sob medida protetiva.

1.4 Repercussões do Acolhimento Institucional na Adolescência

É a tendência inata no sentido da integração e do crescimento que produz a saúde e não a provisão ambiental. Ainda assim é necessária provisão suficientemente boa, de forma absoluta no princípio e de forma relativa em estágios posteriores, ... no período de latência e também na adolescência. (Winnicott, 1979/1983c, p. 65)

Este tópico apresenta algumas repercussões do acolhimento institucional para os adolescentes inseridos nesta medida protetiva. Serão apresentadas perspectivas que consideram tanto os benefícios quanto as dificuldades que, porventura, acontecem no processo de acolhimento, a fim de se mapear fortalezas e fragilidades do sistema protetivo, auxiliando a reflexão acerca de estratégias que tragam melhorias, especialmente para os acolhidos. É válido pontuar que vários fatores combinados incidirão na qualidade da experiência que cada pessoa vivenciará no contexto do acolhimento.

Como citado anteriormente, o acolhimento institucional no Brasil possui algumas modalidades, entre as quais pode-se citar as casas-lares. Nestas, um cuidador e/ou educador social, conhecido como mãe ou pai social, assume a responsabilidade pelos cuidados da criança e do adolescente, em um serviço organizado como residência. O estabelecimento das relações afetivas pode ser um desafio para esses profissionais que, por um lado, se veem ocupando o lugar de pai e mãe, e, ao mesmo tempo, tentam manter o papel técnico (Lemos, Gechele, & Andrade, 2017).

Para muitos profissionais das casas-lares, o vínculo afetivo estabelecido com os acolhidos é forte, de ordem maternal, de modo que se preocupam com a sua saúde e o seu desempenho escolar, demonstrando afeto, apego e carinho. No entanto, esses cuidadores podem estar expostos a uma sobrecarga emocional por se sentirem convocados a atender às demandas emocionais das crianças e dos adolescentes, ao mesmo tempo em que se

deparam com aspectos técnicos e com a separação dos acolhidos, quando acontecem os desligamentos. Evidenciam-se, ainda, dificuldades em decorrência do despreparo para o exercício da função, contribuindo para situações de rotulação, exposição vexatória e tratamento diferenciado a um ou a outro acolhido (Lemos, Gechele, & Andrade, 2017; Medeiros & Martins, 2018). Tais circunstâncias podem prejudicar e influenciar negativamente o trabalho dos cuidadores residentes e a qualidade do vínculo com as crianças e os adolescentes, pois, ao ocuparem um lugar de referência afetiva constante, o modo como os profissionais se encontram emocionalmente também pode ter ressonâncias na relação e no cuidado com eles.

O acolhimento institucional, ainda que aplicado quando a criança ou o adolescente se encontram em situação de ameaça ou de risco, pode ser pensado também como um momento de rompimento de vínculos e como um fator estressante, com possíveis consequências. Dentre elas, é possível citar a ocorrência de problemas de ordem interna (emoções e aspectos psicológicos) e externa (comportamentos negativos e agressivos); percepção negativa em relação à instituição, com destaque para indiferença e negatividade explícita; e níveis de bem-estar social mais baixos em relação a adolescentes que não se encontram em medida de acolhimento institucional (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019; Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016). Acrescentam-se os sintomas depressivos, os quais podem ser agravados nas seguintes condições: acolhimento realizado após os sete anos de idade, não inserção da criança ou adolescente no programa de apadrinhamento, histórico de acolhimento, e ausência de irmãos na instituição (Álvares & Lobato, 2013).

Os fatores estressantes podem ser desencadeados tanto por vivências que precederam o acolhimento quanto por experiências atuais, ou seja, por recorrentes situações de instabilidade na vida (moradia na rua, tentativas de retorno à família e mudança de instituição) que podem ter impacto negativo nos indivíduos, favorecendo o aparecimento de dificuldades emocionais e estados de nervosismo, estresse, confusão, sensação de abandono, além de problemas de saúde e doença. O impacto negativo do acolhimento pode ser notado, em alguns casos, na recusa dos adolescentes em falarem sobre o processo de acolhimento e sobre os motivos ligados à imposição da medida protetiva, indicando que tais assuntos mobilizam ansiedade e sofrimento (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016). Então, visando evitar agravos na saúde emocional de crianças e adolescentes afastados do lar e das famílias, ressalta-se a necessidade de medidas interventivas em caráter de prevenção como forma de prevenir prejuízos emocionais

posteriores e de propiciar uma melhora dos aspectos que contribuem para o desenvolvimento. A utilização de técnicas psicológicas em instituições e o diagnóstico precoce são alguns caminhos possíveis (Careta & Motta, 2007).

Além dos fatores estressantes, deve-se pensar sobre os efeitos dos estigmas que incidem nos adolescentes acolhidos. Ao se comparar o imaginário social acerca dos jovens em situação de acolhimento e daqueles que não se encontram nessa condição, pode-se constatar maiores índices de percepção de preconceito e maior incidência de reprodução de rótulos sociais pejorativos aos indivíduos em acolhimento. Isso pode ser percebido tanto pelos atributos negativos que as pessoas em geral reforçam (vulnerável, carente, agressivo, portador de baixa autoestima, traumatizado) quanto pela autopercepção dos adolescentes como inseguros e excluídos, percebendo-se como parte de um grupo social estigmatizado, cuja identidade está atrelada à instituição (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019; Rodrigues et al., 2014; Wendt, Dullius, & Dell’Aglío, 2017).

Um estudo registrou menos habilidades sociais e mais problemas de comportamento em adolescentes em acolhimento institucional do que em adolescentes adotados ou que vivem com suas famílias de origem. Além disso, o maior tempo de permanência na instituição pode contribuir para uma autopercepção mais negativa de problemas comportamentais (Barroso et al., 2018).

“A imagem que se tem de um jovem institucionalizado, quando compartilhada socialmente, interfere diretamente na forma como o jovem se percebe e como os grupos sociais o recebem, integrando-o ou não naquele contexto” (Wendt, Dullius, & Dell’Aglío, 2017, p. 537). Isso direciona a se pensar a necessidade do enfrentamento em relação aos estigmas voltados a essa população nos diversos âmbitos da sociedade, a fim de promover esclarecimentos, reflexões e desmitificações que, paulatinamente, levem a mudanças culturais em termos do imaginário social.

A construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia na adolescência são assuntos frequentemente discutidos nesse contexto. Estimular o crescimento pessoal do adolescente é uma prerrogativa da medida protetiva para que ele seja capaz de lidar adequadamente com as situações da vida. O período em que se encontra sob medida protetiva, seguindo um plano individual de atendimento, pode favorecer a promoção e a construção das suas competências para a vida social. Portanto, a forma como o adolescente passará por esse processo, o modo como as relações afetivas serão mantidas na instituição e os aspectos que sustentam a sua autoimagem podem contribuir para o alcance de uma identidade fortalecida ou dificultar esse alcance.

Uma pesquisa constatou que, no âmbito do acolhimento, os adolescentes mais velhos se encontravam em estados mais imaturos de identidade, o que oferece indícios de maiores prejuízos, como despreparo, desinteresse, dificuldade em exercer papéis sociais e em lidar com os próprios sentimentos. Outro agravante diz respeito ao fato de vários participantes terem previsão de desligamento do acolhimento devido ao alcance da maioridade, havendo apontado certo despreparo e pouca qualificação para a inserção no mercado de trabalho (Brito et al., 2017).

Reforça-se, assim, a necessidade de intervenções que favoreçam a autonomia, a socialização e a preparação para a vida após o acolhimento. O oferecimento de atividades que estimulem habilidades psicopedagógicas e profissionalizantes úteis para um posterior ingresso no mercado de trabalho pode ser percebida pelos adolescentes em situação de acolhimento como um facilitador para o alcance de melhores perspectivas de vida (Rodarte et al., 2015).

Apesar de o processo de acolhimento institucional estar comumente acompanhado de experiências difíceis para o acolhido, como a ruptura com a família e o estigma social imbricado no cotidiano, ainda assim, trata-se de uma medida protetiva que pode oferecer a chance de o indivíduo experimentar uma vivência positiva e diferente das anteriores, a partir da articulação das relações com os pares e os cuidadores. Por esse viés, os sentimentos de pertencimento ao grupo, juntamente ao apoio social recebido da instituição e aos aspectos individuais de enfrentamento podem moderar o impacto do preconceito sobre a autoestima dos adolescentes em acolhimento institucional, assim como a qualidade dos vínculos com as figuras de referência – cuidadores e professores – contribui para um autoconceito positivo e para o desenvolvimento de uma imagem positiva de si (Baptista, Rueda, & Brandão, 2017).

Portanto, o suporte social é considerado preditor para o desenvolvimento da personalidade e para o delineamento de objetivos de vida na adolescência. O estabelecimento de ligações afetivas satisfatórias com adultos de referência favorece os sentimentos de cuidado e de pertencimento, bem como a sustentação da confiança e a abertura para novas relações com os pares (Mota & Oliveira, 2017; Mota, Costa, & Matos, 2018; Rodrigues et al., 2014; Sequeira & Stella, 2015). Esses pontos reforçam a importância da manutenção de relações afetivas saudáveis nas unidades de acolhimento, contribuindo para que esses serviços se constituam como lugares de proteção, capazes de propiciar o desenvolvimento integral dos indivíduos, ainda que em caráter provisório.

Compreende-se que a confiança e a abertura para o vínculo poderão ser potencializadas nas crianças e nos adolescentes acolhidos de acordo com o modo como serão oferecidos os cuidados e estabelecidas as relações entre os cuidadores e os acolhidos dentro do âmbito institucional. Uma provisão ambiental que ofereça cuidado e atenção às necessidades do indivíduo pode favorecer uma adaptação ao ambiente, principalmente quando o tempo de acolhimento é mais duradouro. Torna-se, então, evidente a importância da construção de vínculos afetivos positivos no contexto dessas instituições (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016; Lemos, Gechele, & Andrade, 2017; Rodarte et al., 2015), pensando-os como moderadores dos impactos negativos do afastamento familiar e como modo de amparo emocional junto aos adolescentes em situação de acolhimento.

Apesar da institucionalização e do distanciamento familiar serem, na maioria das vezes, considerados prejudiciais ao desenvolvimento dos adolescentes, cuidados domiciliares mais consistentes, com interações afetivas e positivas, sem situações de instabilidade (mudança de instituições e/ou tentativas frustradas de retorno à família) podem favorecer a construção de vínculo dentro dos serviços, bem como a proteção contra eventos adversos fora da instituição, o atendimento das necessidades básicas e a aceitação da situação. (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016, p. 86, tradução nossa)

Ainda que os adolescentes acolhidos possam ter sentimentos ambivalentes quanto a estar com a família ou permanecer na instituição, quando se constata a presença de vínculos de confiança estabelecidos com os profissionais dos serviços tem-se um importante fator de proteção que contribui para que a unidade de acolhimento possa ser sentida como um lugar de segurança, apoio e proteção. Isso é reforçado quando os adolescentes percebem que os adultos de referência verdadeiramente se preocupam com eles e compartilham dos seus sonhos e projetos de vida (Hoffler, 2017; Rodarte et al., 2015). Coloca-se em relevo, então, o papel da sociabilidade e os aspectos voltados à vida comunitária na faixa etária adolescente.

Indicadores de comportamentos pró-sociais⁴ foram examinados em adolescentes acolhidos. Constatou-se que os participantes de 15 a 18 anos demonstraram maior tendência à pró-sociabilidade do que os mais novos. As meninas tiveram maior escore de

⁴ Pró-sociabilidade trata de um conjunto de comportamentos que facilitam o relacionamento interpessoal entre pessoas e grupos, aumentando a possibilidade de reciprocidade positiva, sem o intuito de recompensas externas ou materiais (Fernandes & Monteiro, 2017).

repertórios pró-sociais do que os meninos, evidenciando maior envolvimento emocional e interpessoal de longo prazo. Os adolescentes com menor tempo de acolhimento mostraram mais pró-sociabilidade do que os demais. Os resultados gerais apontaram a presença de comportamentos positivos com relevância para os aspectos de ajuda (*tentar ajudar as pessoas*), cuidado (*dedicar tempo aos amigos solitários*) e empatia (*colocar-se no lugar dos necessitados*) (Fernandes & Monteiro, 2017), o que é corroborado por outra pesquisa, que aponta o quanto a vivência institucional pode aproximar os indivíduos acolhidos, contribuindo para comportamentos de afeto e de ajuda entre pares e pessoas conhecidas ou com características semelhantes (Mota, Costa, & Matos, 2018).

As condutas pró-sociais são importantes recursos para o enfrentamento das adversidades colocadas nos processos e contextos ambientais de desenvolvimento, em especial, a partir da saída desses adolescentes das instituições de acolhimento, o que se faz, obrigatoriamente, ao completarem 18 anos de idade. (Fernandes & Monteiro, 2017, p. 5)

As condutas gerais positivas em comportamentos pró-sociais, além de indicarem parâmetros de maturidade, devem ser estimuladas, pensando-se em medidas de intervenção e prevenção que diminuam fatores de risco e aumentem os aspectos protetivos dessa população. Nesse caminho, trabalhos que estimulam a emancipação e a transição para a saída da instituição ganham relevância.

A produção científica internacional expõe experiências bem-sucedidas de programas de intervenção que favorecem o processo de emancipação de adolescentes que deixam o sistema de proteção social devido à maioridade. Os programas possuem como característica o oferecimento de serviços que buscam facilitar a emancipação, articulando pontos como moradia, relacionamentos interpessoais, trabalho, estudo e habilidades para a vida cotidiana; destacando a relevância do apoio financeiro, emocional e social. Para o alcance de bons resultados, identificou-se que as intervenções precisam estar alinhadas a alguns fatores, como a adaptação dos programas à realidade sociocultural dos adolescentes e o estabelecimento de meios para a sua integração à comunidade. As atividades precisam ser pensadas a partir de metodologias participativas, em coerência com as necessidades e interesses desses jovens, dando ênfase ao seu empoderamento e à sua autonomia. Evidenciou-se, ainda, o suporte social e os relacionamentos estáveis como

aspectos importantes, a fim de se vincular os adolescentes a adultos de referência (Cassarino-Perez et al., 2018).

O favorecimento de relações com adultos de referência; a rede de apoio; o suporte sócio emocional; e a satisfação com o relacionamento com educadores ou mães sociais, são alguns dos exemplos de aspectos destacados pelos participantes como essenciais para um processo de transição saudável. (Cassarino-Perez et al., 2018, p. 1675)

Esses programas internacionais de atendimento a adolescentes oferecem três principais modalidades de serviços: moradias, intervenções pontuais e intervenções contínuas. As moradias são oferecidas em repúblicas ou serviços específicos de preparação para a emancipação. As intervenções pontuais são oportunizadas em instituições diferentes das que os adolescentes residem, podendo ser atividades do tipo encontros grupais, workshops, cursos e psicoterapia. Já as contínuas, ainda que também oferecidas em instituições diferentes, têm como peculiaridade o acompanhamento sistemático dos adolescentes por meio de um mentor (Cassarino-Perez et al., 2018).

Observa-se que tais programas têm preocupação não apenas com o desenvolvimento de habilidades práticas para um cotidiano autônomo, mas com os aspectos sociais e emocionais da vida dos adolescentes. No Brasil, existem orientações técnicas que se atentam ao atendimento do adolescente com foco no fortalecimento da autonomia. As respectivas ações devem facilitar a construção de projetos de vida, o protagonismo, além de promover o acesso à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho. Uma estratégia para atender àqueles em processo de desligamento do serviço são as Repúblicas, unidades para atendimento de jovens de 18 a 21 anos que ainda não adquiriram a autonomia ou que necessitam do atendimento por situações de risco ou vulnerabilidade. Nessa modalidade de serviço, deve-se oferecer, ao jovem, apoio e estímulo à construção da sua autogestão, autossustentação e independência (Brasil, 2009b; CNMP, 2013).

Ainda há que se problematizar certas omissões existentes nas políticas de proteção à infância e à adolescência, no que se refere aos egressos dos serviços de acolhimento. Até a maioridade, os adolescentes estão assistidos pelo ECA, mas após a desinstitucionalização, passam a ser considerados cidadãos plenos a cargo do Suas. Uma das dificuldades encontradas é que não se nota no país uma política assistencial específica para esses indivíduos. A partir dos relatos de egressas de instituições de acolhimento,

Rifiotis (2019) percebeu que, mesmo imersas em diversas vulnerabilidades, as jovens se tornaram agentes da própria desinstitucionalização. Em meio às lacunas das políticas públicas, não esperaram: colocaram-se a promover movimento e invenção para criarem novos modos de vida. Muito além do atendimento às necessidades básicas, identificou-se que as egressas buscavam inventar novas possibilidades de vida, buscando apropriar-se de algo que desse sentido à sua existência, seja pela via do trabalho seja pelo lugar de mãe.

A partir da exposição aqui realizada, pode-se refletir que o contexto do acolhimento institucional, de curta ou longa duração, precisa ser pensado no que tange ao potencial que possui para efetivamente proporcionar um espaço acolhedor e facilitador à continuidade do desenvolvimento humano. Pensando-se no oferecimento de melhores condições de vida aos adolescentes, durante e após a saída da instituição, evidencia-se o fortalecimento de relações com adultos de referência, assim como as ações voltadas para autonomia, sociabilidade e perspectivas ocupacionais futuras.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Refletir acerca da experiência emocional sobre a esperança e a perspectiva de futuro em adolescentes de um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes do município de São Paulo-SP.

2.2 Objetivos específicos

- Verificar como a esperança, nos adolescentes acolhidos, pode ser aproximada da teoria de D.W. Winnicott, especificamente no que se refere à capacidade para a confiança, ao verdadeiro e falso *self*, e à perspectiva de futuro.
- Identificar aspectos protetivos ou não protetivos, em saúde mental, em adolescentes em acolhimento institucional.

3 MÉTODO

O delineamento e a abordagem da análise dos dados são explicados a seguir.

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo exploratório com delineamento de série de casos e de pesquisa-ação. Quanto à abordagem, classifica-se como uma pesquisa qualitativa. Este tipo de estudo procura compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, dos processos e dos fenômenos, descobrir explicações subjacentes e formas de inter-relação por meio do fenômeno subjetivo, evidenciando a experiência humana. A pesquisa exploratória procura conduzir a uma maior familiaridade com o problema, no intuito de clarificá-lo ou levantar hipóteses, tendo maior flexibilidade no planejamento. Em relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa-ação, que concebe o envolvimento ativo do pesquisador com as pessoas investigadas e a problemática a ser estudada. Além disso, propõe a transformação de uma dada realidade por meio da participação e cooperação dos envolvidos na mobilização de uma situação social, uma ação com caráter educativo, social, técnico, entre outros (Gil, 2017; Silveira & Córdova, 2009).

3.2 Participantes

Os critérios de inclusão para o estudo foram: adolescentes de 12 a 18 anos; do gênero masculino e/ou feminino; que se encontravam sob medida protetiva de acolhimento institucional em serviços alocados nas comarcas das Varas da Infância e Juventude (VIJ) da 1ª Região Administrativa Judiciária (RAJ), correspondente à Grande São Paulo. Na ocasião da pesquisa, a unidade de acolhimento contava com quatro adolescentes, de 13 a 16 anos, todas do gênero feminino. Como nenhum menino atendeu aos critérios de inclusão, as participantes declararam aceitar participar voluntariamente da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – ANEXO 2).

3.3 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) que estão em situação de medida de proteção, risco pessoal ou social, abandono, abuso e exploração sexual, ameaça de morte, situação de rua ou cujas famílias se encontram impossibilitadas de manter os cuidados e a proteção. As crianças e os adolescentes são encaminhados para o SAICA através da Vara da Infância e Juventude,

pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) ou pelo Conselho Tutelar. O referido serviço de acolhimento é conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da cidade de São Paulo. Os atendidos são acompanhados pela Vara da Infância que, dependendo das circunstâncias e de uma avaliação técnica, determina a reintegração da criança ou adolescente à família, ou a destituição do poder familiar. A partir dessa destituição, o acolhido poderá ser direcionado para a adoção ou para a autonomia, quando da maioridade.

O local da pesquisa consistiu em uma casa em que residem cerca de 15 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos e 11 meses de idade, garantindo a proteção em tempo integral, com funcionamento 24 horas. Os atendidos vivenciam o cotidiano de uma casa dentro do SAICA, frequentam a escola, centros da juventude e da criança, possuem atendimentos especiais em outras entidades, recebem cuidados com a saúde e o bem-estar, entre outras ações. A equipe da instituição é composta por um gerente, um assistente social, um psicólogo, um pedagogo, 14 orientadores socioeducativos, duas cozinheiras e três agentes operacionais.

3.4 Instrumentos

A pesquisa foi realizada a partir de reuniões utilizando-se o dispositivo grupal Roda de Conversa – um espaço de partilha e escuta no qual os participantes colocam em movimento debates sobre uma temática específica. Nesse método de trabalho, estimula-se a interação entre as pessoas, o compartilhamento de experiências, a troca de ideias e a produção de reflexões em conjunto. Na interação com os demais, constrói-se e reconstrói-se conceitos e sentidos, a partir do que ressoa no grupo (Moura & Lima, 2015).

Além dos encontros de palavras, também foram utilizados objetos mediadores nos encontros grupais, como via de facilitação para a comunicação das participantes. Os recursos usados foram a elaboração de desenhos, histórias, recorte e colagem, e confecção de cartaz. Destacamos como central neste estudo o uso do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema (Aiello-Vaisberg, 1999), com a proposta de um desenho temático e a escrita de história, seguidos de diálogo. Esse tipo de instrumento possui a capacidade de favorecer a expressão de aspectos subjetivos do sujeito de forma mais livre e menos defensiva do que por meio de uma abordagem mais direta ou objetiva. Vale destacar que tal procedimento encontra fácil aceitação com os públicos infantil, adolescente e adulto.

Esse procedimento advém de uma adaptação do Procedimento Desenhos-Estórias, de Walter Trinca. O Procedimento de Desenhos-Estória com Tema tem sido utilizado em vários contextos de estudos psicanalíticos em que se pretende favorecer a comunicação emocional dos participantes de uma forma espontânea e sem o caráter de uma avaliação psicodiagnóstica (Minhoto, Ambrosio, & Aiello-Vaisberg, 2007; Pontes, Barcelos, Tachibana, & Aiello-Vaisberg, 2010; Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2007).

Após cada encontro grupal, a pesquisadora fez o registro em diário de campo, contemplando a síntese dos acontecimentos, os conteúdos discutidos e os aspectos contratransferenciais levantados, para posterior análise e discussão dos materiais.

3.5 Procedimentos

Após uma revisão bibliográfica para levantamento do estado da arte do tema de pesquisa, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil. Em seguida à aprovação pelo Comitê de Ética, foi estabelecido contato com uma unidade de acolhimento institucional.

Devido à pandemia de COVID-19, o número de visitas ficou restrito ao período de realização da pesquisa. Ao todo, foram realizadas seis visitas ao serviço de acolhimento, sendo uma visita inicial, quatro Rodas de Conversa Temáticas e uma visita de encerramento.

Sob concordância da gerência da instituição, foi agendada a primeira visita para se conhecer as instalações do serviço e a rotina do local. Também foi realizado contato pessoal com as adolescentes, no próprio SAICA, a fim de convidá-las a participar do estudo, expondo os objetivos e a proposta do trabalho, sendo esclarecida a voluntariedade da participação, a garantia do sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento. As participantes menores de 18 anos assinaram o TALE, bem como o respectivo responsável legal, o qual ainda fez a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – ANEXO 1. Na primeira visita, buscou-se proporcionar um espaço livre de comunicação e aproximação entre a pesquisadora e as participantes, criando-se um clima de trocas e diálogos sobre o cotidiano, rotinas, interesses, entre outros assuntos que surgiram, espontaneamente motivados pelas participantes.

Após o aceite das participantes, nas semanas seguintes foram executados quatro encontros em grupo, a partir do modelo Rodas de Conversa Temáticas, nas quais cada encontro contou com um tema norteador. Esse recurso de investigação científica trabalha

com as narrativas dos participantes que emergem no campo de trabalho coletivo, em que o pesquisador, ao mesmo tempo em que participa da comunicação, também levanta dados para a discussão.

No primeiro encontro da Roda de Conversa, foi aplicado, em grupo, o Procedimento de Desenhos-Estória com Tema. A proposta temática foi a de *Um adolescente nos dias de hoje*. Solicitou-se às participantes que fizessem um desenho, de acordo com a especificação da temática apresentada. Em seguida, no verso da página, a pesquisadora orientou para que inventassem e escrevessem uma história sobre o desenho, tendo-se, portanto, uma dupla produção gráfico-discursiva. Por fim, pediu-se para que as participantes dessem um título para a produção. A pesquisadora responsável pela aplicação informou que não se fazia necessária a identificação nominal do desenho-estória, pois se entende que o material criado pode ser contemplado como uma manifestação de aspectos que perpassam o grupo e, portanto, nele existem como um todo. Assim, quando compartilhadas coletivamente, as produções podem auxiliar na elaboração das experiências do grupo enquanto um sujeito coletivo (Aiello-Vaisberg, 1999; Pontes, Barcelos, Tachibana, & Aiello-Vaisberg, 2010).

A segunda Roda de Conversa teve como tema norteador a pergunta disparadora *Quem sou eu?* Procurou-se propiciar o compartilhamento, no grupo, de aspectos ligados à autodescrição: *Como você é? Que tipo de pessoa é? O que você pode dizer sobre você? Quais são as características que melhor definem você?* Em um segundo momento, foi explorada a hetero descrição: *O que os outros diriam sobre como você é?* (ex. melhor amigo). As participantes foram estimuladas a dividirem aspectos sobre si, como características da personalidade, atitudes e habilidades. Além de situações do cotidiano, rotinas na instituição de acolhimento, estudos, interesses particulares, atividades de lazer, entre outros assuntos que surgiram espontaneamente pelas participantes.

A terceira Roda de Conversa Temática teve como tema a pergunta disparadora *Como é a pessoa que você gostaria de ser?* Pretendeu-se estimular as participantes a falarem sobre aspectos de suas histórias de vida, experiências dentro e fora da instituição, expectativas de futuro, autonomia, bem como inquietações e aspirações. Para tanto, foram disponibilizadas revistas para que elas recortassem gravuras e palavras que representassem a pessoa que gostariam de ser. Depois, a pesquisadora pediu para que explicassem o motivo da escolha das figuras selecionadas. A fim de ajudar no diálogo, foram levantadas algumas questões: *Como é essa pessoa? Diga três coisas sobre ela. O que essa pessoa gosta de fazer? Como ela ficou assim? Qual é o seu maior medo? O que*

você acha que acontecerá no futuro dessa pessoa? Vale informar que as perguntas levantadas na segunda e na terceira Rodas de Conversa tiveram como embasamento a Técnica de Constructos Pessoais, frequentemente aplicada no trabalho com crianças e adolescentes, visando à autoexploração acerca da personalidade (Garcia-Martínez & Orellana-Ramírez, 2012).

Na quarta Roda de Conversa Temática foi conduzida a segunda parte do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema. Resgatou-se a produção realizada na primeira Roda de Conversa, *Um adolescente nos dias de hoje*, e foi solicitado que as participantes pensassem e desenhassem *O adolescente daqui a cinco anos*. Foram pedidos também a escrita de uma história no verso da folha e um título para a produção. Após, procurou-se estimular um livre diálogo sobre o assunto. Em um segundo momento do encontro, as participantes foram convidadas a elaborarem conjuntamente um cartaz com o tema *O que me faz ter esperança?* Foram disponibilizados cartolina, materiais gráficos, revistas e cola. Depois, fomentou-se um diálogo entre o grupo sobre que elementos colaboram para que se tenha esperança: *Quais são as pessoas que me motivam no dia a dia? Quem eu considero importante na minha vida? Com quem posso contar para resolver meus problemas? Quem é a pessoa que consegue me compreender?*

Posteriormente, diante de cada produção gráfico-discursiva do Procedimento Desenhos-Estória com Tema, a pesquisadora registrou o que contratransferencialmente foi evocado, fazendo um exame dos desenhos e das histórias produzidos pelas participantes, um a um, colocando-se aberta às repercussões de cada material (Aiello-Vaisberg, 1999). A pesquisadora foi convidada a se lançar nas associações desencadeadas quando frente a frente com o material gráfico-discursivo, fazendo uma aproximação que evoca um diálogo com cada material em particular.

A última visita ao SAICA teve como proposta realizar um fechamento dos temas discutidos durante os encontros e empreender o desligamento da pesquisadora. Procurou-se compreender como os assuntos mobilizados nos encontros anteriores reverberaram nas adolescentes e como se sentiram frente às atividades. Com isso, buscou-se avaliar o trabalho desenvolvido.

Os encontros foram conduzidos a fim de promover a livre associação de ideias e a expressão de afetos em um ambiente permeado pela fala das participantes, assim como pela escuta e pela articulação da pesquisadora (Herrmann, 2004). Pretendeu-se, assim, identificar as representações que as adolescentes possuem acerca da esperança e da

perspectiva de futuro no contexto atual. Além disso, buscou-se favorecer a troca de ideias dentro do grupo e a promoção de uma experiência humana de escuta e acolhimento.

Um ano após o término da pesquisa-ação, foi previsto um encontro de *follow-up* com a finalidade de verificar como as participantes se encontravam, como estava a organização de vida delas, e quais as possíveis repercussões das Rodas de Conversa.

3.6 Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEPH-IPUSP), credenciado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 28727320.3.0000.5561. Fez-se o contato com a autoridade legal responsável pelas adolescentes em acolhimento institucional, no intuito de se obter a anuência para o desenvolvimento do estudo por meio da assinatura da Carta de Anuência e do TCLE – ANEXO 1. Após a concordância, as adolescentes foram convidadas a participar do estudo, sendo esclarecidas a voluntariedade da participação, a garantia do sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento. As participantes menores de 18 anos assinaram o TALE – ANEXO 2, bem como os seus responsáveis legais.

3.7 Análise dos Resultados

Os materiais obtidos nos encontros e nas Rodas de Conversa Temáticas foram compilados e os assuntos possíveis de serem correlacionados à esperança, elencados. Os resultados foram divididos em categorias temáticas, para uma melhor organização e apresentação da discussão. Conforme a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977/2016, p. 135), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Dessa forma, o tema atua como unidade de registro utilizada para o recorte do material. A análise temática pretende encontrar os núcleos de sentido presentes na comunicação, os quais, a partir da presença ou frequência, podem representar algo, de acordo com o objetivo da análise.

A análise do material foi elaborada qualitativamente à luz do referencial psicanalítico da teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott. Neste estudo, a relação entre pesquisador e participante foi tomada a partir do contato entre ambos, naquilo que surge pela experiência do encontro entre subjetividades. Por meio da livre associação de ideias, o sujeito é estimulado a comunicar, do modo mais aberto possível, o que lhe vier à mente, evitando censuras e bloqueios no encadeamento dos pensamentos e da fala. Na mesma direção, a pesquisadora dispõe-se a manter sua atenção flutuante, a fim de captar o que surge no aqui e agora com o indivíduo (Aiello-Vaisberg, 1999). Assim, abre-se a possibilidade para o acesso às dimensões psíquicas e, portanto, à descoberta, à invenção, à criação e ao inesperado que pode surgir.

Ao se proceder a uma análise psicanalítica do discurso, nota-se que há uma convergência entre quem fala, sobre o que se fala e com quem se fala, oferecendo a ideia de que o discurso suscita uma transformação. A contribuição da Psicanálise aqui poderá ser tomada como uma estratégia de leitura na qual se considera a memória e a história, a transferência da pesquisadora, o texto tomado como outro, abordando, ainda, o tipo de reação que a leitura causa no destinatário (Dunker, Paulon, & Milán-Ramos, 2016).

“O ‘objeto’ — seja um paciente, uma comunidade, uma formação da cultura, um texto — não sai incólume quando submetido a uma atividade de ‘pesquisa’ deste tipo” (Figueiredo & Minerbo, 2006, p. 261). O distanciamento entre pesquisador e objeto, tão recorrente nas Ciências Naturais, dá lugar à construção de uma experiência singular em que o par passa por uma transformação, ou seja, o encontro provocado pela pesquisa conduz a uma mudança no pesquisador e no participante, de forma que ambos não permanecem como eram antes da investigação.

Ressalta-se que, neste trabalho, concedeu-se singular lugar à análise do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema por ser um importante instrumento que tem sido empregado em estudos com o referencial psicanalítico. Nesse sentido, propõe-se que a pesquisadora se debruce sobre o material levantado em campo, no intuito de acessar as representações que emanam e são construídas pelos sujeitos, não sendo central o acesso ao fato em si. Tal afastamento do real não prejudica que o sujeito possa verdadeiramente entrar em contato consigo e com os outros. Essa forma maleável de lidar com as representações pode ser pensada a partir da noção de transicional: “Caracteriza-se como um posicionamento que harmoniza o lúdico ao ético, uma vez que não dissocia pensamento, sentimento e vida, contribuindo para um humanismo que leva em conta o semelhante” (Aiello-Vaisberg, 1999, p. 9).

A noção de transicional será tomada a partir de Winnicott (1971/1975a), que esclarece que o espaço transicional, ou espaço potencial, é a terceira área da existência humana, área intermediária entre o indivíduo e o meio ambiente, entre o objeto subjetivo e o objeto objetivamente percebido, entre a criatividade primária e o que é percebido objetivamente. É nesse campo que o sujeito se une à realidade compartilhada, onde se vivencia a ilusão, os fenômenos e objetos transicionais, o brincar, os símbolos e a experiência cultural. A vivência da transicionalidade oportuniza uma vida criativa, bem como a experiência do que é espontâneo e próprio do sujeito. Por fim, compreende-se que, ao se debruçar sobre o material levantado em estudo, a análise realizada pela pesquisadora não deve ser tomada como definitiva ou unicamente verdadeira, mas como relativa ao contexto em que foi despertada, ou seja, uma perspectiva evocada em dado contexto (Figueiredo & Minerbo, 2006).

A partir dessa perspectiva, as emissões dos participantes pelo desenho, pela produção da história ou pelos diálogos travados nos encontros serão apreciadas por meio do que surge no trânsito, no interjogo do encontro. Serão considerados, portanto, os aspectos transferenciais e contratransferenciais que entram em cena a partir do que se cria e se constrói na particularidade das investigações com a teoria psicanalítica. Conforme menciona Aiello-Vaisberg (1999), a análise de um desenho-estória será singular, na medida em que o encontro humano produz algo que antes não existia, um confronto entre subjetividades que resulta em uma mútua transformação. A pesquisadora, nesse campo, coloca-se, de modo singular e irrepetível, frente ao fenômeno e a cada situação de pesquisa, pois cada experiência se torna única.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideramos desafiador realizar a seleção e o tratamento do material produzido na pesquisa para a apresentação neste capítulo. A riqueza do encontro estabelecido pelas participantes com a pesquisadora é imensurável, não podendo se restringir às linhas que se seguem. Alguns elementos do diário de campo não foram incluídos na discussão, mas empenhamo-nos em manter a observância aos objetivos do trabalho. A seguir, apresentamos a caracterização das participantes que foram incluídas na pesquisa.

Tabela 1. Caracterização das participantes do estudo.

Participante	Idade	Escolaridade	Motivo do Acolhimento	Período de acolhimento	Situação Jurídica atual
1	13 anos	6 ° ano do Ensino Fundamental	Conflitos familiares.	Acolhida desde janeiro de 2021.	Manutenção do Acolhimento.
2	14 anos	7° ano do Ensino Fundamental	Negligência e maus tratos.	Acolhida desde junho de 2018.	Destituída do Poder Familiar, possibilidade de colocação em família substituta.
3	15 anos	9° ano do Ensino Fundamental	Negligência e conflitos familiares.	Acolhida desde outubro de 2019.	Manutenção do acolhimento, possibilidade de reordenamento para Casa Lar a médio prazo.
4	16 anos	9° ano do Ensino Fundamental	Conflitos familiares.	Acolhida desde 2018.	Manutenção do acolhimento, sem possibilidade de retorno familiar.

Fonte: Dados do SAICA.

Inicialmente, vale dizer que realizar uma pesquisa-ação durante a pandemia de COVID-19 foi difícil. Após meses de contatos, tivemos o retorno positivo de um dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a fim de estarmos presencialmente e realizarmos o trabalho. Levantou-se a possibilidade de a pesquisa ser realizada por dispositivo remoto, mas os técnicos da instituição sinalizaram algumas dificuldades que poderiam inviabilizar o processo, como a carência de equipamentos tecnológicos para as videochamadas e a possibilidade de as adolescentes estarem pouco disponíveis para o contato virtual com pessoas desconhecidas. É verdade que, da nossa parte, havia a expectativa para o contato pessoal presencial com as participantes, portanto, recebemos com grande contentamento a autorização para o início das atividades.

Neste tópico, apresentamos os resultados e a discussão, articulando o material produzido no campo relacional do grupo com o referencial teórico que sustenta o estudo, por meio do pensamento psicanalítico de D. W. Winnicott. Promovemos associações

entre os campos de sentido⁵ criados no grupo e as repercussões transferenciais e contratransferenciais, no intuito de nos aproximarmos das possíveis experiências emocionais das participantes acerca da esperança e da perspectiva de futuro, em suas vidas.

Primeiramente, debruçamo-nos sobre as produções e associações realizadas nas duas unidades temáticas do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema, material que se mostrou potencialmente facilitador da comunicação consciente e inconsciente dos temas propostos. A primeira unidade contou com o desenho de *Um adolescente nos dias de hoje* e a segunda unidade com *O adolescente daqui a cinco anos*, sendo que cada ilustração foi acompanhada da escrita de uma história. Posteriormente, ativemo-nos aos conteúdos resultantes dos encontros grupais registrados no diário de campo. Neste segundo tópico, elegemos três categorias temáticas que integraram os recorrentes assuntos manifestados pelo grupo, os quais se entrelaçam ao tema principal da esperança.

4.1 Discussão do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema

Destacamos a potencialidade do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema no sentido de facilitar a comunicação de elementos conscientes e inconscientes, apresentando-se como um meio que possibilitou o acesso a dimensões da subjetividade e da dinâmica psíquica do grupo. Consideramos que, em atividades de caráter expressivo como a produção de desenhos e histórias, eleger um personagem fictício pode ser um recurso útil a fim de proteger aspectos singulares de si. Para o adolescente, cuja identidade está em construção, é fundamental que tenha o sentimento de que aquilo que lhe é mais íntimo, verdadeiro e real está preservado (Winnicott, 1979/1983a).

A seguir, apresentaremos as produções dos desenhos e as histórias elaboradas pelas participantes. Ressaltamos que foi preservada a escrita das narrativas conforme realizada pelas adolescentes no verso dos desenhos.

4.1.1 Participante 1

⁵ A concepção de campo de sentido afetivo-emocional tem como principal fundamento a Teoria dos Campos de Fábio Herrmann, identificando os campos psicológicos não conscientes. A ideia de campo de sentido tem sido utilizada em pesquisas psicanalíticas para a análise do material, considerando o imaginário coletivo, a associação livre e a atenção equidistante (Minhoto, Ambrosio, & Aiello-Vaisberg, 2007; Pontes, Barcelos, Tachibana, & Aiello-Vaisberg, 2010; Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2007).

Figura 1. Participante 1: *Desenhe um adolescente nos dias de hoje*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Cauan pequeno

Oi eu sou o Cauan, eu vou contar um pouco de mim e nos meus 12 anos eu vim parar no abrigo porque eu fui denunciado pelos meus vizinhos, aí a assistente social foi me buscar na minha casa, aí eu fui parar no abrigo de lá de Itaquera e conheci pessoas novas. Aí eu fiquei lá 3 meses de novembro a janeiro. Eu pedia sempre pra ser transferida, aí dia 14 de janeiro eu recebi uma notícia que eu iria pra outro abrigo. Dia 15 de janeiro eu vim para o [nome da instituição ocultado], eu to aqui 5 meses agora. Fim S2 [desenho de coração]. Essa história é da [nome da participante ocultado].

Iniciando pelo grafismo, vemos o desenho de uma figura humana em tom monocromático, com os olhos pintados em cor diferente. Reconhecemos uma figura sozinha, sem elementos complementares.

Assinalamos que a Participante 1 era a que tinha ingressado mais recentemente no serviço de acolhimento, parecia estar se habituando àquele espaço, não o reconhecendo como seu lugar, ainda que temporário. É compreensível e esperado que uma criança inserida em um lar substituto necessite de tempo para se adaptar, estranhando o novo ambiente (Winnicott (1984/2005b).

Em alguns momentos, a participante apresentou resistência, hostilidade e ironia frente à pesquisadora, contudo essa postura não foi reforçada pelas outras adolescentes. Percebemos a sustentação de uma atitude reativa e de desafio perante as figuras de autoridade, o que poderia expressar um modo de testar a confiabilidade do ambiente. No caso da criança que sofreu deprivação e apresenta tendência antissocial, a agressividade e a destrutividade podem ser sinal de esperança, representando a expectativa de que se encontre um ambiente estável e seguro que dê contorno ao sujeito (Winnicott, 1984/2005e).

Na história criada, a participante expressou assuntos emergentes da sua realidade, contou sobre o acionamento da medida protetiva e a transição entre os dois SAICAs; situações que estavam presentes na sua própria história e talvez precisassem ser assimiladas em alguma dimensão. Chamou-nos a atenção quando foi apontado que o personagem Cauan havia sido “denunciado” (*sic*) para a assistência social, como se fizera algo errado e, então, precisasse ser punido. Isso nos levou a associar que durante os encontros a participante demonstrou uma tendência autodepreciativa, referindo-se a si com qualidades negativas. A imagem social do jovem acolhido frequentemente traz a marca da estigmatização, influenciando o modo como o próprio jovem se identifica a si (Wendt, Dullius, & Dell’Aglia, 2017) e contribuindo para o impacto negativo na sua autopercepção (Barroso et al., 2018; Rodrigues et al., 2014).

Na história, a adolescente ora se referiu ao personagem Cauan e ora escreveu em primeira pessoa, representando aspectos subjetivos de si no personagem. No enredo, foi citado que ela/Cauan, após ser direcionada(o) a um serviço de acolhimento, lá permaneceu alguns meses, sendo então transferida(o) para o SAICA atual. Diante disso, refletimos, quantas mudanças foram experimentadas em pouco tempo? Quantos lugares percorridos? Qual será o destino da adolescente e de Cauan?

Fazendo um paralelo entre a sua história de vida e a narrativa retratada pela Participante 1, lembramos que, em uma das Rodas de Conversa, ela mencionou o anseio por retornar à casa em que morava, mesmo não sabendo ao certo se haveria alguém para assumir as responsabilidades sobre si. Compreendemos que poderia ser difícil para a adolescente lidar com um segundo acolhimento, principalmente por não ter uma perspectiva de retorno imediato à família. Uma das preocupações de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente diz respeito à incerteza quanto ao futuro, por não saberem se permanecerão acolhidos ou retornarão às suas famílias (Carvalho & Stengel, 2018; Delgado, Carvalho, & Correia, 2019). Além disso, o adolescente nessas condições pode manter um constante estado de espera de que o seu futuro seja decidido pelo poder judiciário (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018). Presumimos que essas incertezas na vida pessoal da participante podem ter sido refletidas na história criada. Assim como em sua vida, o desfecho do personagem Cauan não foi claro, não se sabe ao certo o que será dele após ser acolhido institucionalmente.

Consideramos que, nessa primeira atividade, houve certa restrição quanto ao uso da imaginação e da potencialidade criativa na narrativa, pois, aparentemente, as questões da vida atual se mostraram prementes. Nas situações em que a criança experimenta frustração na confiabilidade do ambiente, pode-se ter como consequência um *self* comprometido em sua espontaneidade, observando-se o enfraquecimento da criatividade, da exploração lúdica e do uso do espaço potencial (Winnicott, 1971/1975c). Nesta produção, a esperança não foi o tópico central, a história apareceu colada à realidade dos fatos, como um retrato das cenas vividas pela adolescente, a ponto de os elementos do personagem e dela própria se entrelaçarem. Entendemos que a participante expressou o que se passava na sua realidade subjetiva, comunicando as incertezas, as dificuldades e o momento no qual se encontrava, assimilando o mais recente acolhimento.

Figura 2. Participante 1: *Desenhe o adolescente daqui a cinco anos*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Cauan grande

Oi eu sou o Cauan. Eu tenho 17 anos agora. Eu saí do abrigo faz pouco tempo. Eu fui desacolhido, meu tio falou se eu queria trabalhar com ele. Iaí eu falei que sim. Eu estou trabalhando de pedreiro. Eu arrumei uma namorada. Que ela também era de abrigo. Eu falei com os pais dela eles falaram que sim. Nós ficamos 8 meses juntos, aí eu continuei trabalhando com o meu tio. Fim S2 [sinal de coração].

Eu estou estudando para ser advogado. Eu amo essa profissão. Não vou desistir desse sonho. Mas eu não gosto de Escola.

As primeiras diferenças em relação à primeira unidade podem ser observadas na própria figura, que recebeu cor e detalhes compondo o todo. Destacamos o solo verde, o céu, a nuvem azul e o sol, prenunciando um clima geral favorável.

A narrativa escrita pela Participante 1 evidenciou o desfecho do personagem após a saída do serviço de acolhimento. Cauan retomou o contato familiar com um tio, iniciou um trabalho, começou a namorar e nutriu sonhos para o seu futuro, a partir do estudo e da escolha de uma profissão. Verificamos que o personagem, inicialmente em transição entre dois serviços de acolhimento, passou a vislumbrar um percurso promissor para si. O título da produção também apontou a transformação do protagonista, que passou de *Cauan pequeno* para *Cauan grande*.

Refletimos que esta adolescente era a que mais recentemente havia se juntado ao grupo. Assim como Cauan, encontrava-se em processo de mudança, crescimento e amadurecimento. Algumas questões do universo jovem/adulto ainda estavam distantes das suas preocupações enquanto outras começavam a se fazer presentes, como a profissão a seguir. Lembramos que a qualificação profissionalizante pode ser percebida por adolescentes acolhidos como um dos meios favorecedores da construção de um futuro promissor (Almeida & Morais, 2016; Rodarte et al., 2015).

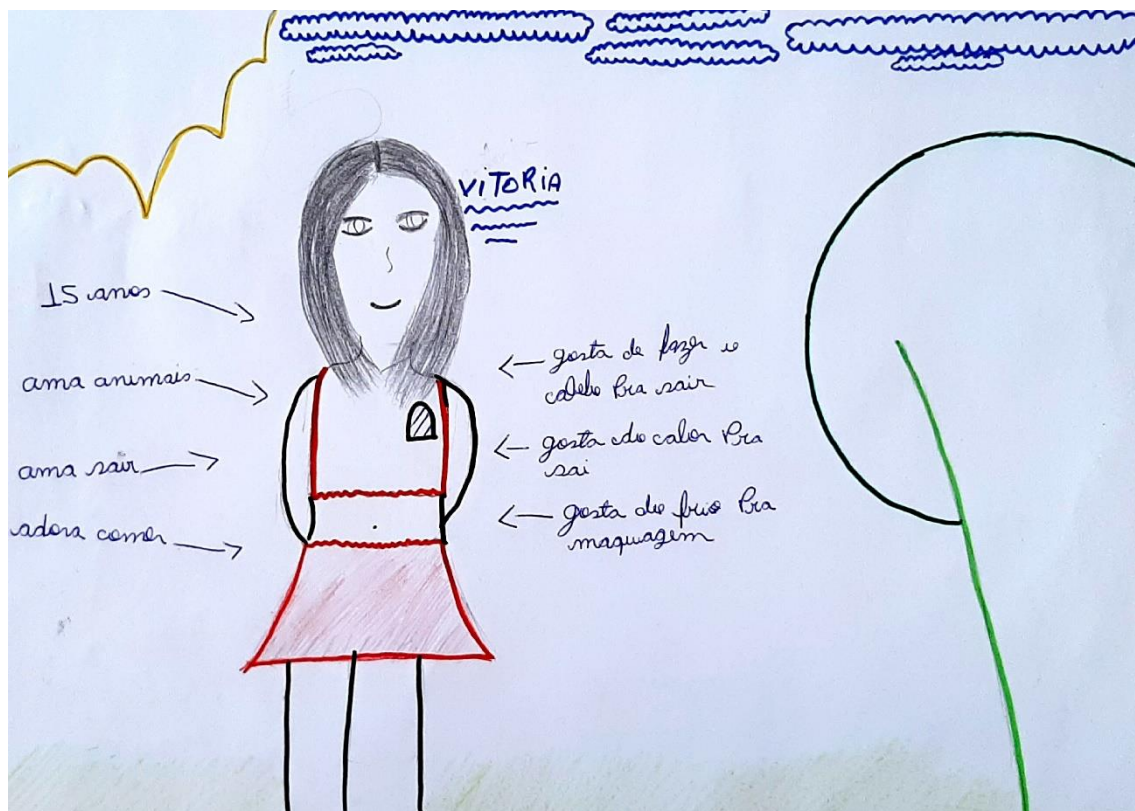
Durante as Rodas de Conversa, a participante esboçou o interesse em se tornar advogada, demonstrando que pensava sobre a vida após o acolhimento. A manutenção da perspectiva positiva acerca do futuro pode estar associada a aspectos de esperança e bem-estar em adolescentes sob acolhimento institucional (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018; Teodorczuk, Guse, & Plessis, 2019). No final da história, a adolescente evidenciou que o personagem não desistiria do “*sonho*” (*sic*) de obter a profissão almejada, parecendo reconhecer que não seria um processo fácil, mas sinalizando a esperança e a disposição para ir em busca do que pretende alcançar.

Conjecturamos que o desenvolvimento verificado nessa segunda unidade temática poderia exprimir os próprios interesses e expectativas da adolescente sobre futuramente conseguir dar um direcionamento encorajador à sua vida, às suas escolhas, contando com alguém para apoiá-la nesse caminho, assim como, na história, foi citado o tio de Cauan. Salientamos a importância de pessoas no papel de referência e suporte para os adolescentes em situação de acolhimento, no sentido de oferecer estabilidade, contribuindo para o sentimento de confiança (Winnicott, 1984/2005c). A participante

demonstrou certa integração do ego, com recursos pessoais para manter um vislumbre positivo e esperançoso quanto ao seu futuro.

4.1.2 Participante 2

Figura 3. Participante 2: *Desenhe um adolescente nos dias de hoje*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Vitória e o gato

Tinha uma menina que o nome dela era Vitória, ela tinha 15 anos, ela era uma menina muito legal, ela gostava de escrever tudo que acontecia com ela, era tipo meio que um diário porque só ela podia ler, ela era bem carinhosa, ela tinha um gato que ela amava ele. O nome dele era Mia, ela sempre acordava de manhã e dava comida pra ela e ia pra escola e quando chegava da escola ela dava tanto carinho pra Mia, era tipo que o xodó dela, aí teve um dia que ela chegou da escola e ela não estava. Aí foi que ela ficou muito mal sem saber onde ela estava, ela tentou procurar mas ela não encontrava em nenhum lugar. Aí ela saiu pra ver se ela estava na rua, mas quando ela viu que não estava em nenhum lugar foi aí que ela ficou muito mal e falou para o pai dela. Pai a Mia sumiu, aí o pai dela falou, eu vou te dar outra. Aí ela ficou feliz, mas ela tinha esperança que a Mia

ia voltar pros braços dela e foi assim que a Mia amou o cachorro que deu até um nome pra ele Beijinho e pronto.

Na narrativa, a personagem Vitória foi evidenciada por suas qualidades afáveis em meio a um cenário amistoso com a presença do animal de estimação e da figura paterna, oferecendo um ambiente aparentemente confiável. Durante as Rodas de Conversa, sublinhamos que a participante se mostrou gentil e meiga no contato com as pessoas, com alguns traços de timidez, mas mantendo uma postura geral colaborativa.

Percebemos que a adolescente possuía um olhar menos rígido para com a realidade, até mesmo com uma certa ingenuidade, parecendo parcialmente se afastar dos obstáculos que ocasionalmente pudesse enfrentar em um momento futuro. Refletimos que esse olhar inocente poderia atuar como uma defesa psíquica, a fim de preservar aspectos bons introjetados e afastar as dificuldades da realidade objetiva. Importante considerarmos que a adolescente se encontrava em destituição do poder familiar, sem possibilidade de retorno à família, porém, na produção, ela elegeu uma figura paterna que se fez presente de modo afetivo. Nas situações em que o âmbito familiar não mais faz parte da realidade da criança, esta pode sentir que as recordações e os aspectos bons que possuía em si correm o risco de serem perdidos e não mais lembrados, podendo apegar-se a elementos familiares (Winnicott, 1984/2005b). Assimilamos que, naquele momento da vida, a participante estava fazendo uso dos recursos que possuía para elaborar as perdas e resgatar, em si, o gesto esperançoso.

Retomando a produção, vemos que diante da apreensão da personagem Vitória pelo sumiço do gato, empregou-se uma dinâmica de procura ao animalzinho. Sem sucesso, a garota recorreu à figura paterna que pôde lhe oferecer amparo. Notamos a capacidade para elaborar um desfecho que oferecesse um contorno positivo à personagem. Vale lembrar que, quando a defesa levantada é a cisão da personalidade, interiormente a principal parte do *eu* se mantém preservada (Winnicott, 1984/2005a) e, em determinados casos, o falso *self* atua a fim de trazer o verdadeiro *self* para o primeiro plano (Winnicott, 1979/1983b). Conjecturamos que a adolescente, ainda que esteja desenvolvendo aspectos do seu processo de amadurecimento, pareceu manter um vislumbre positivo sobre si, em alguma medida, o que pode ser um importante fator protetivo diante de situações adversas.

Ainda que o enredo tenha sido atravessado por uma contrariedade com a ausência do gato, ao final, a atmosfera da trama foi restabelecida. O gato desaparecido não foi

encontrado, mas Vitória recebeu um cachorro de seu pai. Consideramos que ocorreu uma substituição: o gato foi substituído pelo cachorro; ou seja, ainda que não fosse o mesmo objeto, a perda, em alguma dimensão, foi sentida e reparada. Se frente à perda de alguém amado o indivíduo pode manifestar a sua profunda tristeza, houve um importante desenvolvimento quanto à apreensão dos sentimentos, a ponto de expressar o seu pesar de forma condizente. O choro triste de um bebê, por exemplo, evidencia que ele passa a ocupar o seu lugar no mundo sentindo a responsabilidade que possui sobre o meio (Winnicott, 1964/1982c). Levantamos que há, na participante, forças e riquezas internas, assim como a constituição de um mundo psíquico habitado por bons objetos, dotando-a de instrumentos pessoais para reparar situações e encontrar alternativas (Winnicott, 1988/1990a).

Verificamos, ainda, a exploração lúdica dos elementos que compõem o desenho e a criação da história, desenvolvida dentro de um contexto com começo, meio e fim. Observamos que a ilustração apresentou maior riqueza de detalhes e cores, com a personagem cercada por escritos que destacavam os seus interesses particulares, possibilitando que se conhecesse como ela é. Contemplamos que, em algum nível, a adolescente pôde fazer uso do espaço potencial, colocando em movimento a invenção e a criatividade. O espaço potencial como área intermediária é estabelecido nas experiências primitivas do bebê com a mãe, quando se experiencia a confiança no ambiente (Winnicott, 1971/1975a). O uso da transicionalidade pode representar um sinal de saúde e esperança, a possibilidade do resgate das boas experiências e o despertar do brincar espontâneo pela via do desenho-estória.

Figura 4. Participante 2: *Desenhe o adolescente daqui a cinco anos*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Vitória e a vida

Depois de 5 anos ela tinha mais maturidade, ela tentou ir atrás de um trabalho para ela e também foi atrás de uma casa para ela morar com o gatinho dela que ela tinha. Ela viajava muito para muitos lugares e os pais dela tinha falecido e ela só tinha o tio. Aí ela começou a entregar comida nas casas dos outros tipo como se fosse um trabalho, porque ela fazia comida e entregava e ganhava dinheiro fazendo isso, até que uma mulher arrumou um trabalho para ela, aí ela viveu bem de vida.

Na segunda unidade temática, a Participante 2 ofereceu um direcionamento diferente para a história, sinalizando que a personagem Vitória estava mais madura e, com isso, notamos o advento de responsabilidades que antes não haviam aparecido no enredo. A personagem passou por uma perda, com o falecimento dos pais e, então, ocupou-se de

organizar a vida, buscando uma casa e um trabalho. Refletimos que durante os encontros as participantes apontaram destes dois elementos como fundamentais para o período após o acolhimento: um trabalho e um lugar para morar – dois aspectos que, em suas visões, trariam a segurança necessária para pensarem nas etapas seguintes de construção de uma vida mais autônoma, o que é reforçado por outros estudos sobre o tema (Cassarino-Perez et al., 2018; Fonseca, 2017).

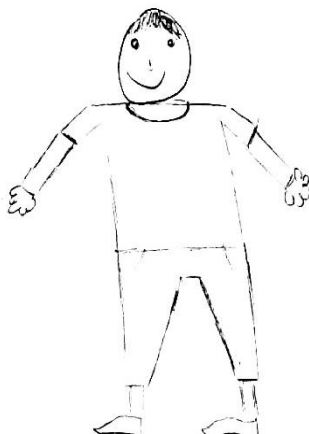
Retomando a história, os pais da personagem faleceram. Percebemos que a figura do pai, que esteve presente no primeiro material, não foi mantida, o que inseriu uma ruptura no curso da vida. Porém, o pai parece ter sido substituído pelo tio, como figura de amparo. Também o animal de estimação permaneceu ao lado da garota, denotando que ela não estava só. Conjecturamos que aquilo que foi preservado da primeira história para esta – no caso, o animalzinho como companhia afetiva – poderia representar a manutenção da esperança e dos aspectos saudáveis da realidade subjetiva da adolescente em interlocução com a realidade objetiva. Mesmo quando tudo pareceu esvaecer, algo sobreviveu.

No enredo, a protagonista se dedicou a encontrar as próprias soluções para assegurar o seu sustento, cozinhando e entregando comida nas casas. Porém, o final indicou que ela alcançou uma vida satisfatória devido à ajuda de uma outra pessoa: uma mulher que conseguiu um trabalho para a menina. Cogitamos que apareceu, nesta unidade temática, uma figura de referência adulta que se dispôs a amparar a personagem. Entendemos que, para além da satisfação das necessidades básicas, a criança requer sobretudo amor e compreensão nas relações de cuidado (Winnicott, 1984/2005b). Destacamos que, mesmo que a participante confiasse em seu potencial para a ação, ainda assim poderia sentir que necessita de alguém para estar ao seu lado oferecendo ajuda.

Observando o grafismo, notamos que, ainda que não haja tantos elementos como na primeira unidade temática, a ilustração se manteve colorida e expressiva. Destacamos a protagonista Vitória no centro da folha em realce, de olhos fechados e com um leve sorriso. Se a criança encontra confiança no ambiente, pode experimentar um estado de relaxamento, viabilizando uma experiência criativa no brincar (Winnicott, 1971/1975a). Refletimos que o olhar da personagem pareceu estar voltado para dentro, para si, como em um processo de assimilação e integração do seu amadurecimento em andamento.

4.1.3 Participante 3

Figura 5. Participante 3: *Desenhe um adolescente nos dias de hoje*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Minha vida preto e branco

Era uma vez um menino que morava com sua tia e seus primos. Um dia sua tia bateu nele e a expulsou de casa e ele não tinha lugar pra ir. Aí ele foi para um serviço de acolhimento.

A primeira observação realizada é que a adolescente elegeu um personagem masculino para representar a produção do material. Uma das possibilidades de análise, é a de que esta poderia ser a tentativa de se afastar de conteúdos difíceis que seriam manifestados no Desenho-Estória; um mecanismo de defesa acionado a fim de proteger as boas experiências que ainda habitavam o seu mundo interno.

Nesta primeira atividade, a Participante 3 demonstrou resistência e dificuldade para iniciar a ilustração e a escrita da história, questionando a sua capacidade para realizar a proposta. Percebemos indícios de baixa autoestima e significativa autocrítica em sua fala, além de certo desânimo, desinteresse e indiferença em alguns encontros, ainda que tenha participado das atividades e demonstrado apreciação em determinadas ocasiões. Quando o lar falha na provisão ambiental, sem conseguir oferecer o que a criança precisa, pode acontecer que ela apresente inquietação ou angústia frente a essa frustração. Perante

a falta de esperança de que o trauma seja reparado, o sujeito pode manter um “estado de relativa depressão” (Winnicott, 1984/2005e, p. 283).

Essas manifestações da participante são corroboradas por estudos que indicaram prejuízos no desenvolvimento emocional de adolescentes em situação de acolhimento, notados na dificuldade de expressão dos sentimentos, no desinteresse (Brito et al. 2017) e na indiferença frente às situações, a qual pode ser uma sinalizadora da desesperança ou da limitação dos recursos psíquicos que possibilitariam manter a esperança (Fernandes & Oliveira-Monteiro, 2016). Também consideramos relevante pensar que o isolamento social ocasionado pela pandemia de COVID-19 pode ter contribuído para um certo estado emocional de apatia, pois o grupo estava há meses com a convivência comunitária comprometida, a fim de evitar a transmissão do vírus.

Assim como a primeira adolescente, a Participante 3 apresentou uma história cujo enredo transmitiu uma experiência com traços pessoais, mesmo que contada em terceira pessoa. A narrativa revelou a violência e a vulnerabilidade a que o personagem foi submetido. Nessa primeira unidade de produção, o enredo tocou em vértices da realidade objetiva, pois o personagem, sem ter para onde ir, foi direcionado ao serviço de acolhimento, assim como a adolescente. Entendemos que, nessa primeira atividade, os fatos se sobressaíram à atividade imaginativa, havendo pouco espaço para a criatividade e o gesto autêntico. O material produzido pela participante assim como a sua atitude nos encontros nos levou a associá-los às demonstrações de um verdadeiro *self* oculto que, protegido das intrusões externas pelo falso *self*, expressa a perda da espontaneidade e da originalidade de um viver criativo (Winnicott, 1979/1983b; Winnicott, 1958/2000c). No desfecho da história, vimos o personagem sendo arrebatado pelas circunstâncias da vida.

Constatamos que a escolha do título da produção deu pistas sobre o estado emocional da participante: *Minha vida preto e branco*. Para além do relativo tempo despendido no início da atividade, atentamos para a limitação criativa evidenciada na ilustração e no enredo. Sugerimos que houve certo empobrecimento da gestualidade espontânea, uma vez que a expressão possível apareceu aprisionada às ocorrências vivenciadas. Quando o sentimento de confiança da criança não pode ser sustentado pelo ambiente, isso pode ocasionar uma carência no brincar e na experiência cultural, com prejuízos na autorrealização e na autonomia de uma vida criativa (Winnicott, 1971/1975c). Assim, o título da história, a narrativa e o desenho com poucos elementos denotaram certa restrição criativa do viver da adolescente.

A partir do material produzido em paralelo às observações das Rodas de Conversa, conjecturamos que a participante trazia marcas significativas de desamparo e frustração na relação interpessoal, impactando a confiança em si e nas pessoas. Esse aspecto também foi notado na sua postura mais introspectiva e defensiva no contato. Quando a criança se mostra emocionalmente enfraquecida, suscetível e instável, pode ser difícil para ela localizar bons elementos nas pessoas que se dispõem a estabelecer um vínculo positivo, pois há um abalo na sua capacidade de confiança (Winnicott, 1984/2005b). Assim, nessa primeira unidade temática, para a Participante 3, os infortúnios da realidade pareciam se sobressair, havendo pouca abertura para a imaginação. Na história, pouco se tocou na esperança – talvez o vislumbre possível tenha sido encontrar uma alternativa para a situação de violência: o menino, sem ter para onde ir, foi direcionado ao serviço de acolhimento.

Figura 6. Participante 3: *Desenhe o adolescente daqui a cinco anos*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Minha vida colorida

Depois de 5 anos o menino saiu do acolhimento. E foi morar com a madrinha.

Nesta unidade de produção, a atividade da Participante 3 refletiu mudanças significativas em comparação à primeira unidade temática do Procedimento de Desenhos-Estória, a começar pelo título da narrativa que ganhou vivacidade: *Minha vida colorida*. O personagem, que antes se encontrava sozinho no desenho, agora apareceu apoiado sobre um solo verde bem demarcado, acompanhado por uma árvore, ao seu lado, e um sol, no céu. Presumimos que o trabalho em grupo possa ter facilitado que a participante entrasse em contato com aspectos da sua subjetividade, resgatando a potência para o viver criativo. No caso de adolescentes sob medida de proteção social, o sentimento de coletividade oportunizado pelo grupo pode contribuir para a criatividade e a implicação em atividades que toquem no sentido da vida, como a escrita e a produção de desenhos (Chauhan, 2020).

Ainda que a escrita tenha sido breve, o desfecho dado à narrativa pareceu ser favorável e esperançoso, ou seja, decorridos cinco anos, o personagem deixou o serviço de acolhimento e foi residir com a madrinha. Nesse sentido, ele não permaneceu sozinho, ligando-se a uma figura afetiva e de proteção. Evidenciamos que ao longo das Rodas de Conversa esta adolescente se referiu, algumas vezes, à madrinha afetiva, contando sobre os finais de semana que passava com ela e como essa pessoa seria alguém fora da instituição com quem poderia contar, já que os vínculos familiares estavam fragilizados. Interessante constatarmos a importância do papel de um adulto de referência para a adolescente, de uma pessoa que ofereceria suporte social e afetivo quando a instituição deixasse de ser o seu lar. A preservação dos vínculos comunitários (Brasil, 2017) e o suporte social oferecido aos adolescentes acolhidos facilitam a preparação para o desligamento do acolhimento, por meio do acompanhamento de figuras de apoio, para além dos técnicos do serviço (Mota & Oliveira, 2017; Sulimani-Aidan, Sivan, & Davidson-Arad, 2017).

Inicialmente, a postura introspectiva e as sucintas falas da participante nos encontros sugeriram que, para alguém com tantos abalos durante a sua curta existência, poderia ser difícil acreditar que horizontes mais leves e seguros pudessem ser encontrados. A introversão e a perda da capacidade de amar podem indicar uma defesa, em casos de deprivação (Winnicott, 1984/2005a). Também o desinteresse e a dificuldade para expressar os sentimentos e as emoções sinalizam um impacto na personalidade e na identidade, no caso de crianças e adolescentes acolhidos (Brito et al., 2017; Winnicott, 1984/2005g). Sentimos, nos primeiros encontros, como se a adolescente estivesse

cansada de tantas inconstâncias, como se não houvesse mais disposição para se surpreender com as experiências, querendo apenas um lugar para se recolher e estar.

Por outro lado, na quarta Roda de Conversa, quando da produção desse material, pareceu-nos que algo na participante resistia à ideia de sucumbir, como se estivesse sendo empregado um expressivo esforço para proteger e manter seguros os aspectos vitalizantes e esperançosos de si, de forma que não fossem novamente frustrados, assim como elementos do verdadeiro *self* se mantêm protegidos pelo falso *self* (Winnicott, 1958/2000c). A produção desta participante surpreendeu, ao se comparar à primeira produção. Passados cinco anos, o desfecho da história do personagem poderia ter sido pessimista, contudo, a adolescente apostou em um final diferente, com um futuro favorável.

4.1.4 Participante 4

Figura 7. Participante 4: *Desenhe um adolescente nos dias de hoje*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Empoderamento feminino

Alicia: 15 anos. A história de três garotas, uma focada em saber o significado de luas e signos, onde ela se apaixona por um Deus onde não sabe se existe ou não! Um dia ela estava passando e ao fechar os olhos sentiu sua alma sendo perdida! Tem dois irmãos que acredita ser louca.

Clara: 16 anos. A outra não aguenta mais viver onde tem tantas coisas ruins que nada de bom fica ao seu redor. Então ela pensa em fugir para uma terra desconhecida onde ela encontra o verdadeiro significado de sua vida! Ela não sonha porque ela tem outras coisas a fazer do que sonhar e tem 4 irmãos.

Ana: 17 anos. Uma bailarina que se doa totalmente a sua apresentação e no momento que atravessa a rua é atropelada por um carro onde fica sem seus movimentos da perna e para seu sonho. Obrigada a ser bailarina por ser a filha única.

Moral da história: Não importa o que você faça para vida, ela sempre vai estar contra a morte.

3 H. [nome da participante ocultado] diferente e, um só corpo.

Nesta produção, verificamos que a participante elegeu três figuras para representar um adolescente hoje. Percebemos uma diferença gradual entre os três grafismos. A primeira figura humana se mostrou completa, com mãos, pernas e pés aparentes; na segunda figura, as mãos estavam escondidas atrás do corpo e os membros inferiores não foram mostrados; e, na terceira, apenas a cabeça apareceu exposta. Sugerimos que essas diferenças também foram refletidas na redação da história.

A primeira personagem, aparentemente mais inteira, estava envolta por símbolos, em um clima místico; ela possuía algo sobre o que se interessar, mas era tida como “louca” (*sic*). Entendemos que, mesmo sendo estigmatizada, ela preservava a capacidade de sonhar e de crer em algo que fizesse sentido para si. Notamos no enredo algo da ordem da criatividade, da imaginação e do brincar (Winnicott, 1979/1983b). Na narrativa, foi ainda mencionado um Deus, porém se lançou a dúvida sobre sua existência. A figura de Deus alude a uma entidade superior que protege e oferece confiança, mas como confiar em algo que pode não estar lá para ser encontrado?

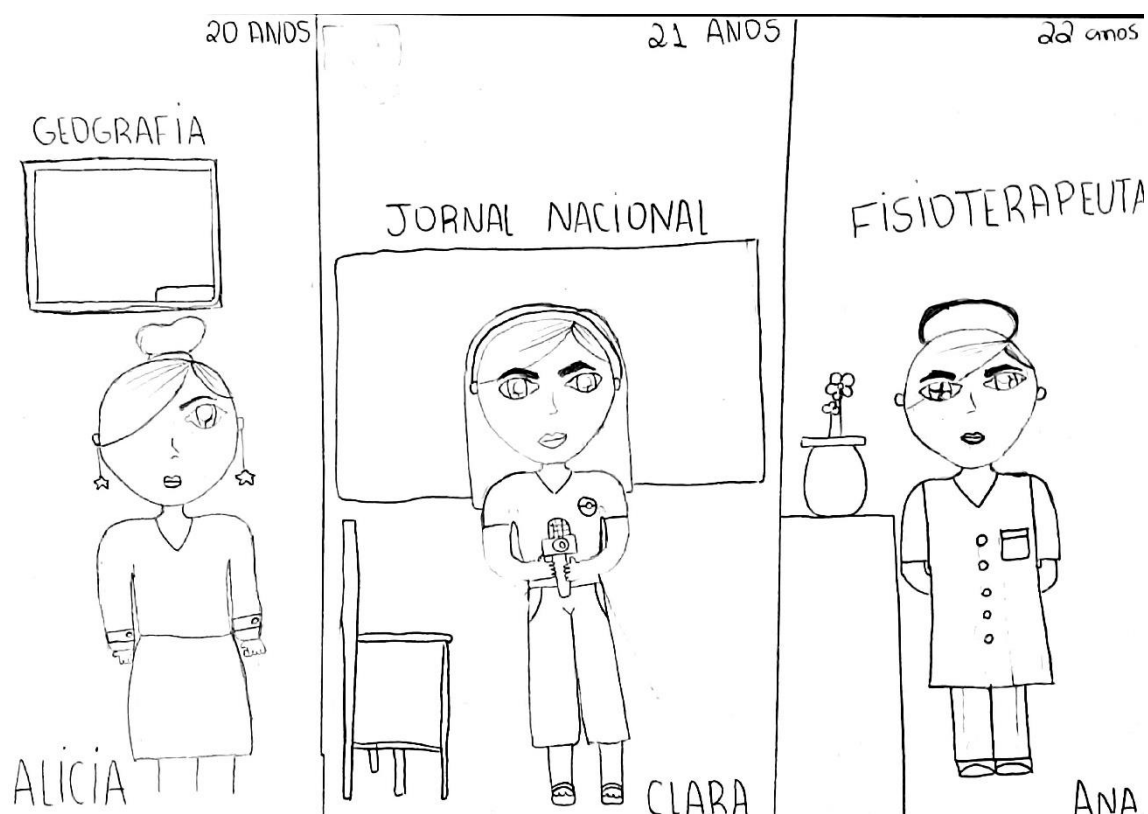
A segunda personagem, que, curiosamente, não possuía pernas e pés, queria fugir para um lugar que desse sentido à sua vida, pois se via cercada por “coisas ruins” (*sic*). Diferente da primeira figura, essa personagem deixou de sonhar, demonstrando certo desapontamento para com a vida. Já a terceira personagem teve seus planos interrompidos devido a um incidente que a deixou sem os movimentos das pernas; além disso, pareceu

ter sido impelida a optar por uma carreira por influência externa. Esses trechos nos remeteram à desesperança vivenciada pelo bebê nos estágios mais primitivos do amadurecimento. Na ocasião, algo que deveria acontecer por parte da provisão ambiental não acontece. O bebê, então, reage às intrusões que abalam a sua experiência de *continuar vir a ser*, sem saber quando isso irá findar (Winnicott, 1958/2000d). Essas duas personagens inventadas pela participante pareceram se sentir invadidas por questões externas que impactaram as suas integridades, interrompendo a continuidade de algo que estava em andamento. No desfecho da narrativa, as três personagens apresentaram alguma reação frente às dificuldades, seja perdendo a alma, fugindo para outro lugar ou cedendo às pressões externas.

A participante também registrou uma moral para a história: “*Não importa o que você faça para vida, ela sempre vai estar contra a morte*” (sic). Surpreendemo-nos pela oposição das palavras vida e morte, sugerindo que uma perspectiva positiva pode ter sido mantida, mesmo que remota. No decorrer dos encontros, essa participante se mostrou bastante comunicativa, frequentemente tomou a iniciativa para as atividades, parecendo ávida por aproveitar aquele espaço. Percebemos que ela transitava entre momentos de maturidade, de seriedade em sua fala, com situações de leveza e descontração, sinalizando haver significativo reconhecimento da realidade, com suas limitações e possibilidades.

Presumimos que a produção do desenho e da história poderiam refletir o seu mundo subjetivo, preenchido com projetos e sonhos aparentemente amputados, mas, ao mesmo tempo, dividindo espaço com um olhar esperançoso sobre a vida. Quando a criança estabelece um relacionamento de confiança, ela pode temporariamente renunciar aos processos integrativos e se desintegrar ou despersonalizar, pois sente que estará apoiada naquele momento (Winnicott, 1989/1994b). Entendemos que o lugar oferecido pelo grupo pode ter possibilitado a confiança da adolescente para usar o espaço das Rodas de Conversa como campo de integração e desintegração, de exercício da maturidade e da imaturidade, em uma dinâmica constante de construção do seu modo de ser no mundo.

Figura 8. Participante 4: *Desenhe o adolescente daqui a cinco anos*



Fonte: Elaborado pela participante.

Título: Mundo de garotas

Alicia se tornou uma professora de geografia por gostar muito de céu, estrelas. Então, ela fez faculdade se formou em geografia e astrologia.

Clara era muito sozinha apesar de gostar de pessoas, amigos, fez faculdade de jornalismo e gosta muito de trabalhar com pessoas.

Ana conseguiu se formar em fisioterapia e se recuperou de suas lesões na perna e começou a ajudar a todos.

Analisando a segunda unidade temática da Participante 4, identificamos que, também visualmente, o desenho apresentou mudanças interessantes, com a apresentação das figuras mais inteiras. Ainda que a participante não tenha colorido a gravura, devido ao tempo restrito para a atividade, ela própria optou por se dedicar mais à ilustração do que à pintura. Observamos certo esmero na construção da imagem, um cuidado com as minúcias das três personagens que criou. Assim como as demais, a participante deu sequência à primeira unidade temática com a manutenção do nome dos personagens e a indicação de como elas se encontrariam após cinco anos. Sugerimos que, nessa atividade,

o espaço potencial tenha sido explorado pela adolescente por uma espécie de brincar livre, onde a autenticidade e a criatividade puderam ser usadas como espaços de trânsito de elementos da realidade subjetiva e da realidade objetiva (Winnicott, 1971/1975a).

Com relação à escrita da história, admiramos o desenlace positivo que a narrativa obteve. A personagem Alicia, que se interessava por elementos do universo, tornou-se professora de Geografia e, no desenho, pode-se observar brincos em formatos de estrela. A menina se tornou mulher, mas carregou consigo o encanto e a fascinação da meninice. A personagem Clara, que havia deixado de sonhar, mesmo sendo citada como uma pessoa “sozinha” (*sic*), pareceu encontrar na profissão de jornalista algo que a conectava às pessoas. Por fim, Ana, que tinha perdido os movimentos das pernas, tornou-se fisioterapeuta e passou a cuidar dos outros. Essa personagem, que denotava ter recebido um final trágico na primeira história, aqui conseguiu se transformar e repercutir uma importante mudança no seu entorno.

No decorrer das Rodas de Conversa, ficamos instigados com a desenvoltura desta adolescente, que se mostrou descontraída, comunicativa e consciente da sua realidade, além de considerar a potência que existia em si para acreditar e ir em busca do que almejava. Percebemos, em vários momentos, que as outras participantes a escutavam atentamente e eram motivadas por ela, reforçando como o contato com os pares tende a contribuir para o sentimento de pertencimento, em um ambiente relacional de cooperação e afeto (Moses, Villodas, & Villodas, 2020; Mota, Costa, & Matos, 2018).

Vale mencionar que a Participante 4 era a mais velha do grupo e, nas Rodas de Conversa, comunicou sobre a proximidade do desligamento do serviço de acolhimento com certa ambivalência, por almejar maior autonomia, porém estar receosa em administrar a própria vida. O alcance da maioria associado ao desligamento do serviço de acolhimento é um tema que requer atenção, pois frequentemente mobiliza preocupação nos adolescentes acolhidos (Fernandes & Monteiro, 2017; Poker, 2017). Presumimos que a participante estava em uma permanente preparação para essa ocasião, persistindo no enfrentamento de mais um desafio em sua vida, porém sem deixar de sustentar a confiança em um porvir esperançoso, acreditando na capacidade de desfrutar uma vida com sentido.

4.1.5 Síntese Desenhos-Estória com Tema

Encerrando as reflexões acerca do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema, verificamos que, na primeira unidade temática, foi solicitado que as participantes

desenhassem um adolescente nos dias atuais, atividade seguida da escrita de uma história. A proposta foi assim pensada a fim de não limitar que tipo de adolescente o grupo contemplaria, possibilitando, ao contrário, que cada integrante interpretasse o pedido a seu modo. Nesse caso, por exemplo, caberia tanto a manifestação da realidade em que viviam quanto a projeção de anseios pessoais.

Observamos que as participantes 1 e 3 elegeram um personagem masculino para ilustrar a unidade temática, já as participantes 2 e 4 escolheram figuras femininas. Verificamos que o grupo direcionou a uma terceira pessoa o enredo criado. Uma das reflexões propostas é a de que poderia ser uma forma de encobrir algum traço que reproduzisse explicitamente aspectos de si e de suas vivências. Contudo, ainda que latente, algo aparentemente foi revelado na produção do material. Como exemplo, citamos a Participante 1, que apresentou um personagem masculino, mas no decorrer do texto passou a identificá-lo pelo gênero feminino e na primeira pessoa do singular: “*Eu pedia sempre pra ser transferida*” (sic); e a Participante 4, que encerrou a história escrevendo o seu nome, sinalizando que os desenhos representavam três imagens dela mesma: “*3 H. diferente e, um só corpo*” (sic). Presumimos que algo da realidade subjetiva do grupo foi manifestado na atividade, ainda que não de forma totalmente consciente.

Constatamos que, na primeira unidade temática, as histórias das participantes 1 e 3 versaram diretamente sobre experiências de vida reais, sobretudo no tocante ao tema do acolhimento institucional e das violências e vulnerabilidades sofridas antes da medida protetiva. As histórias apresentaram um enredo simples, atrelado à realidade, quase como um relato cotidiano. Quanto ao grafismo, os desenhos 1 e 3 denotaram ter sido menos explorados quanto à variedade de cor e a outros detalhes, sendo monocromáticos em tons acinzentados e sem elementos para além dos personagens principais. Por outra perspectiva, as histórias das participantes 2 e 4 aludiram a um enredo aparentemente inventado, indicando maior uso da imaginação e da criatividade. Essas narrativas aparentaram determinada elaboração quanto à escrita e ao enredo, contando, ainda, com a presença de outros personagens. Sobre o grafismo, as ilustrações 2 e 4 se destacaram pelo colorido e pelos elementos da natureza no entorno dos personagens – árvore, nuvens, sol e lua.

Ainda na primeira unidade temática das participantes 2 e 4, atentamos que até certo ponto havia um clima geral positivo. Diferentemente das produções 1 e 3, os enredos se mostraram mais detalhados, realçando as características, os interesses e os sentimentos dos personagens. As tramas integraram aspectos da imaginação e da realidade,

evidenciando um uso mais apurado da potencialidade criativa. Em dado momento, houve uma mudança e os textos passaram a expor experiências de desamparo, frustração e perda de algo bom; contudo, a mensagem final alcançou um patamar estável. Pressupomos que, tal qual nas histórias, as participantes também tiveram momentos prazerosos e alegres que foram interrompidos, em suas vidas, perturbando o amadurecimento emocional. Contudo, mesmo diante dos percalços, identificamos o anseio pelas boas experiências, a crença de que algo bom poderá ser encontrado em algum momento.

As diferenças constatadas nas produções poderiam apontar o estado psíquico das adolescentes, a expressão do mundo subjetivo e as experiências emocionais de cada uma e do grupo. O uso da criatividade e o gesto espontâneo são sinais de saúde, na teoria winnicottiana, sinalizando a capacidade de esperança do indivíduo. Neste caso, verificamos maior exploração lúdica e esperança nas produções das participantes 2 e 4, e maior restrição, nas participantes 1 e 3.

Sintetizando a primeira unidade temática, compreendemos que o grupo, a seu modo, pôde expressar, por meio dos desenhos e da criação das histórias, conteúdos conscientes e inconscientes das suas respectivas realidades e experiências. A partir da proposta temática, abriu-se a possibilidade para que algo singular fosse comunicado, mesmo que não oralmente. O desenho de *Um adolescente nos dias de hoje* tomou várias formas, revelando uma comunicação emocional que tocou na biografia das participantes e nos sentimentos de tristeza, desamparo e incerteza. Reconhecemos uma semelhança entre os enredos: em todos eles, os personagens foram afetados por alguma contrariedade, ou seja, uma marca foi inserida nas vivências dos protagonistas, algo que interferiu e abalou o curso da história. Em alguns escritos, ficou mais explícita a desolação dos personagens frente às situações e, ao final, um desenlace foi possível, mesmo que não o almejado.

Avançando para a segunda unidade temática, esta foi realizada na última Roda de Conversa, antes do encontro de encerramento da pesquisa. Notamos diferenças significativas nas produções dessa atividade, tendo como parâmetro o primeiro Procedimento de Desenhos-Estória com Tema. Foi solicitado, ao grupo, que recordasse o desenho feito de *Um adolescente nos dias de hoje* e então vislumbrasse como se encontraria *O adolescente daqui a cinco anos*. O intuito da proposta foi a de identificar aproximações e diferenças entre a primeira e a última unidade de produção. Ao nos debruçarmos sobre o material, uma das primeiras observações foi quanto à mudança na estética das imagens. De modo geral, as ilustrações ganharam mais cores e itens como

chão, nuvem, sol, árvore, e figuras mais completas. Além disso, foi possível observarmos mudanças nas narrativas. Sobre as produções das participantes 1 e 3, foi notável que os desenhos receberam maior riqueza de detalhes, com destaque para o colorido e os elementos acessórios aos personagens. As narrativas mantiveram uma coerência temática com a primeira história, oferecendo uma continuidade e um desfecho alentador ao enredo.

Reconhecemos que, na segunda unidade de produção, o grupo empregou um encaminhamento mais esperançoso aos personagens, os quais ocuparam outros espaços, para além do serviço de acolhimento. Eles amadureceram, buscaram desenvolver as suas capacidades e foram atrás de construir o seu lugar no mundo. Identificamos que as narrativas se mostraram mais realistas e ponderadas com o contexto de vida, sem negar as adversidades, mas acreditando na possibilidade de se encontrar algo bom para si. Entendemos que a última unidade de produção pode ter se aproximado de como as participantes estavam: ao mesmo tempo, assimilando a realidade em que se encontravam, mas almejando obter um lugar que lhes oferecesse segurança, confiança e estabilidade.

4.2 Discussão do Diário de Campo: categorias temáticas

Este tópico contempla três categorias temáticas relacionadas ao tema principal do estudo, a esperança, a partir dos materiais produzidos nos encontros grupais e registrados no diário de campo. Por meio da teoria psicanalítica de D. W. Winnicott, compreendemos, neste trabalho, que a esperança, quando identificada nas adolescentes, aparece relacionada a três tópicos principais: capacidade de confiar, aspectos do verdadeiro *self*, e perspectivas de futuro. O primeiro deles abrange a esperança notada no estabelecimento da confiança em si e no ambiente, portanto, nele sinalizaremos o alcance da confiabilidade. O segundo tópico está ligado às características do verdadeiro *self* – aqui, o recorte será para a busca do sujeito por se sentir real e existindo no mundo. Em terceiro lugar, a esperança está evidenciada no movimento de se ir ao encontro daquilo que se necessita, caso em que enfatizaremos as expectativas quanto ao futuro. Empreendemos em identificar como o fenômeno da esperança apareceu no estudo frente à presença da pesquisadora e ao contexto determinado circunscrito pela pesquisa.

4.2.1 Primeira Categoria: *a capacidade de confiar*

No presente item, apresentamos excertos do diário de campo que ilustram a esperança vinculada à capacidade de confiar, ou seja, o alcance da confiabilidade do sujeito sobre si e na relação interpessoal.

No início do trabalho, notamos que as adolescentes manifestaram curiosidade sobre a pesquisadora e a proposta que seria desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, mantiveram certa reserva. Isso foi percebido na primeira visita ao SAICA, quando se estabeleceu o contato inicial com a psicóloga. Na ocasião, o espaço onde a conversa aconteceria havia sido preparado com antecedência, contudo, as participantes reorganizaram as cadeiras que estavam em círculo, de modo que ficassem em paralelo. *“Dispomos algumas cadeiras em roda e logo as participantes chegaram, sentando-se umas ao lado das outras, aproximando as suas cadeiras, de modo que elas ficaram bem perto entre si”*. Parecia que elas se encontravam defensivas, unidas de um lado, em oposição à psicóloga, talvez como uma forma de se sentirem protegidas e se apoiando. Essa inibição inicial foi compreensível, tendo em vista que a pesquisadora era uma figura não cotidiana para o grupo, portanto, ainda não haviam sido estabelecidos laços de familiaridade. Entendemos que a criança que sofreu privação, antes de abandonar as defesas usadas, requer obter confiança na estabilidade do ambiente (Winnicott, 1984/2005a).

Nessa primeira visita, fez-se a apresentação dos termos éticos da pesquisa e a explicação da voluntariedade da participação. Observamos que as adolescentes se certificaram se de fato poderiam escolher participar ou não do estudo, detendo-se nesse ponto do Termo de Assentimento. *“Uma delas comentou: ‘Tia, parece que você está querendo deixar bem claro que não é obrigado participar’ (sic), ao que eu assenti, confirmando que era importante que se sentissem à vontade”*. As participantes pareceram surpresas ao entenderem que as suas vontades seriam respeitadas caso não estivessem confortáveis em participar dos encontros ou mesmo falar sobre algum assunto.

Outro tópico do Termo referido pelo grupo dizia respeito ao período do estudo, onde se explicitou a frequência e a duração das Rodas de Conversa Temáticas, além da visita inicial e da visita de encerramento. Uma das adolescentes quis se assegurar quanto ao *“número de encontros, que seriam quatro, cada um com um tema norteador. Ela disse: ‘Ah, então este é um extra’ (sic), ao que confirmei afirmando que neste primeiro encontro a proposta seria apresentar o trabalho e nos conhecermos”*. O comentário dessa participante pode sugerir que, para todas elas, enquanto grupo que advém de um histórico marcado por rupturas, seria importante se certificarem sobre o período em que estariam

juntas com a pesquisadora, sobretudo para que pudessem decidir se valeria à pena se abrirem para o encontro e como forma antecipatória de preparação para o desligamento. Ressaltamos que, no trabalho com indivíduos que sofreram privações, a previsibilidade do ambiente pode auxiliar na confiabilidade da relação, contribuindo para que o sujeito faça uso e tire proveito do encontro. Isso é fortalecido quando se tem, por parte do profissional, um real interesse em estar em contato com o outro (Winnicott, 1986/1999).

Ainda em relação ao estabelecimento do contrato inicial, outro assunto apontado pelo grupo foi acerca do sigilo e do anonimato, conforme esclarecido no Termo de Assentimento. *“Expuseram a preocupação de que eu levasse para as técnicas o que tinha sido dito nas Rodas de Conversa e demonstraram incômodo quanto a realizarmos os encontros no pátio, pois estávamos sentadas próximas das janelas onde ficam as salas das profissionais”*. A indicação para que os encontros ocorressem na área externa se constituía em um cuidado para se evitar a transmissão do vírus da COVID-19. Contudo, o grupo manifestou que, assim, poderia ficar exposto. Consideramos pertinente a observação das adolescentes, as quais propuseram a sala de informática como alternativa.

O posicionamento das participantes ainda nos levou a pensar que o que estava em jogo poderia não ser tanto a necessidade de se manterem afastadas do olhar das técnicas, mas principalmente o interesse de resguardarem um ambiente privativo junto à pesquisadora, onde pudessem ser escutadas e olhadas em suas particularidades. Percebemos que, nessa primeira visita, à medida que o Termo de Assentimento foi lido e explicado, o grupo pôde comentar, questionar e tirar dúvidas, apropriando-se daquele espaço.

Na execução do primeiro Procedimento de Desenhos-Estória com Tema aconteceu algo curioso. Após o grupo completar a ilustração e a história, foi solicitado que compartilhasse as narrativas escritas, conforme a orientação do Procedimento. Porém, as participantes se mostraram surpresas e apresentaram resistência frente ao pedido. *“Uma adolescente pareceu verbalizar o sentimento do grupo: ‘Ah, tia, não dá, a história é baseada na minha vida! A senhora não vai levar os desenhos?’ (sic). Respondi que sim. ‘Então você vai ver o que está escrito’ (sic)”*. O comentário da adolescente, ao ser reafirmado pelo grupo, denotou que talvez as participantes tenham se surpreendido ao perceberem que, em algum nível, as histórias revelavam algo de si que preferiam resguardar. No entanto, ressaltamos como positivo o fato de permitirem que a pesquisadora tivesse acesso ao material privativamente, denotando que algo do âmbito da confiança poderia estar sendo expresso. Traçando um paralelo com as contribuições de

Winnicott (1971/1975d), mencionamos que a confiança investida no analista pode desarmar as experiências de fracassos advindos da infância do paciente. Assim, a relação entre eles pode colaborar para a esperança de o sujeito de acreditar ser possível encontrar o que busca, ou seja, uma nova experiência de confiança.

No final da primeira Roda de Conversa, quando os materiais gráficos estavam sendo recolhidos e guardados, “notei que organizaram as folhas em cima da mesa de modo que as histórias ficassem para baixo, parecendo querer esconder o que escreveram das demais. Elas colocavam uma folha sob a outra e me olhavam em silêncio”. Ponderamos que aquele gesto parecia indicar que o grupo entregava e confiava à pesquisadora algo muito particular: uma parte de cada participante que comportava registros das experiências, memórias e emoções singulares experimentadas ao longo de suas vidas. Sentimos como se um fragmento de esperança houvesse despontado no grupo, abrindo-se para o encontro com a pesquisadora. Referimos que a presença de mentores associados a figuras de apoio tende a contribuir para o aumento da esperança em adolescentes acolhidos (Hoffler, 2017; Sulimani-Aidan, Melkman, & Chan, 2019).

Na terceira Roda de Conversa Temática, a pesquisadora combinou de conversar com a psicóloga do SAICA antes do início do encontro, a fim de obter esclarecimentos sobre o processo de acolhimento institucional. Como o diálogo se estendeu, o início das atividades ocorreu mais tarde e, perante a isso, percebemos que o grupo se sentiu incomodado. Uma das adolescentes, parecendo irritada, informou que não participaria naquele dia, mas, depois de ser acolhida e informada, pela pesquisadora, que poderia apenas observar, concordou e optou por permanecer na sala. O excerto a seguir, retirado do diário de campo, evidencia a manifestação do grupo:

“Uma delas comentou que eu tinha demorado muito conversando com a psicóloga e que elas tinham cansado de esperar. Reconheci que a conversa tinha ultrapassado o horário previsto e me desculpei. Elas quiseram se certificar de que ainda teríamos 1 hora de encontro naquele dia e afirmei que sim, que estava ali para o nosso encontro. Outra participante falou: ‘tia, vou sentir falta quando terminar’ (sic).”

Compreendemos que a comunicação do grupo sugeriu o descontentamento experimentado devido ao atraso da pesquisadora. As participantes puderam expressar a irritação e a fúria por sentirem que o combinado não seria cumprido, receando serem

prejudicadas. Em situação de privação, a raiva manifestada também pode ser expressão de esperança, pois aponta que a criança é capaz de sentir o abalo do meio e, então, manifestar-se frente a ele (Winnicott, 1984/2005a). Entendemos que a expressão das adolescentes também denotou a possibilidade de sentirem ódio, de destruírem e repararem a relação com a pesquisadora, manifestação que aproximamos do círculo benigno mencionado por Winnicott (1988/1990a), no qual o indivíduo adquire a capacidade de reparar e restituir a relação com o outro, alcançando a capacidade de concernimento (*concern*).

Conjecturamos que o atraso pode ter acionado uma falta, privações anteriormente experimentadas nas relações objetais infantis, quando se esperava que as figuras de cuidado oferecessem proteção e segurança. Em situação de privação, muitas vezes o indivíduo sente como reais as falhas do analista ou dos responsáveis pelo cuidado, isso porque o que se está experimentando no aqui e agora reacende os fracassos primitivos do ambiente (Winnicott, 1984/2005c; Winnicott, 1984/2005e). Portanto, a pesquisadora, ao perceber o desapontamento do grupo, logo se redimiou, reconhecendo a sua falta, assegurando que o encontro seria preservado. Diante de casos de falhas na integração egóica, é importante que o analista reconheça as suas falhas perante o paciente, possibilitando que este sinta raiva pelas faltas primitivas experimentadas (Winnicott, 1958/2000c).

Outro momento que pareceu retomar o fracasso da confiança no ambiente referiu-se ao mesmo encontro, na atividade sobre o tema *A pessoa que você gostaria de ser*. Na ocasião, foi indagado ao grupo: “*Qual é o maior medo dessa pessoa? Respostas: ‘medo de não conseguir o que ela quer; medo de dar errado; medo de não ser bem recebida’ (sic)*”. Essas respostas sugeriram que as participantes receavam o futuro incerto, preocupando-se se alcançariam o que almejavam para as suas vidas, além de temerem não ser bem acolhidas no contexto fora do acolhimento institucional. Lembramos o caso citado por Winnicott (1971/1975d) no qual a paciente, ainda na infância, sofreu rupturas nas experiências satisfatórias com a figura materna, o que ocasionou, posteriormente, a perda da esperança na relação objetal. A fala do grupo indicou como pode ser difícil para as adolescentes acreditarem que do lado de fora da instituição haverá pessoas dispostas a ampararem-nas, recebendo-as como são.

Outra passagem evidenciou a quebra da confiabilidade no ambiente familiar, aparecendo a marca da ausência e da omissão parental. “*Falaram da ausência das figuras maternas, seja devido ao falecimento ou à negligência. As figuras paternas pouco*

apareceram, mas quando citadas, percebeu-se uma associação com adjetivos pejorativos, devido à ausência". Retomando os estágios primitivos da criança, quando se experiencia um abalo na confiabilidade do ambiente, pode acontecer uma *quebra de fé*, uma ruptura que interfere na capacidade de se acreditar no espaço que fracassou na provisão oferecida (Winnicott, 1989/1994a). Importante contemplarmos que o nível de esperança geral do adolescente acolhido pode ser afetado pela percepção que ele tem quanto à aceitação ou à rejeição parental (Sulimani-Aidan, Sivan, & Davidson-Arad, 2017).

Durante a quarta Roda de Conversa Temática, em meio aos diálogos sobre o futuro e a vida, após o acolhimento, as participantes compartilharam quais eram as expectativas para as suas vidas e em quem acreditavam que poderiam contar, caso necessário:

“Outra adolescente falou que a expectativa que tinha para não viver na rua era a sua madrinha, que se ela não conseguisse ‘se virar sozinha’ (sic), poderia recorrer à madrinha afetiva. Outra participante disse que a única pessoa que ela contava era a avó e que esperava que a avó a tirasse do serviço de acolhimento.”

A fala do grupo demonstrou o anseio das adolescentes por não se sentirem sozinhas, acreditando no apoio que poderia advir por parte de figuras como a madrinha afetiva ou mesmo de alguma pessoa da esfera familiar. Nesse mesmo sentido, o seguinte trecho complementa as expectativas das participantes: *“Uma delas tem a intenção de retornar para a casa onde morava e outra gostaria de ser acolhida por pais adotivos”*. Novamente, o assunto tange a necessidade do estabelecimento de laços afetivos que assegurem o bem-estar, a segurança e a confiança. Tão importante quanto o suprimento das necessidades básicas, a uma criança, é o oferecimento de amor e compreensão. Se o adulto favorece que ela possa acreditar e confiar no relacionamento estabelecido, a criança pode, então, sentir que possui um lar (Winnicott, 1984/2005b).

Em seguida, quando se levantou o tema esperança, as participantes referiram-se primeiramente a Deus como algo que as fazia ter esperança e que consideravam importante em suas vidas. Depois, conforme o diálogo transcorreu, foram acrescentadas indagações sobre quais eram as pessoas que as motivavam no dia a dia, com quem elas contavam para resolver os problemas e sobre quais eram as pessoas que as compreendiam na vida atual.

“referiram pessoas da família: avó, irmãos, pai, mãe e tios. Também profissionais da instituição de acolhimento e figuras externas: educadores sociais, psicóloga e madrinha afetiva. Uma das adolescentes disse acreditar que pode contar com os tios, caso a avó não esteja presente e outra participante falou que pretende tirar o pai do sistema penitenciário . . . Duas delas chegaram a verbalizar que não tinham ‘ninguém lá fora para contar’ (sic), por isso consideravam em primeiro lugar a Deus.”

Pareceu-nos que, mesmo que o grupo o almejasse como possibilidade, o retorno aos seus lares e a retomada da convivência familiar não apontava ser garantida. Notamos que as adolescentes não sabiam afirmar se, ao deixar o serviço de acolhimento, realmente reencontrariam as pessoas da família. Entendemos que algumas delas preservavam a expectativa de que a família lhes assumisse os cuidados dirigidos, talvez pudesse estar em curso algo da ordem da idealização, mas que não se sustentava na realidade objetiva. No caso de crianças inseridas em lares substitutos, pode acontecer de o lar original e os pais biológicos serem referidos de modo idealizado. Porém, se houver coerência no cuidado substituto oferecido, mesmo que seja necessário certo rigor, a criança poderá experimentar estabilidade na relação com o ambiente (Winnicott, 1984/2005a; 1984/2005b). Por outro lado, na visita de *follow-up* realizada um ano após as Rodas de Conversa, observamos que as participantes integravam cada vez mais as suas realidades, compreendendo o motivo do acolhimento e reconhecendo as limitações de suas famílias de origem quanto a lhes manter o cuidado adequado. O que anteriormente tangia os ideais, posteriormente revelou a capacidade do grupo de integração da realidade subjetiva com a realidade objetiva.

Nesta mesma atividade, o grupo foi convidado a elaborar um cartaz com palavras e imagens que representassem, sob uma perspectiva particular, o que lhe fazia ter esperança. No desenrolar do diálogo, levantou-se a reflexão sobre pessoas para além da esfera familiar que se faziam presentes no seu dia a dia e que poderiam ser associadas a esse lugar positivo. A pesquisadora comentou sobre a rede de apoio e se o SAICA poderia ser reconhecido como um lugar protetivo. *“Elas concordaram, dizendo que a relação com os técnicos era de ‘amor e ódio, porque chamavam a atenção, mas queriam o bem delas’ (sic)”*. Quando se atinge a confiança no ambiente, pode acontecer de as crianças de instituições ou lares adotivos apresentarem ímpetos de raiva voltados àqueles que se dedicam aos seus cuidados. Nesse caso, o ódio poderia ser uma forma de manifestarem a

frustração pelas falhas ambientais experimentadas em momento ulterior (Winnicott, 1984/2005a; 1984/2005c). Ressaltamos que as participantes admitiam a importância do serviço de acolhimento como um lugar de proteção, evidenciando a confiança estabelecida que, inclusive, permitia-lhes sentir ódio. Assim, destacamos o papel desempenhado pelos educadores e técnicos da instituição, no sentido de construir vínculos saudáveis junto às adolescentes, propiciando um espaço de amparo e sustentação emocional.

Consideramos relevante apontar como notamos paulatinamente, no transcorrer dos encontros, o estabelecimento de uma relação de confiança também para com a pesquisadora; linhas de confiabilidade podem ter sido entrelaçadas a partir da presença, do olhar, da escuta acolhedora e das comunicações verbais e não verbais estabelecidas no grupo. De algum modo, as participantes autorizaram a pesquisadora a acessar uma parte de suas vidas, lançando um fio de esperança de que esse encontro humano poderia oferecer algo de bom e digno de ser vivido. Uma cena da terceira Roda de Conversa ilustra essa situação. No final desse encontro, uma das participantes permaneceu na sala para terminar de colar as imagens que tinha selecionado para representar a pessoa que ela gostaria de ser.

“Notei que em comparação às demais, ela havia separado muito mais imagens e queria guardar com cuidado os recortes. Percebendo seu impasse, me dispus a ajudá-la e enquanto ela terminava de recortar, eu colava. Ela elogiou a forma como eu coleí as imagens, dizendo que tinha ficado muito bom, agradeceu por tê-la ajudado e saiu parecendo estar satisfeita.”

A maior parte dessa cena ocorreu de forma silenciosa. Enquanto a adolescente se mantinha concentrada, elegendo as imagens que gostaria de guardar para si, a pesquisadora permanecia ao seu lado, juntando os recortes, acomodando-os na mesa e colando-os sobre o papel. Para aquela participante, as figuras indicavam ser muito mais do que recortes de revistas, pareciam representar a materialização das suas expectativas, da construção futura que vê para si. Ao perceber isso, a pesquisadora procurou respeitar o tempo que a adolescente necessitava para finalizar a atividade, mantendo-se ao seu lado, como em uma sustentação afetivo-emocional, reconhecendo a importância daquele breve momento. A cena nos remeteu ao que Winnicott (1971/1975a) esclarece sobre a capacidade de se ficar só na presença de alguém e no alcance do brincar conjunto. Esses

acontecimentos são possibilitados pelo sentimento de confiança nos elementos ambientais, contribuindo para que o espaço potencial seja explorado pelo indivíduo. Entendemos que, no episódio mencionado, a adolescente e a pesquisadora, ainda que brevemente, compartilharam de um espaço brincante de recortes e colagens, permeado pela confiança e fortalecido pela presença habitada da profissional.

No dia do encerramento das atividades da pesquisa, havia um clima agradável e amistoso no grupo. As participantes adentraram a sala de informática parecendo estar animadas. *“Uma delas perguntou se aquele era o último dia do nosso encontro e confirmei. Outra adolescente comentou que estava triste porque terminaria o trabalho e eu falei que também sentiria falta, pois tinha sido muito bom estar com elas”*. Refletimos que a comunicação do grupo sobre o encerramento do trabalho representava a elaboração que estava sendo feita a respeito do término daquele processo. Tanto as adolescentes quanto a pesquisadora, desde o início, tinham conhecimento do período em que estariam juntas, mas nos pareceu que todas já assimilavam de forma saudosa o que havia sido experienciado naquelas semanas e o que levavam daquele encontro humano tão singular e potente.

Nesse dia, as adolescentes manifestaram o intuito de desfrutar o momento. Conversaram, riram, jogaram e cantaram músicas escolhidas por elas. Quando se questionou como foi para o grupo participar das Rodas de Conversa, *“Responderam que gostaram muito e sentiriam falta dos encontros. Disseram que foi ‘legal’ (sic) e agradeceram por tê-las ‘tirado do tédio’ (sic) nas quintas-feiras”*.

As participantes também solicitaram que a pesquisadora fotografasse o grupo. *“Pediram para que eu tirasse uma foto de todas nós com o meu celular, alertando que eu apenas não poderia postar nas redes sociais. Assim fizemos, elas se divertiram fazendo poses para as fotos e encerramos esse encontro”*. Levantamos que as adolescentes tinham conhecimento de que as suas imagens deveriam ser preservadas por serem menores de idade e estarem em situação de acolhimento, porém, mesmo as fotos não sendo divulgadas, pareceu-nos ser importante para o grupo o registro, a captura daquela cena que marcava um acontecimento vivido. Acreditamos que esse pedido evidenciava, mais uma vez, o voto de confiança do grupo na pesquisadora, permitindo-se acreditar que a imagem de todas seria respeitada, preservada, e não violada ou ameaçada. Esse episódio nos fez pensar em Winnicott (1958/2000c) quando refere que o analista, ao atuar como contexto, pode ser percebido pelo paciente como um ambiente suficientemente bom, favorecendo a esperança de que o *eu* possa ter a experiência de viver.

Dessa forma, nesta categoria, assumimos que as adolescentes variaram de estados de maior a menor esperança quanto às suas vidas e sobretudo em relação à qualidade dos vínculos afetivos possíveis de serem mantidos. Mesmo em meio às contrariedades, as participantes demonstraram importante capacidade de organização e fortalecimento, a fim de manterem a esperança nas relações com o outro. O grupo evidenciou que cotidianamente os adultos de referência estavam associados principalmente ao SAICA em que se encontravam, porém, também havia a expectativa de contar com a família, mesmo que os vínculos estivessem fragilizados. Reconhecemos que o encontro humano ocorrido neste estudo pôde favorecer a aproximação entre os pares e o fortalecimento da experiência de grupo. Para tanto, foi necessário que algum grau de confiança tenha sido estabelecido no relacionamento das participantes entre si e delas para com a pesquisadora. As vivências de falhas ambientais experimentadas em momento pregresso precisaram ser acolhidas, abrindo espaço para uma nova possibilidade de confiança no outro. Pressupomos que a confiabilidade desenvolvida nas Rodas de Conversa tenha favorecido não só a confiança na relação interpessoal como também a esperança das adolescentes na possibilidade de encontrarem relações humanas acolhedoras, empáticas e confiáveis.

4.2.2 Segunda Categoria: *existir e se sentir real*

Nesta categoria, são elencados trechos do diário de campo nos quais a esperança apareceu associada aos aspectos do verdadeiro *self*, ou seja, àquilo que possibilita a experiência de viver, o sentimento de realidade e de uma vida dotada de sentido.

Inicialmente, especificamos que as participantes do estudo se encontravam na etapa da adolescência. Trata-se de um estágio do desenvolvimento humano em que há mudanças físicas, hormonais e psicológicas com diversas repercussões nos indivíduos. O adolescente se encontra em um processo de descoberta pessoal, assim, busca se aproximar de grupos e pessoas com os quais compartilha preocupações, interesses e ideias (Winnicott, 1984/2005d). Durante os encontros, o grupo expressou as suas preferências pessoais e os assuntos que faziam parte do seu cotidiano. “*Contaram sobre os gostos musicais: funk, trap, pagode, pop; o que gostavam de fazer durante a semana: ficar nas redes sociais, Tik Tok e Youtube, assistindo vídeos e ouvindo música*”. Também relatou sobre a rotina antes da pandemia e como faziam falta as festividades, os passeios e os cursos frequentados.

Durante as Rodas de Conversa, “*Falamos sobre diversos assuntos: idade, profissão, estudo, casamento, filhos, viagem, dicas para cabelos crespos e cacheados, lugar de nascimento e pandemia, foram alguns deles*”. O adolescente está à procura de vivenciar experiências que evidenciem a sua existência, que contribuam para a afirmação de si, na busca por se sentir real e verdadeiro. Para tanto, o movimento de identificação e pertencimento a algo faz parte da construção da identidade, da descoberta sobre quem ele é, no que quer se tornar e o que faz sentido para si (Winnicott, 1984/2005d).

Conjecturamos que alguma identificação pode ter sido acionada a partir da figura da pesquisadora como, por exemplo, a curiosidade que as participantes demonstraram sobre a vida da psicóloga e sobre os cuidados que tinha com os seus cabelos. Como algumas delas os tinham crespos ou cacheados, quiseram conversar sobre aquele universo, dividindo os cosméticos que conheciam e as técnicas que usavam para pentear os cabelos. Vale notar que a pesquisadora é negra de cabelos cacheados e a maioria das participantes era parda/preta, de forma que a característica racial pareceu suscitar algo da ordem da identificação, no grupo. No caso de adolescentes em situação de risco e em acolhimento institucional, o sentimento de pertencimento e a identificação com o grupo, inclusive pelo viés étnico-racial, são formas de enfrentamento às adversidades, de estímulo quanto ao futuro e de facilitação para a esperança (Chauhan, 2020; Moses, Villodas, & Villodas, 2020).

Refletimos que a busca pelo reconhecimento de quem o adolescente quer se tornar passa também pela imagem de como o adolescente se percebe no mundo e o modo como se reconhece. O assunto norteador da segunda Roda de Conversa Temática foi *Quem Sou Eu?*, cujo intuito era o de promover a autopercepção e conhecer como as adolescentes se identificavam e se automeavam. Percebemos que a maioria do grupo evidenciou uma autoimagem com características negativas e depreciativas, como “*‘chata, impaciente, ansiosa, preguiçosa, indecisa, desentendida e não ser determinada’* (sic). *Apenas uma citou características positivas que admirava, como ‘boa conselheira, comunicativa, sociável e autoconfiante’* (sic)”. Verificamos certa dificuldade para elegerem aspectos estimáveis e construtivos em si, disseram ser difícil pensar sobre características que melhor as definiam, enfatizando atributos que as diminuía. “*Nas respostas falaram sobre ‘ser boa em dormir e comer’* (sic). *Uma delas comentou que ‘não era boa em nada’* (sic) . . . *disse que ‘era boa em fazer confusão’* (sic)”. Esses resultados corroboram com pesquisas que assinalam os possíveis impactos do acolhimento institucional na

autoimagem de adolescentes, os quais podem se perceber associados a uma identidade estigmatizada (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019; Rodrigues et al., 2014).

O serviço de acolhimento institucional se apresenta como um ambiente compartilhado, sendo que um dos desafios dos profissionais que atuam nesse contexto é o atendimento às necessidades individuais e a manutenção da singularidade dos acolhidos. Portanto, a padronização da rotina e a pouca variação das atividades podem ser fatores que invisibilizam as particularidades das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento (Heumann & Cavalcante, 2018; Lemos, Gechele & Andrade, 2017; Poker, 2017). Percebemos que há uma *“grande expectativa para a saída da instituição, para um lugar onde possam se sentir pertencentes, ter um lugar próprio, que não seja compartilhado com tantas pessoas. Ao mesmo tempo, há certa incerteza sobre como será essa transição, se estarão amparadas”*. Sugerimos que pode ser difícil, para alguns adolescentes, voltarem-se para o mundo interior e se reconhecerem em suas particularidades, pois ao mesmo tempo em que almejam trilhar um percurso solo, podem se sentir inseguros quanto a algumas decisões.

Presumimos que, ainda que a instituição fosse um lugar de proteção social, parecia ser difícil para o grupo apreender aquele espaço como um lar, mesmo provisório. Contudo, isso não impedia que as participantes reconhecessem o SAICA como um importante lugar que oferecia segurança. *“Uma adolescente falou que a vontade era de ‘sair do mundo, mas como não dava, queria apenas ir embora dali’ (sic) . . . ‘Se você olhar em volta, tia, só tem muro e mato, como uma prisão’ (sic)”*. Essas falas sugerem a inquietude das participantes em saírem da condição que se encontravam, a fim de habitarem um espaço onde pudessem se sentir como pessoas reais. A necessidade de isolamento do adolescente foi assinalada por Winnicott (1979/1983a) como uma característica da busca da identidade, um recurso para proteger o *self* central, defendendo-se antes que esteja pronto para ser encontrado. Essa busca das participantes vai ao encontro dos desafios da própria adolescência, quando se faz um recuo das exigências externas para se acomodar as mudanças que se passam no mundo interior.

Reconhecemos que o adolescente se encontra no trânsito da vida infantil para a vida adulta. Nesse percurso, a forma como ele enfrentará as ansiedades e as dificuldades dessa nossa fase tem como padrão as experiências infantis que, inconscientemente, contribuíram para uma organização da sua personalidade com certas características (Winnicott, 1984/2005d). Assim, a vivência da adolescência pode também suscitar o reencontro com a história pessoal, com aquilo que fez parte da vida do indivíduo e marcou

a especificidade da sua biografia. *“Senti que alguns assuntos elas queriam saber sobre mim, já outros elas também desejavam compartilhar sobre si, como o lugar onde nasceram”*. Chamou-nos a atenção que, quando as participantes falaram sobre si, juntamente com o nome e a idade, nomearam espontaneamente o hospital onde nasceram, dando informações sobre o bairro em que se localizava. Pareceu-nos que era importante para o grupo expressar que havia ali uma história, um contexto e um registro que confirmavam o início da existência de cada integrante.

Outra passagem também ilustra o que nos pareceu ser a procura pelo reconhecimento da singularidade pessoal: *“Tia, acho que você poderia me chamar pelo meu segundo nome. Ninguém me chama assim’ (sic). Sorri para ela e concordei. Tive a impressão de que algo estava sendo comunicado ali, de que seria importante para ela se sentir olhada de forma singular”*.

O período da adolescência pode favorecer o encontro com o próprio *eu* e as expressões do verdadeiro *self*, notadas na originalidade criativa, na espontaneidade e na experiência de viver (Winnicott, 1979/1983b). No decorrer dos encontros, consideramos como possível que as participantes se encontrassem nesse caminho de procura por aquilo que lhes fosse próprio e que lhes permitisse a continuidade do ser. Contudo, compreendemos não ser um caminho tão fácil, pois, ao mesmo tempo que almejavam encontrar o seu lugar no mundo, indicavam se tratar de uma jornada um tanto quanto solitária. Durante as Rodas de Conversa, a fala de uma das participantes nos marcou por sinalizar o que pensava sobre a proximidade do desligamento do acolhimento:

“Se eu não valorizar o que tenho de bom, ninguém vai fazer isso, tia’ (sic). Ela revelou que como daqui a pouco tempo fará 18 anos, precisará ‘se virar sozinha’ (sic) e entendia que se ao menos tiver concluído os estudos, não necessariamente uma faculdade, teria maiores chances de conseguir um emprego . . . quando se está na condição dela, vivendo há um tempo no SAICA e ninguém lhe ‘tirou de lá, você precisa se preparar’ (sic).”

Identificamos que, notadamente nessa participante, havia um ímpeto por aproveitar as oportunidades que se apresentavam à sua frente. Presumimos que os desafios da realidade externa poderiam atrapalhar, mas não impedir, que ela mantivesse viva dentro de si a vontade de bem viver, preservando o sentimento de que a vida vale a pena ser vivida (Winnicott, 1958/2000a). A adolescente comunicou se interessar por

diversos cursos profissionalizantes, compartilhou as experiências que gostaria de ter, e percebemos também essa disposição interessada para a vida, durante as Rodas de Conversa, participando ativamente das atividades e das reflexões levantadas. Enxergávamos ali a esperança pulsante, a expectativa positiva acompanhada pelo gesto, o impulso criativo que direcionava à ação.

Na terceira Roda de Conversa Temática, uma das práticas foi o recorte de imagens que representassem a pessoa que cada integrante do grupo gostaria de ser. Curiosamente, nesse encontro, a participante anteriormente mencionada folheava com entusiasmo as revistas, dizendo que costumava se imaginar vivendo nos lugares retratados. Nesse dia, o grupo pediu autorização da pesquisadora para ficar com os recortes para si, porque gostaria de guardar as imagens elegidas que apontavam como cada uma se via futuramente. No encontro seguinte, *“umas delas informou que havia colocado as gravuras embaixo do colchão para não amassar e outra participante disse que deixaria colado no quarto para não esquecer o que ela quer para o seu futuro”*. Refletimos que aquela atividade pareceu não só ter alimentado o sonhar das adolescentes, como também aproximá-las de aspectos autênticos delas mesmas, do que precisava ser preservado do *self* central, apontado como o potencial herdado que pode experimentar a continuidade da sua existência (Winnicott, 1979/1983d). É possível que, na situação, estivesse sendo comunicada a procura do grupo por se sentir vivendo verdadeiramente.

Para o adolescente, o alcance da maioridade e o desligamento do serviço de acolhimento pode ser percebido como uma ruptura, pois até então se encontrava em um ambiente cuja função era a de lhe oferecer proteção. Portanto, é reforçada a importância de ações no sentido de preparar os adolescentes para a vida prática, a partir do desenvolvimento da autonomia, da profissionalização e das habilidades socioemocionais (Cassarino-Perez et al., 2018; Fonseca, 2017; Rodarte et al., 2015). Verificamos que no SAICA onde o estudo foi realizado, havia o estímulo da equipe técnica para que o projeto de vida fosse um assunto constantemente trabalhado com as adolescentes, assim como o incentivo à autonomia na vida cotidiana. Como exemplo, notamos que o grupo possuía responsabilidades para com a organização dos seus pertences e do próprio quarto, encarregava-se da limpeza das suas roupas, além de que auxiliava as cozinheiras no preparo dos alimentos. Assim, a referida instituição atuava como ambiente de cuidado e facilitador da perspectiva de futuro do grupo.

Outro tópico que foi comentado pela equipe técnica e confirmado pelas participantes referiu-se ao estímulo à profissionalização, por meio de cursos que o grupo

realizava via Internet ou no CCA, no período contraturno à escola. *“Falaram sobre como era a rotina antes da pandemia, quando após a escola frequentavam o CCA – Centro para Crianças e Adolescentes, onde realizavam diversas atividades e cursos. Duas participantes comentaram que sentiam falta do curso de culinária”*. Consideramos que a preparação para uma vida mais autônoma faz parte do amadurecimento do adolescente que está estruturando a sua identidade. Para tanto, faz-se necessário que esse percurso seja sentido como próprio, pois o adolescente tenderá a rejeitar o que perceber como uma falsa solução imposta pelos adultos (Winnicott, 1984/2005d).

Em algumas situações das Rodas de Conversa, reconhecemos aproximações com experiências do *self* verdadeiro em atividade ou buscando se realizar. No processo de amadurecimento emocional, o *self* verdadeiro é favorecido pelo gesto espontâneo do indivíduo, gesto que coloca em movimento o potencial herdado, permitindo que se possa existir verdadeiramente, sentindo-se real, ao invés de apenas submeter-se ao ambiente (Winnicott, 1979/1983d). Ressaltamos, principalmente, os momentos em que as adolescentes denotaram maior espontaneidade em suas falas e gestos, parecendo estar à vontade, sem um receio aparente de serem julgadas pelo grupo, como na ocasião em que demonstraram o descontentamento pelo atraso da pesquisadora em iniciar a Roda de Conversa. Citamos, ainda, as atividades lúdicas e gráficas realizadas nos encontros, as quais podem ter facilitado uma comunicação não verbal de aspectos significativos da subjetividade do grupo. Reconhecemos a relevância de oportunizar práticas que favoreçam o bem-estar e a esperança em adolescentes acolhidos, no sentido de lhes fortalecer a autoestima e a confiança em si (Teodorczuk, Guse, & Plessis, 2019).

Em dado momento, vimos o entusiasmo das adolescentes ao relatarem como eram organizadas as festividades de aniversário no serviço de acolhimento, quando podiam escolher o tema da festa e o bolo que seria servido. Pensamos como essa possibilidade de decisão sobre o que gostavam, ainda que trivial, poderia facilitar uma expressão mais livre de aspectos de cada uma delas. Presumimos que a conduta dos técnicos e educadores sociais junto ao grupo bem como as Rodas de Conversa podem ter atuado no sentido de favorecer a esperança das participantes de terem o seu gesto espontâneo acolhido, ou seja, que possam verdadeiramente se expressar sem se sentirem desamparadas quanto ao próprio gesto (Winnicott, 1958/2000f).

Por fim, atentamos para o relato de uma das técnicas do SAICA. *“Ela comunicou que as adolescentes estavam bem e percebeu que os nossos encontros as deixaram mais pensativas, inclusive uma delas pediu para retornar aos atendimentos psicoterápicos na*

unidade de saúde”. Pareceu-nos que os nossos encontros tiveram alguma repercussão, provocaram alguma inquietude, a ponto de, ao final do trabalho, o grupo comunicar que sentiria falta das Rodas de Conversa. As ressonâncias dos encontros nas participantes e na pesquisadora são múltiplas, não podendo ser reduzidas ao que foi contemplado neste trabalho. No entanto, acreditamos no impacto positivo que o encontro humano tenha possibilitado a fim de dar dinamicidade aos aspectos espontâneos que contribuem para a experiência de viver.

Sintetizamos, nesta categoria, que a esperança foi vislumbrada como expressão do verdadeiro *self*. Consideramos que as adolescentes se encontravam no caminho de se sentirem reais, de sustentarem algo que lhes desse contorno e validasse a sua existência no mundo. Ainda que as participantes demonstrassem um abalo quanto à autoimagem, almejavam estruturar uma identidade pessoal com a qual se reconhecessem. As inquietudes do grupo convergem com as questões suscitadas na adolescência, o porvir, a vida que se descortina à frente do indivíduo expandindo as diversas possibilidades de realização. Assim, a esperança foi notada no movimento de preservação dos aspectos autênticos e espontâneos do *eu* que facilitam a experiência de um viver criativo.

4.2.3 Terceira Categoria: *perspectivas de futuro*

Para esta categoria, foram selecionados trechos do Diário do Campo nos quais a esperança foi associada às perspectivas de futuro, às expectativas e ao direcionamento que cada indivíduo pretende dar para a sua vida.

Na primeira Roda de Conversa Temática, após o diálogo sobre a atividade de Desenho-Estória com Tema, foi iniciada uma conversa acerca da rotina do grupo, recordadas as atividades cotidianas anteriores à pandemia e os interesses particulares de cada integrante. Na ocasião, as participantes espontaneamente inseriram o assunto de emprego e trabalho.

“Duas adolescentes falaram que gostariam de trabalhar. Um silêncio se instaurou e elas pareceram pensativas. Uma delas acrescentou que desejava um emprego, porque assim poderia ter a sua casa e se sustentar. Outra falou que o padrinho afetivo conseguiu uma vaga de emprego para ela, mas devido à pandemia essa questão precisou ser adiada.”

Percebemos que o grupo concebia a conquista de uma atividade remunerada como um objetivo a ser alcançado a curto prazo, a fim de garantir a provisão necessária para uma organização de vida independente. Presumimos que as participantes reconheciam os desafios da realidade e compreendiam o contexto social que se encontravam, por isso entrelaçavam-se aos fios de esperança que ainda se mostravam acessíveis para a manutenção da vida. Compreendemos que, nesse contexto, a conquista de um trabalho remunerado exerceria exatamente essa função, a de ser a sustentação necessária para a preservação de uma vida possível de ser vivida. Assim, relacionamos o anseio profissional do grupo à esperança, à capacidade de acreditar e construir projetos e planos, empregando esforços para realizá-los (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018).

A discussão sobre o âmbito do trabalho pareceu ser mais sensível para as participantes mais velhas, trazendo à tona o alcance da maioria e as providências a serem tomadas para o desligamento do acolhimento. *“Uma delas mencionou quanto tempo faltava para sair do SAICA (cerca de 1 ano e meio), parecendo contar o tempo para esse evento”*. Compreendemos que essa expectativa trazia sentimentos ambivalentes: o desejo por maior liberdade, mas também o receio pela responsabilização sobre as próprias vidas. Essa preocupação é convergente com a literatura, ao referir que os adolescentes com previsão para o desligamento do acolhimento podem manifestar despreparo, desinteresse e dificuldade na operacionalização de papéis sociais (Brito et al., 2017).

“A partir de então passaram a falar que gostariam de ir embora. Perguntei para onde e responderam que gostariam de sair, sem dizer exatamente um lugar. . . . Elas falavam de uma forma desanimada, com a cabeça e o olhar para baixo, parecendo reconhecer que ao mesmo tempo em que havia a expectativa para a saída, nada podiam fazer a não ser esperar.”

O sentimento de ambivalência quanto a permanecer no serviço de acolhimento ou retornar ao convívio familiar pode ser frequentemente notado em adolescentes residentes nesse espaço (Rodarte et al., 2015), assim como a constante espera acerca das decisões judiciárias quanto à situação jurídica dos acolhidos (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018). Em nosso estudo, vimos que ao mesmo tempo em que o SAICA era reconhecido como um lugar de proteção social, pareceu ser percebido pelo grupo como um lugar que trazia algumas limitações para o trânsito das adolescentes.

Durante os encontros, ficou claro como a pandemia de COVID-19 foi um fator de significativo impacto na expressão de abatimento do grupo. *“Perguntei o que elas gostariam de fazer caso não estivéssemos em pandemia. Comentaram sobre a vontade de viajar, ir à praia e voltar a frequentar o CCA. Neste momento voltaram a se animar e a sorrir”*. Entendemos que o distanciamento social imposto pela doença reduziu o convívio comunitário das participantes, e a imprevisibilidade quanto ao término do período de isolamento trouxe um agravo para o desânimo grupal. No momento em que as adolescentes contaram sobre o que gostariam de fazer, viu-se um reavivamento do ânimo, como se lembrassem das boas vivências que andavam esquecidas e do que ainda poderiam experimentar. Vale ressaltar que alguns fatores podem interferir no nível de bem-estar social dos acolhidos, como a pouca variedade de atividades recreativas e culturais externas ao ambiente institucional, podendo impactar negativamente no otimismo quanto ao futuro (Delgado, Carvalho, & Correia, 2019).

Na terceira Roda de Conversa Temática, foi proposta uma atividade de recorte e colagem para estimular o intercâmbio sobre o tema *A pessoa que eu gostaria de ser* enquanto as participantes folheavam as revistas, conversavam sobre as imagens que viam, apontando o que consideravam bonito. Notamos que elas escolheram fotografias de mulheres, paisagens urbanas e naturais, praias, viagens, aparelhos eletrônicos e demais bens de consumo, como imóveis e automóveis. As imagens indicavam lugares agradáveis e pessoas aparentemente bem-posicionadas socialmente. Algumas adolescentes separaram recortes que representavam o futuro profissional, como uma câmera de filmagem e instrumentos médicos. A partir da atividade, foram levantados questionamentos para que o grupo compartilhasse como seria a pessoa que gostariam de ser. As respostas indicaram características positivas de uma pessoa que se sente realizada e que alcançou certa autonomia na vida. Ressaltamos que a conservação da esperança pode ser encontrada em adolescentes acolhidos, estando comumente relacionada às expectativas futuras positivas (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018). Notamos esse despontar da esperança quando as participantes dividiram, no grupo, os seus projetos de vida, os lugares que gostariam de conhecer e como se enxergavam na vida adulta.

“Pergunta: Como é essa pessoa que você gostaria de ser? . . . Respostas: ‘feliz; livre; bonita; legal; independente; corajosa; calma; paciente; inteligente; empoderada; observa mais do que fala; gosta de ficar no celular’ (sic). Pergunta: O que essa pessoa gosta de fazer? Respostas: ‘viajar; dirigir; ir em festas; ama a

natureza e os animais; gosta de sol' (sic) . . . Pergunta: Como essa pessoa ficou assim? Respostas: 'trabalhou e estudou muito' (sic) . . . Pergunta: O que você acha que aconteceria no futuro dessa pessoa? Respostas: 'seria uma pessoa com boas condições; teria sua casa própria; moraria em um lugar sossegado longe de tudo; moraria em um apartamento e teria seu próprio hospital' (sic).”

Observamos que, para além de aspectos aquisitivos daquilo que se pode ter ou comprar, o grupo manifestou características internas sobre como essa pessoa é. Nesse sentido, apareceram qualidades que expressavam alguém com um estado emocional harmonioso, que se sente feliz como se apresenta e possui determinada autoridade e domínio sobre si. *A pessoa que se gostaria de ser*, aparentemente, foi referida como alguém que se apropriou da sua vida, enfrentando os desafios, mas desfrutando das conquistas. Para se viabilizar o alcance desse horizonte, o grupo assinalou o trabalho e o estudo como aspectos centrais. Essas escolhas nos pareceram ponderadas e realistas, pois associam dois pontos possíveis de serem investidos dentro da sua realidade. Reconhecemos uma contemplação esperançosa referente a essa pessoa do futuro, alguém que espera algo positivo da vida em articulação com o gesto, integrando passado, presente e futuro sem desconsiderar a cultura, a relação com o outro, e aquilo que se pode criar (Motta, 2018).

Outro tópico percebido nos relatos foi a busca por um lugar próprio, onde se possa estar em contato consigo, quem sabe como uma proximidade com o verdadeiro *self*. Nos relatos das participantes, percebemos que, apesar de todas as contrariedades experimentadas, o processo de amadurecimento estava em movimento. Notamos aspectos de integração, de algo que dá sentido ao sentimento de *eu*, de existência de um indivíduo capaz de interligar as experiências do passado, o presente e as expectativas de futuro. Vemos, então, o processo de amadurecimento saudável de alguém que se relaciona com a realidade externa, sendo capaz de criar e de fazer escolhas (Winnicott, 1988/1990b).

Ainda nesta atividade da terceira Roda de Conversa, uma das adolescentes, espontaneamente, comunicou a preocupação em relação à saída do acolhimento. Entre as imagens recortadas das revistas, ela separou um relógio informando que a pessoa que ela pensou no futuro “*está sempre correndo atrás do tempo, porque o tempo está passando e ela precisa fazer as coisas*” (sic). Acrescentou que ela se sentia assim, pois dentro de 1 ano e meio completaria 18 anos, então, “*precisava pensar na vida*” (sic)”. Esse depoimento evocou certa angústia na pesquisadora, por sentir que o assunto se fazia

presente no cotidiano da participante, permeando os seus pensamentos e as suas preocupações. Refletimos que um adolescente de classe média recebendo o apoio de sua família possivelmente não teria esse enfoque com a proximidade da maioridade. Contudo, para os adolescentes que residem em SAICAs e se encontram destituídos do poder familiar, esse acontecimento adquire concretude. Vale considerar que adolescentes restituídos às suas famílias podem apresentar maiores níveis de esperança e bem-estar quando comparados àqueles que permanecem sob cuidados institucionais (James et al., 2017; James & Roby, 2019). Entendemos que as participantes preservavam em si a esperança quanto ao futuro, porém esse porvir indicava ser um percurso solo.

Percebemos que, ao pensar sobre o futuro, o grupo não fez referência à família ou a estar junto de outras pessoas. Isso foi reparado e perguntado pela pesquisadora a fim de levantar as respostas do grupo; então, *“uma participante respondeu sobre ter filho. Duas comentaram que essa pessoa teria um marido, mas que não sonham em se casar na igreja. E uma das adolescentes falou que viveria sozinha no seu apartamento, porque já viveu com muita gente”*. A percepção do adolescente quanto ao apoio social recebido dos adultos pode afetar o seu nível de esperança, de modo que, quanto maior a proporção de aceitação em relação à rejeição percebida, maior o nível de esperança geral (Sulimani-Aidan, Melkman, & Chan, 2019; Sulimani-Aidan, Sivan, & Davidson-Arad, 2017). Consideramos que, pelo fato de as participantes se encontrarem na etapa da adolescência, poderia ser difícil vislumbrar um futuro ainda distante, pois a própria identidade estaria em construção. É possível que a resposta dada, em partes, tenha reproduzido uma convenção social daquilo que se espera na vida adulta (casamento e família), do que realmente algo previsto pelo grupo. Por outro lado, pareceu-nos que as participantes gostariam de, no futuro, ter alguém para compartilhar a vida, porém, o que se mostrava mais emergente era a sobrevivência e a manutenção das condições de vida.

Na quarta Roda de Conversa Temática, foi aplicada a segunda parte do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema, sendo solicitado que o grupo pensasse no primeiro desenho realizado e vislumbrasse como aquele adolescente estaria, após passados cinco anos. No intuito de trazer a reflexão para as próprias participantes, foi instigado que elas compartilhassem como se enxergavam após esse período.

“Elas fizeram as contas, falaram com qual idade estariam (entre 18 a 21 anos) e como elas se viam no futuro. As respostas envolviam estar fora da instituição

de acolhimento, morando na própria casa e trabalhando. Ninguém comunicou sobre estudo ou estar com outras pessoas, como família.”

Um fato que nos chamou a atenção foi a repercussão que o comentário de uma das adolescentes gerou no grupo. Ela dividiu que estaria com 19 anos e se via trabalhando “*em algum mercadinho de bairro ou fazendo faxina na casa de alguém*’ (sic). As outras participantes logo demonstraram a opinião de que o pensamento dela era muito restrito, indicando que elas poderiam trabalhar em outros serviços”. A participante defendeu a ideia de que com aquela idade teria saído do SAICA há pouco tempo, por isso não identificava muitas possibilidades de trabalho. O grupo prontamente rechaçou o pensamento da adolescente, enfatizando que elas já teriam deixado o serviço de acolhimento tem “*muito tempo*” (sic). Refletimos que o abalo na preservação da esperança pode conduzir a um estado de adoecimento emocional (Salles & Tardivo, 2017), à perda da capacidade de acreditar ser possível encontrar uma nova oportunidade de reparação das experiências passadas difíceis (Winnicott, 1958/2000a).

Após esse diálogo, deu-se início às discussões acerca do futuro acadêmico e profissional. O grupo tirou dúvidas com a pesquisadora sobre a escolha profissional, o ingresso no Ensino Superior e as diferentes áreas da ciência. Percebemos que as participantes mostraram grande interesse sobre o assunto, uma vez que a conclusão do Ensino Médio indicava ser um dos principais objetivos a curto prazo, embora pouco conseguissem avistar as possibilidades de lograr uma profissão de nível superior. O diálogo foi, então, importante para que pudessem mapear os caminhos possíveis. Refletimos novamente que, naquele momento, o que despontava como elementar era a obtenção de um emprego que as possibilitasse sustentar uma vida independente. Reforçamos a importância de atividades voltadas à preparação emocional e prática dos adolescentes próximos do desligamento institucional. Programas e intervenções que tenham a ênfase na transição para a saída do serviço de acolhimento podem contribuir para a sua preparação pós-secundária, além da manutenção da esperança, autodeterminação e melhora na sua saúde mental (Geenen et al., 2015).

Ainda sobre a temática do futuro profissional, “*Uma das participantes explicou que sempre pensou em ser advogada, mas ‘nunca tinha parado para pensar realmente sobre isso*’ (sic), sobre ela possuir ou não afinidade com alguma área específica”. O desenrolar desse assunto no grupo despertou a curiosidade e a possibilidade de as participantes pensarem sobre as suas vidas e o futuro, facilitando que as reflexões se

tornassem mais concretas. Consideramos que estava sendo manifestada no grupo a esperança, presente em cada integrante, de acreditar ser possível alcançar o que se necessita, isto facilitado pelas relações de confiança (Winnicott, 1971/1975d, p. 59). Observamos, no grupo, o contentamento quanto a poder dividir as dúvidas e os anseios no espaço das Rodas. As adolescentes se ouviam atentamente, complementavam as ideias umas das outras e indagavam a pesquisadora sobre a sua experiência particular.

Por fim, condensando as ideias expostas neste tópico, compreendemos que a esperança se mostrou preservada nas participantes, quando relacionada às expectativas futuras. Enquanto grupo, elas demonstraram possuir anseios e objetivos para as suas vidas, buscando trilhar um caminho com propósito e sentido. Identificamos que, na visão das participantes, o alcance desse horizonte possui como requisito indispensável a obtenção de emprego e de moradia. Existe no grupo, ainda, a pretensão de atingir um futuro promissor e a construção de uma vida autônoma, contudo, esse percurso parece ser visualizado de forma mais singular, pois não há a garantia de que será possível contar com o apoio de outrem. Ainda assim, presumimos que a esperança mostrou resistir às adversidades, entrelaçando-se ao gesto criativo que coloca a vida em curso.

4.2.4 Síntese Categorias Temáticas

As três categorias apontaram dificuldades a que as adolescentes foram expostas durante as suas vidas, contudo, a esperança se mostrou presente, mesmo que inibida em algumas situações. Vislumbramos a esperança na capacidade de as adolescentes confiarem em si e nas suas boas relações afetivas. Também identificamos a esperança na busca de as participantes se sentirem reais e existindo verdadeiramente no mundo. Por fim, a esperança foi percebida na manutenção das perspectivas de vida futuras.

Sustentamos a compreensão de que a esperança habitava as adolescentes, ainda que em alguns momentos estivesse esquecida. Apontamos para a potência que a fase da adolescência possui no sentido de não cristalizar as más experiências vividas, possibilitando o encontro com novas experiências e a construção de caminhos diferentes. Trabalhar sobre a esperança e o futuro com adolescentes pode ser especialmente rico, pois estes, quando verdadeiramente apoiados, podem encontrar recursos que os impulsionam à transformação. Verificamos que as participantes do estudo possuíam, em si, significativos recursos psíquicos para acreditar que as suas vidas poderiam ser diferentes das histórias que as conduziram ao acolhimento.

Reforçamos o importante trabalho realizado pelos técnicos e educadores do serviço de acolhimento onde a pesquisa foi desenvolvida, os quais desempenham uma adequada função de ambiente facilitador do amadurecimento. Os referidos profissionais procuram promover a proteção social integral das adolescentes, por meio do estabelecimento de vínculos afetivos positivos, bem como de estímulo à autonomia. Pela sua perspectiva, nota-se certa ambivalência, pois ao mesmo tempo em que reconhecem o SAICA como um espaço protetivo, elas também almejam alçar voos mais livres, encontrando um lugar o qual possam habitar e se sentirem pertencentes.

Ressaltamos, ainda, o privilégio de realizarmos a pesquisa presencialmente. Essa condição possibilitou a emergência dos fenômenos transferenciais e contratransferenciais de forma inigualável, a partir do campo relacional criado, dos gestos, da troca de experiências, dos ditos e não ditos e da continência oferecida por cada pessoa. O trabalho grupal com adolescentes pode favorecer a identificação com os pares e o compartilhamento de vivências que tocam em algo singular, mesmo indiretamente. Observamos que as participantes expressavam o desejo de ter uma relação mais pessoal com a psicóloga, pois já dividiam tantos espaços, diariamente, que pouco do individuais restava. Desse modo, acreditamos que a organização do grupo com poucos integrantes pode ter facilitado o desenvolvimento das Rodas de Conversa e a vinculação com a pesquisadora.

Por fim, destacamos a função do potencial herdado que direciona à integração, mas também o lugar do ambiente que cuida, protege e norteia. As adolescentes evidenciaram ter possibilidade de adaptação à realidade, com recursos que viabilizam a elaboração e a resignificação das suas histórias, não se mantendo reféns das adversidades, mas indo em direção à apropriação do seu ser no mundo. Para tanto, o estabelecimento de relações de confiança junto a adolescentes acolhidos institucionalmente pode ser fator decisivo para a sustentação da esperança – em si, no outro e na vida.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo refletir acerca da experiência emocional sobre a esperança e a perspectiva de futuro, em adolescentes de um SAICA do município de São Paulo-SP. Para tanto, utilizou-se o respaldo da teoria psicanalítica do amadurecimento emocional de D. W. Winnicott, em articulação com estudos recentes da literatura acerca do tema.

A hipótese levantada para este estudo é a de que oportunizar espaços para abordar sobre o futuro com adolescentes acolhidos pode ser fator de proteção social e emocional nessa faixa etária, impulsionando um viver com sentido e esperança. Identificamos que sim, há essa possibilidade, pois, ao compararmos o primeiro e o último encontro, percebemos que as Rodas de Conversa possibilitaram que as participantes pensassem sobre as perspectivas de futuro, podendo reorganizar escolhas, decisões e mobilizar recursos internos a fim de sustentar uma experiência de vida com sentido e esperança. Um ano após o desenvolvimento das Rodas de Conversa, foi realizado um encontro de *follow-up* entre as adolescentes e a pesquisadora, sendo observado que as participantes se encontravam bem e recordavam com entusiasmo das atividades desenvolvidas no ano anterior, preservando as expectativas positivas para as suas vidas.

Os resultados evidenciaram que a esperança está atuante na vida das participantes, vacilando em alguns momentos em decorrência dos infortúnios vividos, mas, ainda assim, perseverando. Neste trabalho, a esperança relacionada à teoria psicanalítica winnicottiana foi associada à manutenção de três aspectos principais, que emergiram da comunicação emocional das participantes: capacidade de confiar, aspectos do verdadeiro *self*, e perspectivas de futuro. Consideramos que, tratando-se de um estudo qualitativo, o fenômeno da esperança foi identificado de forma singular, levando-se em conta a presença da figura da psicóloga e as condições específicas nas quais a pesquisa foi realizada.

Em relação à capacidade de confiar, a experiência emocional sobre a esperança foi notada na procura das adolescentes por relacionamentos interpessoais seguros; por pessoas que ofereçam suporte social e afetivo dentro e fora do serviço de acolhimento, facilitando a sustentação da confiança das participantes em si mesmas.

A respeito dos aspectos do verdadeiro *self*, a experiência emocional das adolescentes sobre a esperança foi evidenciada na procura de algo que possibilite a expressão do sentimento de realidade, de afirmação do indivíduo no mundo, e de uma vida dotada de sentido. Essa procura vai também ao encontro da adolescência, fase em que estão as participantes, demarcando a construção de uma identidade com características particulares.

Quanto às perspectivas de futuro, a experiência emocional acerca da esperança foi percebida nos projetos de vida das adolescentes, na pessoa que elas pretendem se tornar na vida adulta e no modo como desenham o futuro pessoal. Para o alcance desses vislumbres, foram observadas algumas metas, como o término dos estudos secundários,

o alcance de um trabalho remunerado e a obtenção de uma moradia; as quais as participantes reconhecem serem fundamentais para o direcionamento de suas vidas de forma independente e autônoma.

Identificamos a presença de aspectos protetivos no contexto das participantes. Citamos o fato de estarem inseridas em um serviço de acolhimento que oferece cuidados adequados, preservando os vínculos afetivos junto aos profissionais técnicos e educadores. As adolescentes mantêm o convívio comunitário a partir da escolarização, da participação no CCA, das atividades de profissionalização e do Programa de Apadrinhamento Familiar, a fim de estimular os vínculos externos ao serviço.

Com isso, elucidamos que este trabalho contrapõe alguns mitos frequentemente difundidos socialmente: o mito de que a família é o ambiente mais adequado para o desenvolvimento humano; o mito de que o desenvolvimento da pessoa acolhida ficará prejudicado; e o mito de que todos os adolescentes acolhidos desejam ser adotados.

Consideramos que o atual estudo traz importantes contribuições sobre o tema da esperança, favorecendo o avanço do conhecimento da Psicologia aplicada em instituições sociais, e reforça possibilidades de trabalhos com o referencial psicanalítico em *settings* diferenciados, contribuindo com as pesquisas em psicanálise extensa. Reiteramos que, para o grupo de adolescentes, a participação no estudo possibilitou uma escuta profissional em um ambiente livre de julgamentos, facilitando a comunicação sobre as suas vidas e o futuro. As Rodas de Conversa Temáticas contribuíram para o fortalecimento dos laços do grupo, bem como para o resgate da esperança quanto a se alcançar um futuro promissor.

Os resultados do estudo mostraram como as Rodas de Conversa, com o uso de objetos mediadores, podem ser um modelo de intervenção adequado junto aos adolescentes, dentro dos serviços de acolhimento institucional. O formato aplicado nesta pesquisa se mostrou satisfatório e acessível para o referido contexto, podendo ser replicado por profissionais da Psicologia e implementado no próprio serviço institucional, fazendo parte do PIA. O trabalho em grupo com adolescentes acolhidas viabilizou um espaço de receptividade, escuta, trocas de experiências e de trânsito de aspectos conscientes e inconscientes sobre as suas vidas e o porvir, sendo uma atividade que pode atuar como exercício na prevenção em saúde mental.

Ressaltamos que a pesquisa colabora para se pensar em Políticas Públicas que oportunizem o investimento em ações de promoção e prevenção da saúde mental junto aos adolescentes acolhidos institucionalmente, com foco na preparação para a autonomia

e as perspectivas futuras; além do acompanhamento preventivo às famílias e do investimento no aprimoramento das equipes técnicas, a fim de que possam continuar primando por práticas que favoreçam o bem-estar e o desenvolvimento dos acolhidos como cidadãos de direitos.

Concebemos que o trabalho, conforme desenvolvido, apresenta algumas limitações que precisam ser consideradas. O estudo fez um recorte da realidade de acolhidos em um serviço institucional no município de São Paulo, Brasil, cuja unidade prezava pela qualidade do atendimento e pelo bem-estar das adolescentes, estimulando as boas interações interpessoais, o convívio comunitário e o seu projeto de vida. Portanto, os resultados aqui encontrados não podem ser generalizados para a mesma população-alvo inserida em outros contextos e unidades de acolhimento. Também vale notar que a pesquisa foi realizada com um número restrito de participantes e não propôs um acompanhamento que as avaliasse durante o acolhimento e após o término da medida protetiva. Outro ponto a ser ressaltado foi o uso da abordagem e de instrumentos qualitativos, os quais, ainda que explorem aspectos importantes que surgem na relação da pesquisadora com o objeto de estudo, não oferecem dados estatísticos a fim de comparação com outras pesquisas.

Por fim, levantamos que futuras pesquisas na área poderão ser desenvolvidas com uma maior amostra, abrangendo adolescentes de diferentes serviços, no intuito de verificar aproximações e divergências quanto aos resultados. Quanto ao tipo de estudo, sugerimos que investigações com o uso de instrumentos quantitativos e qualitativos poderão oferecer resultados estatisticamente relevantes, enriquecendo as pesquisas relacionadas a esta população-alvo.

6 REFERÊNCIAS⁶

Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C. de, Assis, S. G. de., & Lima, M. L. L. T. de. (2019). Tempo de acolhimento e características dos adolescentes acolhidos por tipo de serviços institucionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 553-562. doi: 10.1590/1413-81232018242.06402017

⁶ As referências à obra de Winnicott seguem a edição inglesa da Oxford University Press, 2016. <https://www.oxfordclinicalpsych.com/view/10.1093/med:psych/9780190271442.001.0001/med-9780190271442>

- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia*. (Tese de Livre Docência). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-24022006-090139/pt-br.php>
- Almeida, S. G. C. de., & Morais, N. A. de. (2016). Expectativas relacionadas à reinserção familiar: um estudo com adolescentes com histórico de situação de rua, familiares e educadores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(2), 508-528. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/29230/20662>
- Álvares, A. D. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, 21(1), 151-164. doi: 10.9788/TP2013.1-11
- Baptista, M. N., Rueda, F. J. M., & Brandão, E. M. (2017). Suporte familiar e autoconceito infantojuvenil em acolhidos, escolares e infratores. *Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 1-2. doi: 10.24879/2017001100100212
- Barcelos, T. F. (2014). *A História da menina-morta: (des)esperança de adolescentes em situação de precariedade social*. Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-06112014-162535/pt-br.php>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições70. (Obra original publicada em 1977).
- Barroso, R., Barbosa-Ducharne, M., Cruz, O., & Silva, A. (2018). Competência social em adolescentes adotados: Estudo comparativo com adolescentes não adotados e em acolhimento residencial. *Análise Psicológica*, 36(2), 185-197. doi: 10.14417/ap.1352
- Brasil (1990). *Lei n. 8.069. de 13 de julho de 1990*. Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

- Brasil (2005). *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil (2009a). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943; e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2
- Brasil (2009b). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/uploads/services/conselhos_municipais/cmdcac/orientacoes_tecnicas_acolhimento_institucional.pdf
- Brasil (2017). *Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017*. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm#art1
- Brasil (2018). *Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Orientacoestecnica_sparaelaboracaodoPIA.pdf
- Brito, E. S., Schoen, T. H., Marteleto, M. R. F., & Oliveira-Monteiro, N. R. de. (2017). Identity status of adolescents living in institutional shelters. *Journal of Human Growth and Development*, 27(3), 315-321. doi: 10.7322/jhgd.141279

- Brooks, M. J., Marshal, M. P., McCauley, H. L., Douaihy, A., & Miller, E. (2016). The relationship between hope and adolescent likelihood to endorse substance use behaviors in a sample of marginalized. *Youth, Substance Use & Misuse*, 51(13), 1815–1819. doi: 10.1080/10826084.2016.1197268
- Careta, D. S., & Motta, I. F. (2007). A importância do diagnóstico precoce e de intervenções preventivas em crianças abrigadas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 6(1), 45-59. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1009/931>
- Carvalho, A. L. de., & Stengel, M. (2018). Família e instituições de acolhimento nos cuidados a adolescentes vítimas de incesto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 426-445. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38805/27152>
- Cassarino-Perez, L., Córdova, V. E., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2018). Transição entre o acolhimento e a vida adulta: Uma revisão sistemática sobre intervenções. *Trends in Psychology*, 26(3), 1665-1681. doi: 10.9788/tp2018.3-19pt
- Chauhan, K. (2020). Making sense of the grim reality: experiences of children of sex workers, *Social Work with Groups*, 43:1-2, 25-29. doi: 10.1080/01609513.2019.1640965
- Conselho Nacional da Justiça – CNJ. (s.d.). *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. <https://www.cnj.jus.br/sna>
- Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. (2013). *Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público. https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VO LUME_1_WEB_.PDF

- Crestani, V., & Rocha, K. B. (2018). Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. *Psicologia & Sociedade*, 30, e177502. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30177502
- Cross, A. R. (2021). A study on factors impacting the hope of adolescent boys in the foster care system using Snyder's hope theory. Dissertation Abstracts International Section A: *Humanities and Social Sciences*, 82(1-A).
- Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2), 86-97. doi: 10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue2-fulltext-1605
- Dunker, C. I. L., Paulon, C. P., & Milán-Ramos, J. G. (2016). *Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Espindola, S. P., Viana, M. B., & Oliveira, M. H. B. de. (2019). Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução? *Saúde debate*, 43(4), 34-47. doi: 10.1590/0103-11042019s404
- Fernandes, A. O., & Monteiro, N. R. de O. (2017). Comportamentos pró-sociais de adolescentes em acolhimento institucional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e3331. doi: 10.1590/0102.3772e3331
- Fernandes, A. O., & Oliveira-Monteiro, N. R. de. (2016). Psychological indicators and perceptions of adolescents in residential care. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 26(63), 81-89. doi: 10.1590/1982-43272663201610
- Figueiredo, L. C. (2018). O paciente sem esperança e a recusa da utopia. In *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea* (pp.163-193). São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&tlng=pt

- Fonseca, C. (2019). (Re)descobrimo a adoção no Brasil trinta anos depois. *Runa*, 40(2), 17-38. doi: 10.34096/runa.v40i2.7110
- Fonseca, P. N. da. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&tlng=pt
- Galván, G. B., & Amiralian, M. L. T. M. (2009). Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica. *Aletheia*, (30), 50-58. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200005&lng=pt&tlng=pt
- Garcia-Martínez, J., & Orellana-Ramírez, M. C. (2012). Estrategias para la construcción del significado en problemas de convivencia y violencia en el contexto escolar. *Acción Psicológica*, 9(1), 81-100. <http://dx.doi.org/10.5944/ap.9.1.439>
- Geenen, S., Powers, L. E., Phillips, L. A., Nelson, M., McKenna, J., Wings-Yanez..., & Swank, P. (2015). Better futures: a randomized field test of a model for supporting young people in foster care with mental health challenges to participate in higher education. *The Journal of Behavioral Health Services & Research*, 42(2), 150–171. <https://doi.org/10.1007/s11414-014-9451-6>
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (6ª. ed.) São Paulo, SP: Atlas.
- Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In Herrmann, F.; Lowenkron, T. (Org.). *Pesquisando com o método psicanalítico*. (pp.43-83). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Heumann, S., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 22-37. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200003&lng=pt&tlng=pt

- Hoffler, J. S. (2017). Caring for the child welfare client: Am I good enough?, *Smith College Studies in Social Work*, 87:2-3, 170-188, doi:10.1080/00377317.2017.1324072
- Iannelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48. doi: 10.1590/1413-81232014201.19872013
- James, S. L., & Roby, J. L. (2019). Comparing reunified and residential care facility children's wellbeing in Ghana: The role of hope. *Children and Youth Services Review*, 96, 316-325. doi: 10.1016/j.chilyouth.2018.12.001
- James, S. L.; Roby, J. L.; Powell, L. J.; Teuscher, B. A.; Hamstead, K. L., & Shafer, K. (2017). Does family reunification from residential care facilities serve children's best interest? A propensity-score matching approach in Ghana. *Children and Youth Services Review*, 83, 241–232. doi:10.1016/j.chilyouth.2017.10.032
- Khattar, P. M. (2019). *Narrativas sobre deserção e reinserção familiar de crianças e adolescentes que habitaram a rua e a instituição de acolhimento*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.6.2020.tde-04022020-162949
- Lemos, S. de C. A., Gechele, H. H. L., & Andrade, J. V. de. (2017). Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: Um estudo de campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e3334. doi: 10.1590/0102.3772e3334
- Mancilla, S. (2016). Why keep trying? Resilience and hope among gay, lesbian, and bisexual homeless adolescents. Dissertation Abstracts International: *Section B: The Sciences and Engineering*, 76(12-B(E)).

- Mastroianni, F. de C., Sturion, F. R., Batista, F. dos S., Amaro, K. C., & Ruim, T. B. (2018). (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 223-233. doi: 10.22409/1984-0292/v30i2/5496
- Medeiros, B. C. D., & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: Um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 74-87. doi: 10.1590/1982-3703002882017
- Minhoto, M.; Ambrosio, F.F., & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2007). O imaginário de adolescentes sobre o alcoolismo: um estudo psicanalítico com o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema. *Revista Encontro*, 11, 193-205. <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2013/09/minhoto-ambrosio-e-aiello-vaisberg-ENCONTRO-2007.pdf>
- Miranda, G. L. de. (2017). Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 201-218. doi: 10.1590/0034-7612160485
- Moses, J. O., Villodas, M. T., & Villodas, F. (2020). Black and proud: The role of ethnic-racial identity in the development of future expectations among at-risk adolescents. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 26(1), 112-123. doi: 10.1037/cdp0000273
- Mota, C. P., Costa, M., & Matos, P. M. (2018). Escola e instituição: Relações significativas e autoconceito de adolescentes em acolhimento residencial. *Psicologia*, 32(1), 87-100. doi: 10.17575/rpsicol.v32i1.1277
- Mota, C. P., & Oliveira, I. (2017). O suporte social e a personalidade são significativos para os objetivos de vida de adolescentes de diferentes configurações familiares?. *Análise Psicológica*, 35(4), 425-438. doi: 10.14417/ap.1142

- Motta I. F. da. (2005). O gesto espontâneo e a interpretação criativa. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 13(2), 271-471. doi: <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v13n2p374-388>
- Motta, I. F. da. (2018). A capacidade para a esperança. In: Motta, I. F. da, Rosal, A. S. R. de, & Silva, C. Y. G. da. (Org). *Psicologia: relações com o contemporâneo* (pp.303-312). São Paulo: Idéias & Letras.
- Moura, A. B. F., & Lima, M. D. G. S. B. (2015). A Reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Interfaces da Educação*, 5(15), 24-35. <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>.
- Nascimento, M., & Brant, F. (1987). Solar [Gravado por Milton Nascimento e Gal Costa]. In *Personalidade* [LP]. Rio de Janeiro: Philips Records.
- Paiva, I. L. de, Moreira, T. A. S., & Lima, A. de M. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Práxis*, 10(2), 1405-1429. doi: 10.1590/2179-8966/2019/40414
- Paludo, S. S., Mazzoleni, M., & Silva, A. P. C. (2018). Expressão de esperança em adolescentes em situação de acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 76-89. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000100007&lng=pt&tlng=pt
- Poker, T. C. D. (2017). Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-9, e171345. doi: 10.1590/1807-0310/2017v29i171345
- Pontes, M. L. da S., Barcelos, T. F., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). A gravidez precoce no imaginário coletivo de adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(1), 85-96. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100008&lng=pt&tlng=pt

- Ramos, K. Á. de A., Rafael, R. de M. R., Penna, L. H. G., Depret, D. G., Ribeiro, L. V., & Carinhonha, J. I. (2020). Exposição à violência e experiências difíceis vividas por adolescentes em situação de acolhimento institucional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), e20180714. doi: 10.1590/0034-7167-2018-0714
- Rifiotis, F. C. (2019). “Egressas” de serviços de acolhimento e a invenção de novas possibilidades de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(99), 1-20, e349914. doi: 10.1590/349914/2019
- Rocha, Z. (2007). Esperança não é esperar, é caminhar. Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 10(2), 255-273. doi: 10.1590/1415-47142007002005
- Rodarte, B. C., Carlos, D. M., Leite, J. T., Beserra, M. A., Oliveira, V. G., & Ferriani, M. G. C. (2015). Fatores de proteção sob o olhar de adolescentes vitimizados e institucionalizados. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(7), 73-80. doi: 10.12707/RIV15005
- Rodrigues, L. A., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell’Aglío, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407. <http://www.redalyc.org/html/4518/451844508002/>
- Ruivo, A. C. de O. (2015). *Esperança, competência cognitiva e vinculação em adolescentes institucionalizados em Lares de Infância e Juventude e Centros Educativos: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado em Psicologia (Psicologia do Desenvolvimento), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. <http://hdl.handle.net/10316/31359>
- Salles, R. J., & Tardivo, L. S. de La P. C. (2017). Contribuições do pensamento de Winnicott para teoria e prática do psicodiagnóstico psicanalítico. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 37(93), 282-310.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000200007&lng=pt&tlng=pt

Santos, K. D., & Motta, I. F. da. (2014). O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. *Estudos de Psicologia*, 31(4), 517-525. doi: 10.1590/0103-166X2014000400006

Sequeira, V. C., & Stella, C. (2015). Tutores de resiliência: intervenção com educadores de abrigos. *Linguagens, Educação e Sociedade*, (32), 135-160. doi: 10.26694/les.v0i32.8629

Silva, M. L., & Arpini, D. M. (2013). O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3), 422-440. doi: 10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p422

Silva, L., & Melo, J. (2019). A proteção da criança: reflexões sobre o início da sociedade cristã e o estatuto da criança e do adolescente. *Revista Eletrônica Da Educação*, 2(2), 28-40.

http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_educacao/article/view/80

Silveira, D. T., & Córdova, F. P. Unidade 2 – A Pesquisa científica. In Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Siqueira, A. C., Scott, J. B., & Schmitt, F. M. (2019). Reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos: atuação do psicólogo em três estados brasileiros. *Psicologia em Estudo*, (24), e41565. doi: 10.4025/psicoestud.v24i0.41565

Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. de (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clínica*, 27(1), 41-57. doi: 10.1590/0103-56652015000100003

- Sulimani-Aidan, Y., Melkman, E., & Hellman, C. M. (2019). Nurturing the hope of youth in care: The contribution of mentoring. *American Journal of Orthopsychiatry*, 89(2), 134-143. doi: 10.1037/ort0000320
- Sulimani-Aidan, Y., Sivan, Y., & Davidson-Arad, B. (2017). Comparison of hope and the child-parent relationship of at-risk adolescents at home and in residential care. *Children and Youth Services Review*, 76, 125–132.
doi:10.1016/j.chilyouth.2017.03.005
- Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2007). Desenhos-estórias na clínica da maternidade. *Mudanças*, 15, 23-31. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/661>
- Teodorczuk, K., Guse, T., & Plessis, G. A du (2019). The effect of positive psychology interventions on hope and well-being of adolescents living in a child and youth care centre, *British Journal of Guidance & Counselling*, 47:2, 234-245, doi:10.1080/03069885.2018.1504880
- Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP. (s.d). *Especialidades - infância e juventude*. <https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/InfanciaJuventude>.
- Wendt, B., Dullius, L., & Dell’Aglío, D. D. (2017). Imagens sociais sobre Jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. doi: 10.1590/1982-3703004012016
- Winnicott, D. W. (1975a). A Localização da experiência cultural. In *O Brincar e a realidade* (Jose Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre, trad., pp.152-164). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1975b). O Brincar (uma exposição teórica). In *O Brincar e a realidade* (Jose Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre, trad., pp.65-87). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971).

- Winnicott, D. W. (1975c). O Lugar em que vivemos. In *O Brincar e a realidade* (Jose Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre, trad., pp.165-174). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1975d). Sonhar, fantasiar e viver: uma história clínica que descreve uma dissociação primária. In *O Brincar e a realidade* (Jose Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre, trad., pp.48-64). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1982a). As Crianças e as outras pessoas. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (Álvaro Cabral, trad., pp.116-124). Rio de Janeiro: LTC Editora. (Trabalho original publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (1982b). Aspectos da delinquência juvenil. In *A criança e o seu mundo*. (Álvaro Cabral, trad. pp.256-261). Rio de Janeiro: LTC). (Trabalho original publicado em 1964).
- Winnicott, D. W. (1982c). Por que choram os bebês? In *A criança e o seu mundo* (Álvaro Cabral, trad., pp. p.64-75). Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1964).
- Winnicott, D. W. (1983a). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos (1963). In *O Ambiente e os processos de maturação* (Irineo Constantino Schuch Ortiz, trad., pp.163-174). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1979).
- Winnicott, D. W. (1983b). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self” (1960). In *O Ambiente e os processos de maturação* (Irineo Constantino Schuch Ortiz, trad., pp.128-139). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1979).
- Winnicott, D. W. (1983c). Provisão para a criança na saúde e na crise (1962). In Winnicott, D. W. *O Ambiente e os processos de maturação* (Irineo Constantino

- Schuch Ortiz, trad., pp.62-69). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1979)
- Winnicott, D. W. (1983d). Teoria do relacionamento paterno-infantil (1960). In *O Ambiente e os processos de maturação* (Irineo Constantino Schuch Ortiz, trad., pp.38-54). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1979).
- Winnicott, D. W. (1990a). A Posição depressiva. *Concern*, culpa e realidade psíquica pessoal e interna. In *Natureza Humana* (Davi Litman Bogomoletz, trad., pp.89-97). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1988).
- Winnicott, D. W. (1990b). O Campo psicossomático. In *Natureza Humana* (Davi Litman Bogomoletz, trad., pp.44-50). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1988).
- Winnicott, C. (1994a). O Conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família (1965). In Winnicott, C.; Shepherd, R; & Davis, M. *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (José Octavio de Aguiar Abreu, trad., pp. 102-115). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).
- Winnicott, C. (1994b). Sobre as bases do self no corpo (1970). In Winnicott, C.; Shepherd, R; & Davis, M. *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (José Octavio de Aguiar Abreu, trad., pp. 203-218). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).
- Winnicott, D. W. (1999). A delinqüência como sinal de esperança (1967). In *Tudo começa em casa* (Paulo Sandler, trad., pp.81-92). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1986).
- Winnicott, D. W. (2000a). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão dentro do setting analítico (1954). In *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (Davy Bogomoletz, trad., pp. 374-392). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).

- Winnicott, D. W. (2000b). A Tendência anti-social (1956). In Winnicott, D. W., *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (Davy Bogomoletz, trad., pp. 406-416). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (2000c). Formas clínicas da transferência (1955-6). In *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (Davy Bogomoletz, trad., pp. 393-398). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (2000d). Memórias do nascimento, trauma, do nascimento e ansiedade (1949). In *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (Davy Bogomoletz, trad., pp. 254-276). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (2000e). Psicoses e cuidados maternos (1952). In Winnicott, D. W., *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (Davy Bogomoletz, trad., pp. 305-315). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (2000f). Retraimento e regressão (1954). In *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (Davy Bogomoletz, trad., pp. 347-354). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (2005a). A criança desaposada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar (1950). In *Privação e delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 195-213). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).
- Winnicott, D. W. (2005b). A criança evacuada (1945). In *Privação e Delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 41-46). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).
- Winnicott, D. W. (2005c). Alojamentos para crianças em tempo de guerra e em tempo de paz (1948). In *Privação e delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 81-91). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).

Winnicott, D. W. (2005d). A luta para superar depressões. In *Privação e delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 163-175). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).

Winnicott, D. W. (2005e). A psicoterapia de distúrbios de caráter (1963). In *Privação e delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 275-290). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).

Winnicott, D. W. (2005f). A tendência anti-social (1956). In *Privação e delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 135-147). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).

Winnicott, D. W. (2005g). Evacuação de crianças pequenas. In *Privação e delinquência* (Álvaro Cabral, trad., pp. 9-18). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).

7 ANEXOS

7.1 ANEXO 1. Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Este é um convite para a sua participação voluntária na pesquisa intitulada “Esperança e Perspectiva de Futuro em Adolescentes em Acolhimento Institucional”, conduzida pela pesquisadora Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva, e-mail: claudia.yaisa@usp.br, aluna do curso de Doutorado do Programa de Psicologia Clínica (PSC), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), sob orientação da Prof.^a Livre Docente Ivonise Fernandes da Motta, e-mail ivonise@usp.br.
2. O objetivo da pesquisa é identificar e analisar qual a experiência emocional de adolescentes em acolhimento institucional, a respeito dos temas da esperança e da perspectiva de futuro sobre as próprias vidas.
3. A importância da pesquisa se justifica ao se considerar a expectativa de futuro e a manutenção da esperança como fatores protetivos na adolescência em situação de acolhimento. A pesquisa mapeará possíveis indicadores protetivos e de risco para o desenvolvimento emocional, contribuindo com outros estudos da área e oferecendo respaldo aos profissionais que atuam diretamente com o público-alvo da pesquisa.
4. Sua colaboração na pesquisa consistirá em participar de **4 (quatro) encontros em grupo**, no formato Rodas de Conversa, com duração prevista de 1 (uma) hora cada encontro. No primeiro encontro está previsto a aplicação do Procedimento de Desenho-Estória com Tema. Será solicitado que você e os outros participantes façam um desenho temático, conforme orientação da pesquisadora, seguido da escrita de uma história. Ao final, haverá um diálogo em grupo sobre as produções. Nos outros encontros serão conduzidos diálogos abertos sobre o tema da pesquisa e no último encontro a pesquisadora fará uma síntese dos conteúdos discutidos. Cada participante será livre para se recusar a falar sobre os assuntos que julgar necessário.
5. A pesquisadora fará um diário de campo, no qual registrará suas percepções, observações e conteúdos discutidos nos encontros. Os dados coletados no Procedimento Desenho-Estória com Tema e no diário de campo serão posteriormente categorizados e analisados, a partir do referencial teórico da Psicanálise.
6. A pesquisa será realizada na própria unidade de acolhimento. As datas, horários e duração das atividades poderão ser adaptados de acordo com a necessidade dos participantes.
7. Os possíveis benefícios da pesquisa estão relacionados à promoção de um espaço de escuta, livre diálogo e reflexão sobre o futuro, conduzido por um profissional da Psicologia, proposto em um ambiente de confiança e acolhimento que pretende facilitar a autorreflexão, a comunicação, o compartilhamento de experiências e sentimentos, favorecendo indiretamente o alcance de efeitos terapêuticos e a continuidade do amadurecimento pessoal saudável. Prevê-se que os benefícios sejam superiores aos riscos.
8. Os riscos da pesquisa são mínimos. Possíveis riscos podem estar relacionados ao cansaço físico durante a participação dos encontros. Os participantes poderão sentir algum desconforto ao compartilhar assuntos pessoais e ao final da pesquisa poderão surgir sentimentos de separação ou abandono devido ao afastamento da pesquisadora.
9. Será prestada assistência diante de eventuais necessidades ou complicações durante a pesquisa. Perante quaisquer danos decorrentes da pesquisa serão tomadas medidas para indenização. Em situações necessárias, o participante poderá ser encaminhado para acompanhamento psicológico em serviço especializado.
10. A participação nesta pesquisa é voluntária, não remunerada e não implicará em gastos para os participantes.

11. Caso seja necessário a mudança de local da pesquisa, você e os demais participantes poderão ser ressarcidos por eventuais gastos com transporte e/ou alimentação pela participação na pesquisa.
12. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.
13. Será assegurado o sigilo da sua participação e da instituição participante, nesta pesquisa. Na divulgação dos resultados do estudo, nos meios acadêmicos e científicos, serão utilizados nomes fictícios para os participantes, com a finalidade de garantir o sigilo e a privacidade.
14. Para esclarecimentos com relação a questões éticas da pesquisa você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária, São Paulo – SP. E-mail: ceph.ip@usp.br. Telefone: (11) 3091-4182. Site: <http://www.ip.usp.br/site/comite-de-etica-em-pesquisa-com-seres-humanos-ceph/>.
15. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPH, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, no dia ____/____/____.
16. Este termo foi elaborado em duas vias, sendo uma de sua posse e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Caso você concorde em participar da pesquisa, deverá rubricar as primeiras páginas e assinar a última página.
17. A seguir você encontrará os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, pelos quais poderá tirar dúvidas sobre o projeto e sobre a sua participação a qualquer momento. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva sempre que julgar necessário para possíveis esclarecimentos.

Contatos do pesquisador responsável:

Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva, Doutoranda pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP).

E-mail: claudia.yaisa@usp.br

Telefone: (11) 96077-3004

Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Av. Professor Mello Moraes, 1721, bloco F, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP 05508-030. Telefone: (11) 3091-4910/4173.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. Após o esclarecimento das minhas dúvidas e tendo compreendido as informações fornecidas, concordo em participar da pesquisa.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Nome do pesquisador responsável: Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva

Assinatura do pesquisador responsável: _____

7.2 ANEXO 2. Modelo Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Assentimento informado para _____
_____ (Nome do participante).

Este formulário de assentimento é para adolescentes entre as idades de 12 a 17 anos.

18. Meu nome é Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva, sou psicóloga e pesquisadora responsável por esta pesquisa. Meu e-mail é claudia.yaisa@usp.br
19. Você está sendo convidado a participar da pesquisa: “Esperança e Perspectiva de Futuro em Adolescentes em Acolhimento Institucional”, sob minha responsabilidade. Discutimos esta pesquisa com os seus responsáveis e eles sabem que estamos pedindo o seu acordo.
20. Esta pesquisa será realizada para identificar e analisar o que os adolescentes em situação de acolhimento institucional pensam sobre a esperança e o futuro de suas vidas.
21. Você não é obrigado(a) a participar e poderá desistir sem problema algum. Você só participa se quiser. Se você decidir participar da pesquisa, seus responsáveis também terão que concordar. Mas, se você não desejar fazer parte da pesquisa, não é obrigado(a). Os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 12 a 18 anos de idade.
22. A pesquisa será feita no próprio serviço de acolhimento onde você se encontra. Para isso, serão realizados **4 encontros em grupo**, no formato de uma Roda de Conversa, que durará em média 1 hora cada encontro. No primeiro dia será aplicado o Procedimento de Desenho-Estória com Tema. Será pedido para que você e os outros adolescentes façam um desenho de acordo com o tema informado pela pesquisadora. Depois, cada um escreverá uma história sobre o desenho e ao final, o grupo conversará de forma livre sobre as produções. Nos outros encontros teremos mais tempo para conversarmos sobre o que cada um espera do futuro, sonhos que possuem e até dúvidas e medos. Você não é obrigado(a) a falar sobre algum assunto, se não quiser.
23. A pesquisadora fará algumas anotações sobre os encontros, escrevendo algumas observações e o que foi discutido no grupo para depois analisar na pesquisa.
24. Nesta pesquisa você terá um espaço para falar de forma livre sobre a sua vida, pensar sobre o futuro e dividir sentimentos e experiências com os outros adolescentes. Será um espaço de confiança, onde você poderá se sentir acolhido e escutado.
25. Pode acontecer de você se sentir cansado ao participar de algum encontro e pouco à vontade para falar sobre algum assunto pessoal. Lembrando que se não quiser, não precisará falar. Quando a pesquisa terminar pode ser que você sinta falta das atividades do grupo, da conversa com a pesquisadora e com os outros adolescentes.
26. Caso aconteça algo errado, me procure pelo telefone (11) 96077-3004, Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva ou pelo e-mail: claudia.yaisa@usp.br
27. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos falar. Os resultados da pesquisa serão publicados e apresentados em reuniões científicas, mas sem identificar os adolescentes que participaram. Depois que a pesquisa terminar você e os seus responsáveis poderão ser informados sobre os resultados.

28. Você não precisa estar nesta pesquisa. Ninguém ficará desapontado com você se decidir não participar: a escolha é sua. Você pode pensar e falar depois se quiser. Você também pode dizer "sim" agora e mudar de ideia depois e tudo continuará bem.
29. Se você tiver alguma dúvida pode me perguntar quando quiser. Abaixo tem um número de telefone e endereço onde você pode nos localizar. Se você quiser falar com outra pessoa tal como o seu professor, amigo ou algum parente, não tem problema.

Contatos do pesquisador responsável:

Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva, Doutoranda pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP).

E-mail: claudia.yaissa@usp.br

Telefone: (11) 96077-3004

Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo
Av. Professor Mello Moraes, 1721, bloco F, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP 05508-030. Telefone: (11) 3091-4910/ 3091-4173

Eu entendi que a pesquisa é para identificar e analisar o que os adolescentes em situação de acolhimento institucional pensam sobre a esperança e o futuro de suas vidas.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do pesquisador: _____

7.3 ANEXO 3. Diário de Campo

Primeira visita 06/05/2021

Fui até o SAICA para conhecer a unidade e me apresentar às adolescentes e aos profissionais do serviço. Logo que cheguei, a psicóloga responsável me recebeu muito simpática e receptiva. Ao entrar pela primeira vez pelo portão me veio uma sensação de tranquilidade e bem-estar, talvez pela localização da casa, mais afastada do centro de São Paulo, envolto por natureza, no pátio havia plantas, grama e árvores. Em um primeiro momento não avistei muitas pessoas, além de duas funcionárias. O ambiente não tinha muito barulho, o que inicialmente estranhei por ser um lar de crianças e adolescentes, mas conseguia ouvir algumas vozes, evidenciando que existiam pessoas ali. A psicóloga me mostrou as instalações, iniciando pelas salas onde a equipe de técnicos e educadores tinham acesso e permaneciam para realizar as suas atividades. Ficamos um tempo sentadas conversando e ela me contou sobre o dia a dia da unidade, quais eram os profissionais que lá trabalhavam e as ações que eles tinham com relação às crianças e aos adolescentes. Depois passamos pela brinquedoteca e pela sala de informática. Durante todo o percurso fomos conversando, fui me sentindo à vontade para fazer perguntas e ela prontamente respondeu. Ao atravessarmos o pátio, chegamos na área externa da casa que dá acesso aos quartos das crianças e dos adolescentes. Encontramos alguns meninos jogando bola com uma educadora, os quais logo me cumprimentaram e um deles perguntou se eu iria ficar lá, o que trouxe uma certa descontração ao momento, pois rimos da espontaneidade da criança. Ao entrarmos na casa me deparei com uma ampla sala de TV com sofás, um rack e algumas crianças assistindo a um desenho animado. Do outro lado da sala algumas meninas dobravam roupas parecendo também acompanharem o que se passava na televisão. A psicóloga me apresentou, as crianças sorriram, me cumprimentaram e um menino foi me dar “oi” de perto, olhando nos meus olhos, o que retribuí. Conforme adentramos o espaço, a técnica explicou que os meninos mais velhos possuem um quarto, as meninas adolescentes outro, ainda havia os quartos das crianças menores e dois banheiros. Nesse caminho encontramos com algumas adolescentes que me olhavam com curiosidade. A psicóloga lhes disse para ficarem prontas que daqui a pouco iria chamá-las para conversarem comigo. Uma delas comentou que só faltava arrumar o cabelo e outra adolescente estava com o cabelo molhado parecendo ter tomado banho há pouco. A profissional me contou depois que havia previamente informado as adolescentes que eu iria propor um trabalho

com elas e algumas tinham ido se arrumar para o nosso encontro. Ao sairmos da casa, a técnica apontou para um corredor onde ficava a cozinha e o refeitório me mostrando o restante do espaço. Neste momento, a educadora social com quem tínhamos encontrado jogando bola falou que uma das adolescentes havia comentado que a educadora e eu éramos parecidas devido ao nosso cabelo (cacheado). A educadora ainda brincou que nós duas éramos bonitas e eu entrando na brincadeira disse que concordava com ela e todos riram. Então, a psicóloga me acompanhou novamente para o pátio, sugerindo que eu conversasse com as adolescentes ali, ao que concordei. Dispomos algumas cadeiras em roda e logo as participantes chegaram, sentando-se umas ao lado das outras, aproximando as suas cadeiras, de modo que elas ficaram bem perto entre si. Naquele momento achei graça da situação, pois parecia que elas estavam unidas e eu me encontrava de um outro lado, oposto. Observei, mas nada disse. Importante informar que seguindo as recomendações de saúde para evitar a transmissão da COVID-19, eu estava de máscara e me mantinha a uma certa distância delas. Iniciei me apresentando e perguntando o que elas sabiam sobre mim e sobre o trabalho que eu desenvolveria no SAICA. Após um momento de silêncio, responderam que eu era psicóloga da USP e que seria uma atividade ligada ao projeto de vida. Buscando trazer maior proximidade entre nós, iniciei uma conversa mais livre sobre o que elas sabiam sobre o que faz uma psicóloga, sobre o que conheciam da USP e deixando-as à vontade para perguntar o que gostariam de saber sobre mim. Percebi que isso as animou. Falamos sobre diversos assuntos: idade, profissão, estudo, casamento, filhos, viagem, dicas para cabelos crespos e cacheados, lugar de nascimento e pandemia, foram alguns deles. Enquanto conversávamos percebia que tanto elas quanto eu ficávamos mais à vontade, rindo de certas coisas. Senti que alguns assuntos elas queriam saber sobre mim, já outros elas também desejavam compartilhar sobre si, como o lugar onde nasceram. Ao dizer o meu nome, comentei que o meu segundo nome é de origem africana. Então, uma das participantes falou: “Tia, acho que você poderia me chamar pelo meu segundo nome. Ninguém me chama assim” (sic). Sorri para ela e concordei. Tive a impressão de que algo estava sendo comunicado ali, de que seria importante para ela se sentir olhada de forma singular. Após esse primeiro momento e tendo as perguntas encerradas, passei para a explicação da pesquisa e apresentação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, que foi escrito com uma linguagem acessível para adolescentes. Fiquei com uma cópia do termo em mãos para poder explicar cada item e elas optaram por acompanhar a leitura, então, entreguei uma cópia para cada uma. Conforme eu lia, fazia

pausas para comentar sobre o que estava escrito e perguntar se tinham entendido. Elas pareciam atentas a cada palavra dita e escrita. Uma das meninas demonstrou interesse pelo tema esperança e perspectiva de futuro dizendo: “Já gostei do título” (sic). Outra quis confirmar o número de encontros, que seriam quatro, cada um com um tema norteador. Ela disse: “Ah, então este é um extra” (sic), ao que confirmei afirmando que neste primeiro encontro a proposta seria apresentar o trabalho e nos conhecermos. Senti que ela precisava se certificar sobre o período em que estaríamos juntas, para se preparar interiormente para o término daquele processo. Algo que chamou a minha atenção foi a detenção que todas tiveram no tópico da voluntariedade da participação. Uma delas comentou: “Tia, parece que você está querendo deixar bem claro que não é obrigado participar” (sic), ao que eu assenti, confirmando que era importante que se sentissem à vontade para falar sobre assuntos particulares e que não havia problema caso decidissem por não participar do trabalho ou mesmo não frequentar algum encontro. Outro assunto comentado por elas foi com relação ao sigilo e ao anonimato. Expuseram a preocupação de que eu levasse para as técnicas o que tinha sido dito nas Rodas de Conversa e demonstraram incômodo quanto a realizarmos os encontros no pátio, pois estávamos sentadas próximas das janelas onde ficam as salas das profissionais. Expliquei que o nome de nenhuma delas, nem do SAICA, seria exposto no trabalho e que assuntos particulares seriam mantidos no grupo. Acrescentei que caso considerasse importante discutir com as técnicas algum assunto específico, seria pensando no bem de cada uma delas e, neste caso, conversaria com o grupo primeiro. Também pedi para que elas sugerissem em qual ambiente da casa se sentiriam mais à vontade para fazermos os encontros e elas sugeriram a sala de informática. Falei que conversaria com a psicóloga da unidade para viabilizarmos essa possibilidade, ao que elas pareceram ficar aliviadas e contentes. Seguindo para a finalização daquele primeiro encontro, disse que precisaria da assinatura delas nos termos e que poderíamos fazer isso no próximo encontro, mas as adolescentes logo disseram que poderiam assinar naquele mesmo dia. Fomos até a sala de informática onde havia mesa e elas preencheram os termos com os nomes e assinaturas, parecendo satisfeitas. Fiquei feliz com aquele momento que pareceu firmar um acordo mútuo entre nós, assim como quando somos crianças e estabelecemos um pacto com nossos melhores amigos. Neste momento, a assistente social se aproximou informando que a psicóloga estava ao telefone, mas que se eu precisasse de alguma coisa, poderia falar com ela. Agradei e disse que já estava encerrando com as meninas. Me despedi das adolescentes, agradei pelo encontro e uma

delas falou: “Obrigada, tia, vai com Deus” (sic). Então, me direcionei até a sala onde estava a gerente do SAICA e as demais técnicas. A gerente estava ao telefone e se desculpou por não poder me atender, conversei então com a assistente social e a pedagoga, as quais verificaram comigo o melhor horário e dia para o início das Rodas de Conversa na próxima semana e a continuidade nas demais. Agradei e nos despedimos. Saí satisfeita com aquele primeiro encontro, que já pareceu ser uma primeira Roda de Conversa, fui embora na expectativa do próximo encontro.

Primeira Roda de Conversa 10/05/2021

Nesta segunda visita à casa o objetivo era aplicar a primeira parte do Procedimento de Desenhos-Estória com Tema, conforme sugestão da orientadora da pesquisa em diálogo com parte da banca de qualificação. Logo que cheguei, uma funcionária do serviço me recebeu e então a psicóloga veio me recepcionar. Ela informou que chamaria as adolescentes e poderíamos utilizar a sala de informática para ficarmos à vontade. Fui lavar as mãos e quando cheguei na sala, as participantes já estavam dispostas em um círculo me esperando. Elas me olhavam caladas e sérias, não respondendo ao meu cumprimento inicial. Senti que estavam mais defensivas e então comecei conversando, perguntando como estavam desde o nosso último encontro, enquanto me juntava à Roda, colocando no centro da sala duas mesas de plástico para a atividade daquele encontro. As respostas eram curtas: “Bom”, “Tudo bem” (sic). Ao olhar nos olhos delas, pareciam que estavam bravas ou entediadas. Uma das meninas disse: “Hoje a gente não tá muito pra conversa, tia” (sic). Respondi: “Entendi, tem dias que estamos assim mesmo”. Percebi que eu precisava respeitar como elas se apresentavam naquele momento, dar espaço para que pudessem se colocar como podiam, cada uma a seu tempo e do seu jeito. Então, retomei um pouco os assuntos conversados na semana anterior, perguntei se gostariam de perguntar alguma coisa. Uma delas perguntou quanto tempo demoraria para a divulgação do resultado do trabalho após o término das Rodas de Conversa. Comentei que demoraria um pouco, porque o trabalho teria que ser primeiramente analisado e aprovado, e que isso estava previsto para acontecer no próximo ano. Ela fez uma expressão de surpresa e todas nós rimos. Depois dispus os materiais em cima da mesa: lápis HB preto, canetas esferográficas na cor azul, lápis de cor, canetinhas hidrocolor, giz de cera, apontador, papel e álcool em gel. Para evitar que elas sentissem algum tipo de infantilização na proposta, falei que tinha levado algumas opções porque cada pessoa gosta de usar um tipo de material e então elas poderiam escolher. Pedi ajuda

para que abrissem as caixas dos materiais a serem usados e elas não se opuseram. Senti que esse pedido possibilitou uma certa mudança no clima, aproximando-as para aquele encontro. Disse que faríamos uma atividade. Solicitei que fizessem um “Desenho de um adolescente hoje”. Algumas participantes comentaram que não desenhavam bem, ao que falei que não precisavam se preocupar em desenhar como artistas, mas que podiam fazer como sabiam. Três delas pegaram lápis preto e iniciaram o desenho. Uma das adolescentes pareceu não saber por onde começar. Ficou um tempo parada, olhando ao redor, até que começou o seu desenho. Neste primeiro momento cada uma pareceu se concentrar na atividade individual, permanecendo em silêncio. Perguntaram se eu tinha borracha, respondi que sim, peguei na bolsa e deixei sob a mesa. Observei que usaram a borracha com certa frequência, fazendo um ou dois riscos, apagando e refazendo. Percebi que fiquei um pouco incomodada com o que me pareceu ser um uso excessivo da borracha, como se elas precisassem me apresentar uma produção impecável, mas na ocasião optei por apenas observá-las. Depois de um tempo tentei iniciar uma conversa sobre como estavam, o que costumavam fazer no dia a dia, sobre as aulas da escola e assim, pouco a pouco, uma e outra comentaram pontualmente, mas pouco tiravam os olhos do papel. Observei que todas optaram por usar o lápis HB para o desenho e me deparei pensando na contradição que observava, ou seja, vários materiais coloridos sob a mesa e vários desenhos cinzas sendo construídos. Uma das adolescentes terminou rapidamente o desenho e como as demais ainda estavam se dedicando às ilustrações, depois de um tempo ela decidiu desenhar mais duas pessoas na folha. Quando duas das adolescentes comunicaram que haviam terminado a gravura, passei para a instrução seguinte do procedimento. Solicitei que escrevessem no verso da folha uma história sobre o desenho e dessem um título. Uma delas comentou que não era muito boa em escrever. Falei que não precisavam fazer nada extraordinário, mas que podiam inventar, criar uma história sobre o desenho. As outras duas indicaram também terem finalizado a ilustração, viraram a folha e começaram a escrever. Aquela que havia comentado sobre a dificuldade em escrever, demorou mais tempo para iniciar a escrita. Notei que ela também foi a última a começar a atividade, indicando em sua expressão facial, certo desapontamento para com a sua produção. Conforme terminavam, pergunto se poderiam compartilhar com o grupo a história que escreveram. Elas então se mostraram surpresas com o meu pedido e evidenciaram certa resistência. Uma adolescente pareceu verbalizar o sentimento do grupo: “Ah, tia, não dá, a história é baseada na minha vida! A senhora não vai levar os desenhos?” (sic). Respondi que sim. “Então você vai ver o que está

escrito” (sic). As demais também não quiseram ler ou contar sobre o que escreveram e concordei com a decisão delas. Portanto, busquei abordar de outra forma. Pedi para que me dissessem sobre os personagens que desenharam, como eles eram, a idade, o que gostavam de fazer, onde moravam, se frequentavam a escola, como se sentiam naquele momento etc. A partir disso as adolescentes demonstraram ficar mais confortáveis e começaram a contar livremente. Depois perguntei sobre os interesses delas. Contaram sobre os gostos musicais: funk, trap, pagode, pop; o que gostavam de fazer durante a semana: ficar nas redes sociais, Tik Tok e Youtube, assistindo vídeos e ouvindo música. Falaram sobre como era a rotina antes da pandemia, quando após a escola frequentavam o CCA - Centro para Crianças e Adolescentes, onde realizavam diversas atividades e cursos. Duas participantes comentaram que sentiam falta do curso de culinária. As demais acrescentaram sobre os passeios, lembraram das festividades, do Natal, quando recebiam presentes e comentaram sobre como gostavam das comemorações dos aniversários. Uma das adolescentes informou que no SAICA onde moram cada um pode decidir como será o aniversário, escolher o tema da festa e o sabor do bolo, por exemplo. Neste momento passaram a falar ao mesmo tempo, animadas, comentando sobre o que sentiam falta e o que gostariam de fazer, pois não saíam da casa devido à pandemia. Duas adolescentes falaram que gostariam de trabalhar. Um silêncio se instaurou e elas pareceram pensativas. Uma delas acrescentou que desejava um emprego, porque assim poderia ter a sua casa e se sustentar. Outra falou que o padrinho afetivo conseguiu uma vaga de emprego para ela, mas devido à pandemia essa questão precisou ser adiada. Uma adolescente comentou que gosta muito de Administração, que sempre que possível faz cursos preparatórios. A partir de então passaram a falar que gostariam de ir embora. Perguntei para onde e responderam que gostariam de sair, sem dizer exatamente um lugar. Uma delas mencionou quanto tempo faltava para sair do SAICA (cerca de 1 ano e meio), parecendo contar o tempo para esse evento. Elas falavam de uma forma desanimada, com a cabeça e o olhar para baixo, parecendo reconhecer que ao mesmo tempo em que havia a expectativa para a saída, nada podiam fazer a não ser esperar. Comentei que elas me pareciam desanimadas, cansadas, e elas confirmaram que se sentiam muito cansadas. Entendi que não se tratava de uma exaustão física, mas de outra ordem. Uma adolescente falou que a vontade era de “sair do mundo, mas como não dava, queria apenas ir embora dali” (sic). Perguntei o que elas gostariam de fazer caso não estivéssemos em pandemia. Comentaram sobre a vontade de viajar, ir à praia e voltar a frequentar o CCA. Neste momento voltaram a se animar e a sorrir. Estávamos chegando

ao final da Roda e comuniquei a elas, que começaram a guardar os materiais nas caixas e me entregar os papéis com as produções. Notei que organizaram as folhas em cima da mesa de modo que as histórias ficassem para baixo, parecendo querer esconder o que escreveram das demais. Elas colocavam uma folha sob a outra e me olhavam em silêncio como se entregassem algo muito singular e valioso que confiavam a mim, foi assim que senti. Agradei a participação delas, desejei uma boa semana e nos despedimos. Saí reflexiva pensando no que elas teriam escrito nas histórias e como tinham optado a compartilhar apenas comigo o que se passava no mundo interior de cada uma. Ao me acompanhar até a saída, uma das técnicas comentou que fariam uma semana de atividades relacionadas à Campanha Faça Bonito, de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Falei que era um assunto muito importante, desejei que desse tudo certo e nos despedimos.

Segunda Roda de Conversa 20/05/2021

Ao chegar na casa me deparei com um barulho de crianças brincando no pátio, duas adolescentes conversando sentadas em uma cama elástica e algumas mesas dispostas no centro onde estava uma educadora social produzindo algum material com papel crepom, juntamente com um menino. As adolescentes que estavam no brinquedo me cumprimentaram sorrindo, parecendo receptivas. Me aproximei da mesa, comentei que o clima estava animado e a educadora comentou que estavam preparando a decoração da festa de aniversário do menino que a acompanhava. Elogiei a produção e me dirigi até a psicóloga que veio me receber. Ela chamou as participantes para irem até a sala de informática para o nosso encontro e elas atenderam de prontidão. Fui lavar as mãos e quando cheguei na sala já estavam dispostas em círculo, aguardando em silêncio. Me acomodei em uma das cadeiras, cumprimentei-as e levantei algumas perguntas sobre como tinham passado desde a última semana, o que tinham feito, perguntei como foi a semana de atividades da campanha Faça Bonito. Elas contaram que não fizeram nada de diferente e que tinham produzido alguns cartazes relacionados à campanha. Neste início da Roda as meninas permaneceram mais quietas e parecendo não ter muito o que dizer. Então retomei se elas lembravam o nome do projeto que estávamos fazendo, pois achei importante retomar o objetivo da proposta de trabalho. Comentei que estávamos realizando Rodas de Conversa sobre a esperança e o futuro, que seria um espaço para falarmos sobre a vida, as experiências e pensarmos juntas sobre sonhos e projetos de vida, reforçando como é importante termos um espaço seguro e confiável para

trabalharmos essas questões, acrescentando que eu também fazia parte da Roda. Percebi que elas começaram a demonstrar interesse quando entenderam que eu também era parte da Roda. Segui, então, para o tema daquele dia: “Quem Sou Eu?”, a fim de trabalharmos a autodescrição. Inicialmente pedi para pensarem e dizerem conforme se sentissem à vontade. Levantei algumas perguntas para ajudá-las a pensar: “Como você é? O que você pode dizer sobre você?” Uma delas pediu para eu começar. Achei engraçado e fiquei feliz com a abertura para que eu integrasse a Roda. Falei um pouco sobre mim, características e gostos, o que costumava fazer no dia a dia, relatei sobre a minha família, meu trabalho. Elas olhavam e escutavam atentas e logo começaram a dizer espontaneamente uma após a outra. Comunicaram o nome, procedência, algumas indicaram o hospital onde nasceram, signo, quantos irmãos tinham, o que gostavam de fazer nas horas livres, gosto musical, séries, filmes. O diálogo foi ganhando movimento e conforme lembravam de alguma coisa, complementavam. Depois fiz a pergunta: “Quais são as características que melhor definem você?” Elas pareciam pensativas, sinalizaram que essa pergunta era difícil. Novamente pediram para que eu iniciasse e assim o fiz. Percebi que três delas trouxeram aspectos sobre si como “chata, impaciente, ansiosa, preguiçosa, indecisa, desentendida e não ser determinada” (sic). Apenas uma citou características positivas que admirava, como “boa conselheira, comunicativa, sociável e autoconfiante” (sic). Então, direcionando-me à esta última, que no início da Roda me parecia bastante defensiva, até cobrindo a cabeça com um capuz, observei que me parecia que ela tinha um bonito olhar sobre si. Ela sorriu e comentou: “Se eu não valorizar o que tenho de bom, ninguém vai fazer isso, tia” (sic). Continuou dizendo que ela precisava fazer as coisas por si própria e costumava dar conselhos sobre isso para uma das adolescentes que lá estavam. Falou que antes ela não se dedicava muito aos estudos, mas que agora está sendo estudiosa. Perguntei por qual motivo ela estava se dedicando mais. Ela revelou que como daqui a pouco tempo fará 18 anos, precisará “se virar sozinha” (sic) e entendia que se ao menos tiver concluído os estudos, não necessariamente uma faculdade, teria maiores chances de conseguir um emprego, tendo concluído o Ensino Médio. Acrescentou que quando se tem 13/14 anos – fez uma pausa e se dirigiu às meninas dizendo para “não a levarem a mal” (sic) – todas riram – mas que nesta idade a pessoa “só quer bagunçar e não pensa direito na vida” (sic). Porém, quando se está na condição dela, vivendo há um tempo no SAICA e ninguém lhe “tirou de lá, você precisa se preparar” (sic). Escutei atentamente o que ela dizia e fiz um aceno positivo com a cabeça. Senti que não era preciso dizer muita coisa, apenas reforcei que

a entendia. Enquanto a adolescente me contava, sentia que ela colocava intensamente em palavras o que estava vivendo, o olhar indicava a seriedade do que era dito. Pensei comigo que aquela participante não era tão mais velha do que as demais, ainda era bastante jovem, mas não podia se dar ao direito de ver a vida passar, precisava fazer algo para que pudesse ter a chance de construir uma vida digna. Pensei comigo: “Quantos adolescentes nesta idade têm esta preocupação?”. Olhando para as adolescentes que tiveram dificuldade em falar algo bom sobre si, fiz uma observação sobre como parecia difícil resgatar características positivas em nós. Estimulei para que compartilhassem na Roda de Conversa o que poderiam dizer sobre habilidades que possuíam e para pensarem no que elas se consideravam boas. Como antes, pediram para eu começar a falar sobre mim, fiz isso, mas reforcei que podiam pensar em algo do dia a dia. Senti que elas realmente tinham dificuldade para eleger algum aspecto bom em si, pois ficaram um tempo pensando. Nas respostas falaram sobre “ser boa em dormir e comer” (sic). Uma delas comentou que “não era boa em nada” (sic) e então a adolescente que tinha discursado anteriormente pediu permissão para falar o que via de bom nesta amiga. Contou que ela era boa em tudo o que fazia, porque sempre que alguém pedia para que ela ajudasse em alguma atividade, ela se saía muito bem. A adolescente sorriu indicando se sentir contente com o que ouviu. Assim, busquei estimular as duas outras a falarem, uma delas disse que “era boa em fazer confusão” (sic) e outra que “talvez fosse organizada com as coisas” (sic). Fiz um meneio positivo com a cabeça. Uma delas mudou de assunto e perguntou se a cidade onde eu nasci era zona rural, porque antes eu tinha comentado que tinha nascido no interior do Paraná. Achei engraçado o comentário e contei um pouco sobre a minha cidade, a casa onde nasci, as brincadeiras de infância – algumas coisas elas também conheciam e falaram do que brincavam antes de irem para o SAICA. Quiseram saber mais sobre as minhas duas irmãs, onde moravam e o que faziam e depois se referiram ao que chamaram de “cela A” (sic). Perguntei sobre o que se tratava. Responderam que era como se referiam ao quarto delas na casa, porque se sentiam presas: “Se você olhar em volta, tia, só tem muro e mato, como uma prisão” (sic). Perguntei como era onde elas moravam e cada uma começou a contar da casa onde residiam anteriormente, das brincadeiras na rua e de repente uma delas relatou que na casa onde morava tinha muitos ratos e logo as demais também recordaram de situações parecidas em que encontraram rato dentro do forno, do barulho do rato, de excrementos do animal dentro do saco de arroz. “E quando você sente o rabo dele passando pela sua perna?” (sic), “na minha casa rato já era da família,

quando você abria a porta eles já vinham” (sic) e todas riam confirmando o que era dito. Nesse momento me vi sem reação, elas se divertiam com uma situação que lhes parecia muito familiar e cotidiana, mas que para mim evocava tristeza e escancarava condições tão precárias de vida. Elas falaram mais um pouco e como já estávamos avançando no horário, perguntei se podíamos seguir para a última parte da atividade que era a heterodescrição: “O que os outros diriam sobre como você é?”. Solicitei que pensassem em uma pessoa que as conhecessem bem, poderia ser um amigo, por exemplo. Uma delas comentou que a última vez que viu o irmão ela tinha 9 anos, mas ele diria que ela era muito inteligente, pois ele costumava dizer isso e que “ela andava com pessoas erradas” (sic). Outra participante contou que o irmão diria que ela era “uma pessoa que se deixava influenciar pelos outros” (sic). Uma adolescente que tinha falado menos neste dia, comunicou que um dos educadores da casa diria que “ela era indecisa” (sic) e a outra que a amiga diria que ela era “sonsa” (sic). Pedi para me explicar o que significava isso para ela. As meninas disseram que “é quando a pessoa finge que não entende as coisas, mas entende muito bem” (sic). Indaguei se elas gostariam de dizer mais alguma coisa e falaram que não. Uma adolescente perguntou se a próxima semana seria o último encontro. Respondi que seria a terceira Roda de Conversa. Ela pareceu confusa, então, a colega lembrou que no primeiro dia tinha sido “uma amostra grátis” (sic). Rimos da resposta e completei que naquele dia fizemos a segunda Roda de Conversa e na próxima semana seria a terceira. Ela pareceu satisfeita. Pensei comigo que desde o primeiro encontro que tive com as adolescentes, tive a impressão de que para elas era importante saberem por quanto tempo eu permaneceria, talvez para se prepararem quando chegasse o momento da despedida. Depois disso todas organizaram as cadeiras de volta no lugar, despediram-se de mim e saíram da sala. Após, conversei com a psicóloga que me entregou os documentos da pesquisa assinados e me acompanhou até a saída. Saí pensativa sobre as experiências que as meninas compartilharam naquele dia e como gostaria que todas fossem muito felizes em suas vidas, que realmente pudessem se sentir merecedoras de uma vida digna.

Terceira Roda de Conversa 27/05/2021

Neste dia havia combinado de conversar com a psicóloga do serviço antes da Roda de Conversa, com a finalidade de conhecer um pouco mais sobre o processo de acolhimento da instituição. O diálogo se estendeu além do horário previsto e quando encerramos, uma das adolescentes parou na porta dizendo que não iria participar naquele dia. Falei

que estava tudo bem e que se ela quisesse apenas observar, também poderia. Ela disse: “hum, acho que eu vou ficar, então” (sic). Sorri e falei que seria bom tê-la no grupo. Em seguida, as demais adolescentes chegaram e se acomodaram nas cadeiras. Uma delas comentou que eu tinha demorado muito conversando com a psicóloga e que elas tinham cansado de esperar. Reconheci que a conversa tinha ultrapassado o horário previsto e me desculpei. Elas quiseram se certificar de que ainda teríamos 1 hora de encontro naquele dia e afirmei que sim, que estava ali para o nosso encontro. Outra participante falou: “tia, vou sentir falta quando terminar” (sic). Não esperava aquele comentário, que me pegou de surpresa, mas senti comigo que era recíproco. Respondi: “Eu também vou sentir falta, mas estou muito feliz por ter tido a oportunidade de conhecer e estar com vocês” (sic). As participantes sorriram. Naquele dia pareciam mais dispostas e animadas, mais à vontade. Falei que nos outros encontros eu iniciei perguntando como elas estavam e que naquele dia poderíamos fazer uma troca, indaguei se elas queriam perguntar algo sobre mim. Elas pareceram surpresas, mas logo perguntaram como eu estava, como tinha sido a minha semana. Respondi que estava bem, que as minhas atividades estavam dando certo, mas me sentia um pouco triste, pois estava sozinha há alguns dias em casa e naquela semana seria o meu aniversário. Uma delas falou espontaneamente: “por que você não ligou aqui para falar com a gente?” (sic). Sorri e respondi que não sabia que poderia ligar para elas. Então ditaram o número do SAICA para que eu pudesse ligar quando quisesse. Logo em seguida puxaram em coro o “parabéns para você”. Elas cantavam e batiam palmas muito animadas, fiquei emocionada olhando para elas e me sentindo acolhida. Depois da cantoria, falaram sobre festas de aniversário e o quanto gostavam de bolo. Conversamos um pouco sobre isso, compartilhando como era bom comemorar o aniversário. Depois, pedi ajuda para dispor duas mesas no centro da roda para a atividade do dia. Relembrei que o tema na Roda anterior tinha sido “Quem sou eu?” e naquele dia seria “A pessoa que eu gostaria de ser”. Distribuí na mesa revistas e tesouras. Solicitei que escolhessem imagens e palavras que representassem a pessoa que elas gostariam de ser. As meninas se animaram, enquanto folheavam as revistas conversavam entre si, apontavam para algumas imagens, comentavam coisas bonitas que viam e aos poucos selecionavam imagens de mulheres sorrindo, paisagens, praias, aparelhos eletrônicos como celular e computador, carro e casa. Algumas escolheram imagens que representassem o futuro profissional, como uma câmera de filmagem para representar a profissão de repórter e aparatos cirúrgicos para identificar a profissão de médica cardiologista. Uma

adolescente perguntou se poderia colar no papel para ela guardar. Respondi que sim e outra participante também optou por colar os recortes. Perguntei o motivo de cada uma ter escolhido aquelas imagens. Enquanto me contavam, colavam os recortes no papel e vasculhavam as revistas para conferir se havia algo mais de interessante. Um fato que me chamou a atenção foi que enquanto a maioria do grupo já havia encerrado a escolha das figuras, uma das participantes continuava folheando as revistas, selecionando e recordando mais e mais imagens. Parecia ávida por não deixar passar nada. Chegou a dizer que gostava muito de ver revistas, porque ficava se imaginando vivendo naqueles lugares (foi ela que pediu para colar os recortes no papel para guardar). Depois de uma primeira rodada de conversa, lancei outras perguntas e uma a uma respondeu. Pergunta: Como é essa pessoa que você gostaria de ser? Me diga 3 coisas sobre ela. Respostas: “feliz; livre; bonita; legal; independente; corajosa; calma; paciente; inteligente; empoderada; observa mais do que fala; gosta de ficar no celular” (sic). Pergunta: O que essa pessoa gosta de fazer? Respostas: “viajar; dirigir; ir em festas; ama a natureza e os animais; gosta de sol” (sic). Notei que todas enfatizaram o ato de viajar. Pergunta: Como essa pessoa ficou assim? Respostas: “trabalhou e estudou muito” (sic). Pergunta: Qual é o maior medo dessa pessoa? Respostas: “medo de não conseguir o que ela quer; medo de dar errado; medo de não ser bem recebida” (sic). Pergunta: O que você acha que aconteceria no futuro dessa pessoa? Respostas: “seria uma pessoa com boas condições; teria sua casa própria; moraria em um lugar sossegado longe de tudo; moraria em um apartamento e teria seu próprio hospital” (sic). A adolescente que tinha separado vários recortes mostrou a imagem de um relógio que havia selecionado e disse que a pessoa que ela pensou é alguém que “está sempre correndo atrás do tempo, porque o tempo está passando e ela precisa fazer as coisas” (sic). Acrescentou que ela se sentia assim, pois dentro de 1 ano e meio completaria 18 anos, então, “precisava pensar na vida” (sic). Senti certa angústia frente a essa urgência e pensei novamente, quantos adolescentes com esta idade precisam se preocupar com isso? Olhei fixamente para ela e fiz um sinal positivo com a cabeça indicando que compreendia o que ela me dizia. Reparei que nenhuma delas havia comentado sobre família. Então perguntei se teria mais alguém junto dessa pessoa no futuro. Apenas uma participante respondeu sobre ter filho. Duas comentaram que essa pessoa teria um marido, mas que não sonham em se casar na igreja. E uma das adolescentes falou que viveria sozinha no seu apartamento, porque já viveu com muita gente, está “cansada e precisa de um tempo sozinha” (sic). Eu ouvia atentamente o que as participantes contavam e senti que naquele dia elas se permitiram

falar sobre os sonhos que possuíam, sobre a expectativa de que o futuro seja diferente do presente, sobre acreditar que boas experiências poderão ser vivenciadas. Por fim, questionei se elas consideravam possível alcançar aquilo que tinham me contado. Todas afirmaram que sim, que seria possível, mas que para isso era preciso estudar e trabalhar. Concordei com elas, reforçando que o estudo e o trabalho são bons caminhos. Indaguei o que elas tinham achado daquele dia, responderam que gostaram muito da atividade, que tinha sido bom pensar sobre tudo aquilo. Agradei a participação das meninas e elas se despediram. Uma das participantes permaneceu na sala. Ela tentava pensar na melhor forma de colar todos os recortes nas folhas de papel. Notei que em comparação às demais, ela havia separado muito mais imagens e queria guardar com cuidado os recortes. Percebendo seu impasse, me dispus a ajudá-la e enquanto ela terminava de recortar, eu colava. Ela elogiou a forma como eu colei as imagens, dizendo que tinha ficado muito bom, agradeceu por tê-la ajudado e saiu parecendo estar satisfeita. A impressão que tive foi que aquelas imagens representavam algo valioso para ela, seria uma forma de materializar, deixar em evidência os planos futuros, para que ela não se esquecesse onde quer chegar.

Quarta Roda de Conversa 17/06/2021

Antes de iniciar o relato deste encontro, vale esclarecer que houve a necessidade de adiar a quarta Roda de Conversa por duas semanas, devido a um caso positivo de COVID-19 na instituição. Por isso, gravei um vídeo direcionado às participantes, informando sobre o adiamento das atividades e esclarecendo que em breve retomariamos os encontros. O vídeo foi encaminhado para a psicóloga, que mostrou ao grupo. No dia 17/06, ao chegar no SAICA, uma técnica me recebeu, pois a psicóloga não se encontrava presente. Ela me acompanhou para lavar as mãos e depois chamou as participantes para o encontro. As adolescentes pareciam animadas neste dia, sorriram e me cumprimentaram. Acomodei as minhas coisas, juntei-me a elas na roda de cadeiras que estava formada e falei que senti falta de encontrá-las desde a última Roda. Perguntei como elas estavam e o que tinham feito nestas semanas. Responderam que estavam bem e que as coisas estavam iguais. Indaguei se tinham visto o vídeo que eu havia enviado. Elas confirmaram e perguntaram onde eu me encontrava no vídeo, se era a minha casa. Falei que sim, que estava na minha casa, em um cômodo onde eu trabalhava. Elas disseram que pensaram nisso mesmo e sinalizaram terem achado bonito um quadro que estava ao fundo na parede. Falei que também gostava do quadro que traz a imagem do mar. Uma das adolescentes

comentou que gosta muito de água, rio, mar, mesmo ainda não tendo conhecido o mar. Falei que acreditava que ela ainda teria a oportunidade de conhecer. Ela sorriu. Após esse breve diálogo, retomei o que havíamos realizado nas Rodas de Conversa anteriores e apresentei a proposta temática daquele dia. Entreguei para cada uma o primeiro desenho-estória que tinham feito e pedi para que pensassem naquela pessoa e em como estaria daqui a 5 anos. Observei que quase todas tinham registrado na folha a idade da pessoa do desenho, perguntei para cada uma com qual idade essa pessoa estaria passados 5 anos. Uma após a outra me respondeu. Uma das adolescentes disse: “a gente não vai ter que escrever uma história não, né, tia?”. Eu ri e falei que a ideia era essa. A participante fez uma expressão de que não estava disposta a isso, acrescentando que não gostava de escrever. Disse que não precisava ser uma história longa, poderia ser algo mais simples, como no primeiro desenho-estória. Dispomos duas mesas no centro da Roda, coloquei os materiais gráficos em cima da mesa e elas logo se aproximaram para iniciar a atividade. Uma das adolescentes perguntou se poderia desenhar as profissões que ela própria gostaria de seguir e na mesma hora outra participante interrompeu dizendo que deveria ser uma história inventada. Então, comuniquei que não havia problema de o desenho conter as duas coisas, ou seja, aspectos da vida real e da imaginação. Elas se mostraram satisfeitas e seguiram com as produções. Apenas a participante que pontuou não gostar de escrever parecia ter maior dificuldade para começar o desenho, assim como no primeiro procedimento de desenho-estória. Ela ficou um tempo olhando para a folha das colegas, denotando não saber por onde começar. Depois fez uns traços, pediu a borracha e ficou desenhando e apagando. Ela então falou que eu também poderia fazer junto com elas. Respondi que poderia, peguei uma folha e comecei o meu desenho. As adolescentes indicaram gostar da minha participação, olhavam para o que eu fazia, mas escondiam cada uma a sua produção. Comentaram que era algo pessoal, que não queriam que as outras olhassem o que faziam. Enquanto as participantes desenhavam, conversávamos sobre coisas do cotidiano. Uma delas falou que sempre que desenhava tinha a impressão de que o desenho conversava com ela, olhava para ela, como uma pessoa real. Porém, ela não quis falar sobre quais conteúdos estava pensando. Comecei a fazer um paralelo entre o desenho e a vida delas. Mencionei que elas desenhavam aquele personagem daqui a 5 anos e perguntei como elas se viam neste mesmo tempo. Elas fizeram as contas, falaram com qual idade estariam (entre 18 a 21 anos) e como elas se viam no futuro. As respostas envolviam estar fora da instituição de acolhimento, morando na própria casa e trabalhando. Ninguém comunicou sobre

estudo ou estar com outras pessoas, como família. Uma das adolescentes, que no futuro estaria com 19 anos, disse que se via trabalhando “em algum mercadinho de bairro ou fazendo faxina na casa de alguém” (sic). As outras participantes logo demonstraram a opinião de que o pensamento dela era muito restrito, indicando que elas poderiam trabalhar em outros serviços. A adolescente quis defender a sua ideia, de que com 19 anos ela teria acabado de sair da instituição de acolhimento e por isso não via muitas opções sobre o que fazer. As demais falaram que ela precisava pensar no futuro, que com 19 anos ela teria saído da instituição há “muito tempo” (sic) e que “hoje em dia, para conseguir qualquer emprego, até como caixa de mercado, era preciso ter no mínimo o Ensino Médio completo, por isso, ela deveria se dedicar para concluir os estudos” (sic). A adolescente pareceu pensativa com o comentário das colegas. Reparei que elas entendiam que era preciso pensar sobre o futuro, se preparar para cuidarem das próprias vidas e que esse era um assunto que elas levavam a sério. Outra adolescente falou que a expectativa que tinha para não viver na rua era a sua madrinha, que se ela não conseguisse “se virar sozinha” (sic), poderia recorrer à madrinha afetiva. Outra participante disse que a única pessoa que ela contava era a avó e que esperava que a avó a tirasse do serviço de acolhimento. Uma delas permaneceu em silêncio ouvindo as demais. Neste tempo, o grupo já estava escrevendo as histórias e pintando os desenhos. Assim que eu terminei a minha produção, perguntei se elas gostariam de contar as histórias para o grupo, ao que responderam que não, afirmando que depois eu leria cada uma. Disse que poderiam ler a minha história se quisessem. Tratava-se de uma jovem em seu primeiro dia de aula na faculdade de Veterinária, que estava animada para iniciar essa nova experiência e possuía um namorado com o qual compartilhava as coisas. Elas leram a minha história e disseram que gostaram, que a história era boa. Então, uma delas perguntou como eu havia escolhido a minha profissão. Contei um pouco sobre o período do Ensino Médio, quando passei a pensar no vestibular e sobre qual curso superior faria após terminar a escola, falei sobre as diferentes áreas de conhecimento (Humanas, Exatas, Biológicas, entre outros.). Observei que elas escutavam com atenção o que eu dizia. Compartilharam na Roda de Conversa qual área cada uma se identificava, quais opções de cursos existem, conversamos ainda sobre universidades públicas e privadas e formas de ingresso no Ensino Superior. Uma das participantes explicou que sempre pensou em ser advogada, mas “nunca tinha parado para pensar realmente sobre isso” (sic), sobre ela possuir ou não afinidade com alguma área específica. Percebi que aquele assunto ajudava a aproximá-las de uma reflexão real sobre o futuro e as próprias

vidas. Sair do plano da imaginação e pensar em aspetos concretos. Elas pareceram interessadas nisso. Após a conclusão desta atividade, recolhi os desenhos de todas e indiquei que gostaria de convidá-las para uma última prática. Elas repararam que eu havia levado cartolinas e afirmei que seria isso que usaríamos para fazer um painel em grupo. Pedi para escolherem uma cor de cartolina, duas adolescentes escolheram a branca e duas escolheram a azul, pediram para eu fazer o desempate, escolhi pela azul dizendo que seria para colocar um pouco de cor. Elas concordaram. Falei que gostaria que pensassem na pergunta: *O que me faz ter esperança?* Pedi para uma delas escrever esta frase no topo da cartolina, as demais indicaram uma colega que segundo elas tinha a letra bonita. A partir disso elas poderiam preencher a cartolina com vários elementos, como recortes de revista, desenhos e palavras. Elas se interessaram pelo post-it colorido que eu tinha levado. Começaram a pensar e escrever no post-it e colar na cartolina, outras recortaram imagens e assim construíram um painel. Enquanto elas pensavam, falavam em voz alta o que escreviam. Levantei outras perguntas, pouco a pouco, para instigar mais reflexões: *Quais são as pessoas que me motivam no dia a dia? Quem eu considero importante na vida? Com quem eu posso contar para resolver meus problemas? Quem é a pessoa que consegue me compreender?* Uma das adolescentes comunicou não estar conseguindo pensar, começava a escrever e jogava fora os papéis. Ela ouvia as demais falando e parecia não conseguir se concentrar. Vi que ela se angustiava e então refiz pausadamente as perguntas diretamente para ela. Depois de um tempo ela escreveu algumas coisas. Percebi que nesta atividade elas referiram em primeiro lugar a Deus como o que as faz ter esperança e como importante na vida. Depois referiram pessoas da família: avó, irmãos, pai, mãe e tios. Também profissionais da instituição de acolhimento e figuras externas: educadores sociais, psicóloga e madrinha afetiva. Uma das adolescentes disse acreditar que pode contar com os tios, caso a avó não esteja presente e outra participante falou que pretende tirar o pai do sistema penitenciário. Notei que apesar de serem mencionadas figuras da família, na vida cotidiana elas não possuíam contato frequente com essas pessoas, senti que na verdade elas se viam relativamente sozinhas na vida após o acolhimento. Duas delas chegaram a verbalizar que não tinham “ninguém lá fora para contar” (sic), por isso consideravam em primeiro lugar a Deus. Li em voz alta as palavras e as frases que elas colaram na cartolina e comentei que elas citaram algumas pessoas da família, perguntei se elas pretendiam reencontrá-las. Percebi que não sabiam como responder, talvez houvesse um desejo para isso, mas por outro lado não sabiam se seria possível. Comentei sobre a

importância de termos uma rede de apoio, pessoas na nossa vida com as quais podemos confiar, ressaltai a instituição como um lugar de proteção. Elas concordaram, dizendo que a relação com os técnicos era de “amor e ódio, porque chamavam a atenção, mas queriam o bem delas” (sic). Estávamos chegando ao final do encontro, perguntei o que elas acharam do painel, se queriam acrescentar mais alguma coisa. As meninas pareciam satisfeitas com a produção, sinalizaram que acharam “legal” (sic) escrever no post-it. Pedi ajuda para uma delas fotografar o painel com o meu celular, enquanto arrumávamos a sala. Como no encontro anterior eu não havia registrado as produções feitas pelo grupo, perguntei se as participantes poderiam buscar os recortes que realizaram para que eu tirasse uma foto. Prontamente elas se prontificaram a ir ao quarto pegar. Quando todas retornaram com os recortes, umas delas informou que havia colocado as gravuras embaixo do colchão para não amassar e outra participante disse que deixaria colado no quarto para não esquecer o que ela quer para o seu futuro. Fiquei pensativa e ao mesmo tempo comovida como um simples material poderia ter uma representação tão simbólica e importante para elas, como se fosse uma parte delas que precisava ser preservada e zelada. Após registrar as atividades, agradei e comentei que na próxima semana faríamos o encerramento do trabalho. Como seria a nossa despedida, perguntei o que elas gostariam para esse dia. Falaram que poderia ter música e doces. Uma das adolescentes se prontificou a levar uma caixa de som com pen drive de músicas e comentei que pediria autorização na instituição para levar o que elas sugeriram. Nos despedimos. Depois, conversei com a técnica que me recebeu, a qual autorizou que eu levasse algo para as meninas consumirem dentro da sala, desde que não fosse muita coisa para evitar que as crianças da casa vissem e ficassem com vontade. Concordei. Encerrei aquele dia me sentindo bem com o encontro, com as discussões produzidas na Roda e com o vínculo de confiança que acredito ter sido estabelecido.

Encerramento 24/06/2021

Ao tocar a campainha, reconheci a voz de uma das participantes perguntando: “Quem é?” (sic). Respondi que era a Cláudia e logo um funcionário veio me receber. Cumprimentei algumas crianças e adolescentes que estavam sentados em uma escada e logo a psicóloga veio até mim e me acompanhou para lavar as mãos. Conversamos um pouco na sala onde os educadores sociais e técnicos guardam os materiais, pois ela entraria em uma reunião e gostaria de conversar comigo e agradecer pelo trabalho. Ela comunicou que as adolescentes estavam bem e percebeu que os nossos encontros as

deixaram mais pensativas, inclusive uma delas pediu para retornar aos atendimentos psicoterápicos na unidade de saúde. A profissional também agradeceu pelo trabalho realizado, colocando-se à disposição caso eu precisasse de informações adicionais e solicitou um relatório individual de cada participante para anexar no prontuário e para que eles pudessem direcionar o acompanhamento que faziam com as adolescentes. Agradei pela disponibilidade e receptividade da instituição. A psicóloga então me acompanhou até a sala de informática e me ajudou a dispor as cadeiras em círculo. Logo as adolescentes chegaram, animadas, conversando entre si, acomodando-se nas cadeiras. Uma delas perguntou se aquele era o último dia do nosso encontro e confirmei. Outra adolescente comentou que estava triste porque terminaria o trabalho e eu falei que também sentiria falta, pois tinha sido muito bom estar com elas. Perguntei se elas colocariam música para ouvirmos, conforme tinham falado na semana anterior. Uma das participantes então disse que não trouxe a caixa de som, porque não sabia que aquele seria o último dia, mas se dispôs a ir até o seu quarto para pegar. Neste momento pensei que talvez ela estivesse comunicando que o não saber fosse na verdade o desejo de que nossos encontros se prolongassem, pois todas tinham sido informadas sobre o término das atividades anteriormente. Enquanto isso, perguntei como as demais estavam, se tinham feito alguma coisa diferente e a resposta foi que tudo estava igual, que todos os dias eram iguais, exceto na quinta-feira, que é o dia de lavar roupa e de eu ir até lá. Perguntei o que elas costumavam assistir na televisão, comentaram de uma novela e um programa de reality show. Assim que a participante chegou com a caixa de som, elogiei o eletrônico, que era colorido e estiloso. Ela pareceu gostar do elogio e logo colocou para tocar uma playlist variada (trap, pagode, pop). Nesse momento, distribuí sobre a mesa alguns doces que havia levado para elas consumirem (chocolate e balas variadas). Elas esboçaram certo contentamento e perguntaram se podiam pegar. Disse para ficarem à vontade e que também havia lenços com álcool para limparem as mãos. Retomei que aquele seria o encerramento das nossas atividades, falei do objetivo do trabalho e dos temas das Rodas de Conversa. Comuniquei que gostaria de saber o que elas acharam dos encontros, como foi para elas participar das Rodas? Responderam que gostaram muito e sentiriam falta dos encontros. Disseram que foi “legal” (sic) e agradeceram por tê-las “tirado do tédio” (sic) nas quintas-feiras. Comentei que para mim também tinha sido muito bom e que esperava que tivesse conseguido ajudá-las a refletir sobre o projeto de vida, a pensar sobre o futuro, os caminhos possíveis que elas podem seguir e com quem contar. Uma das participantes comunicou ter entendido que os dois desenhos-

estória foram para saber como elas estavam no início e se havia tido alguma mudança ao final. Concordei que os dois procedimentos foram usados para que elas pensassem em si nos dias de hoje e depois um exercício para pensar no futuro. Quando percebi que elas já tinham dito o que gostariam, apresentei um jogo de tabuleiro (Jogo Túnel do Tempo) que havia trazido, caso elas quisessem jogar. O jogo possui um tabuleiro, um dado, um pino para avançar as casas e cartões com frases para completar sobre passado, presente e futuro. Elas se mostraram interessadas e então começamos a jogar. Organizamos de modo que cada uma de nós tivesse a oportunidade de jogar e responder o que era pedido nos cartões. Durante o jogo elas puderam resgatar lembranças da infância como desenho animado que assistiam, um aniversário que ficou marcado e um brinquedo favorito que tinham. Também expressaram sobre aspectos do presente como o relacionamento com figuras de autoridade e algum medo que possuíam. Além de refletirem sobre o futuro, como o que fariam se ganhassem na megasena, o que diriam para elas mesmas se estivessem com 90 anos, etc. Percebi que quando o jogo tocava em assuntos parentais, elas possuíam mais dificuldade para falar, então, busquei estimular para que pensassem na relação que tinham com os técnicos e educadores do SAICA e, em alguns casos, sugeria para que pegassem outro cartão. De modo geral, o que percebi das respostas foi que existe uma grande expectativa para a saída da instituição, para um lugar onde possam se sentir pertencentes, ter um lugar próprio, que não seja compartilhado com tantas pessoas. Ao mesmo tempo, há certa incerteza sobre como será essa transição, se estarão amparadas ou não. Uma delas tem a intenção de retornar para a casa onde morava e outra gostaria de ser acolhida por pais adotivos. Falaram da ausência das figuras maternas, seja devido ao falecimento ou à negligência. As figuras paternas pouco apareceram, mas quando citadas, percebeu-se uma associação com adjetivos pejorativos, devido à ausência. Durante o jogo, as participantes pareceram se divertir ao lembrar de histórias que viveram e ao pensarem em coisas que gostariam de alcançar no futuro. Enquanto o jogo acontecia, ouvíamos a seleção de músicas e elas cantavam algumas canções. Próximo ao final do horário, informei as adolescentes para que se organizassem. Após fecharmos uma rodada do jogo, todas ajudaram a guardar as peças. Depois, entreguei um cartão que havia escrito para cada uma contendo dizeres que dedicava a elas. Elas se surpreenderam por eu ter escrito um recadinho direcionado a cada uma. Leram com atenção, sorriram e agradeceram. Não quiseram deixar que as demais lessem o cartão umas das outras. Elas abraçavam o papel contra o peito e falavam o quanto tinham gostado. Fiquei emocionada, pois me pareceu que elas se

sentiram verdadeiramente agradecidas. Pediram para que eu tirasse uma foto de todas nós com o meu celular, alertando que eu apenas não poderia postar nas redes sociais. Assim fizemos, elas se divertiram fazendo poses para as fotos e encerramos esse encontro tão profundo e potente. As adolescentes se despediram e falaram que eu poderia voltar lá quando quisesse. Agradei, deixei meus votos para que elas ficassem bem e fui embora me sentindo agradecida pela oportunidade de termos tido este encontro e pelas meninas terem permitido que estivéssemos juntas.

7.4 ANEXO 4. Material Terceira Roda de Conversa: *a pessoa que eu gostaria de ser*

A seguir são apresentados os materiais produzidos na Terceira Roda de Conversa Temática.

Figura 9. Recorte e colagem: *a pessoa que eu gostaria de ser*



Fonte: Elaborado pelas participantes.

Figura 10. Recorte e colagem: *a pessoa que eu gostaria de ser*



Fonte: Elaborado pelas participantes.

Figura 11. Recorte e colagem: *a pessoa que eu gostaria de ser*



Fonte: Elaborado pelas participantes.

Figura 12. Recorte e colagem: *a pessoa que eu gostaria de ser*



Fonte: Elaborado pelas participantes.

Figura 13. Recorte e colagem: *a pessoa que eu gostaria de ser*



Fonte: Elaborado pelas participantes.

Figura 14. Recorte e colagem: *a pessoa que eu gostaria de ser*



Fonte: Elaborado pelas participantes.

